

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Presidência

Relatório da Gestão
2002 - 2003



Florianópolis, março de 2003

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição

Presidente

Des. Anselmo Cerello

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Genésio Nolli

Juízes Efetivos

Juiz Sebastião Ogê Muniz

Juiz Alexandre d'Ivanenko

Juiz Oswaldo José Pedreira Horn

Juiz Rodrigo Roberto da Silva

Juízes Substitutos

Des. Jorge Mussi

Des. Carlos Prudêncio

Juiz Hilton Cunha Júnior

Juiz Ricardo Orofino da Luz Fontes

Juiz Jorge Antônio Maurique

Juiz Miguel Hermínio Daux

Juiz Milton de Queiroz Garcia

Procuradora Regional Eleitoral

Dra. Ana Maria Guerrero Guimarães

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição da Secretaria

Direção-Geral

Samir Claudino Beber

Assessoria da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Márcia Mendonça Ruhland

Assessoria da Presidência

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Coordenadoria de Controle Interno

Denise Goulart Schlichmann Sobierajski

Secretaria Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadoria de Registro e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Rodrigo Camargo Piva

Secretaria da Administração

Nelzyr Silva Müller

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Silvana Rudolfo

Coordenadoria de Comunicações

Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior

Coordenadoria de Serviços Gerais

Rafael Alexandre Machado

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretaria de Recursos Humanos

Ana Lúcia Silva

Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social

Sérgio Luiz Lopes

Coordenadoria de Pessoal

Iraê Regina Vieira

Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Lúcia Meyer Kotzias

Secretaria de Informática

Carlos Rogério Camargo

Coordenadoria de Produção e Suporte

Walter Luiz Rausch

Coordenadoria de Eleições

Gonsalo André Agostini Ribeiro

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| PRESIDÊNCIA | 11 |
| DECISÕES DA PRESIDÊNCIA | 11 |
| MEMBROS DO TRIBUNAL | 11 |
| EXPEDIENTES DIVERSOS | 14 |
| PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA | 14 |
| SESSÕES REALIZADAS E JULGAMENTOS | 15 |
| RESOLUÇÕES NORMATIVAS | 16 |
| ELEIÇÕES INFORMATIZADAS NÃO-OFICIAIS | 18 |
| ATOS PREPARATÓRIOS PARA AS ELEIÇÕES | 19 |
| TREINAMENTO DE ELEITORES | 20 |
| CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR - SERVIÇO 1511 | 20 |
| ELEIÇÕES 2002 - BALANÇO GERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 21 |
| VISITANTES ESTRANGEIROS NAS ELEIÇÕES | 23 |
| RESULTADO OFICIAL DAS ELEIÇÕES | 24 |
| PUBLICAÇÕES OFICIAIS | 24 |
| JURISPRUDÊNCIA INFORMATIZADA | 25 |
| RECURSOS FINANCEIROS | 25 |
| COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS DO BRASIL | 26 |
| AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES - I REUNIÃO CONJUNTA DOS COLÉGIOS DE PRESIDENTES E DE CORREGEDORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS | 28 |
| REGISTROS EM ATA DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS | 30 |
| PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS | 36 |
| AGRADECIMENTOS | 40 |
| CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL | 43 |
| DIREÇÃO-GERAL | 51 |
| SECRETARIA JUDICIÁRIA | 79 |
| SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO | 93 |
| SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS | 115 |
| SECRETARIA DE INFORMÁTICA | 131 |

APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, cumpre-me, em obediência ao disposto no art. 28, XXXVI, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESA n. 7.020/1997), apresentar a Vossas Excelências e à Excelentíssima Senhora Procuradora Regional Eleitoral o relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados durante minha gestão na Presidência deste Tribunal, abrangendo o período de 1º de fevereiro de 2002 a 26 de fevereiro do corrente ano¹.

As atividades desta Corte nesse período voltaram-se, predominantemente, à organização das eleições gerais de 2002 – as maiores da nossa história, à qual compareceram, em todo o Brasil, cerca de 115 milhões de eleitores perante as urnas eletrônicas, no maior pleito totalmente informatizado do mundo –, que se realizaram nos dias 6 de outubro, em primeiro turno, e 27 do mesmo mês, em segundo turno.

Presidir pleito dessa magnitude não foi tarefa das mais fáceis!

Inúmeros foram os desafios a enfrentar, mas esse mister foi indiscutivelmente amenizado pela competência e operosidade de todos os que, de uma forma ou de outra, deram a sua importante parcela de contribuição para o sucesso do pleito.

Consigno, nesse passo, que o novo sistema de voto impresso, testado nestas eleições em vários municípios do País – e na Circunscrição de Santa Catarina, em Brusque, Balneário Camboriú e Laguna – com o intuito de espancar qualquer dúvida acerca do correto funcionamento do sistema de votação eletrônica, possibilitou a identificação de problemas técnicos que podem ocorrer na votação com a impressão da cédula, com vistas à sua reavaliação, inclusive para aferir-se acerca da manutenção da sua implantação oficial e obrigatória em todo o País nas eleições de 2004.

Merece registro, ainda, o trabalho realizado pela Comissão de Auditoria da Votação Paralela, experiência que foi um sucesso em Santa Catarina – como, de resto, em todo o

¹ Sendo o período restante da gestão necessário à elaboração e à reprodução deste Relatório.

Brasil –, que demonstrou, com clareza solar, serem infundadas as críticas isoladas que vinha sofrendo a votação eletrônica, que já comprovou ser meio que oferece extrema segurança e confiabilidade, eliminando a possibilidade da ocorrência de fraudes durante os processos de votação, apuração e totalização dos votos.

Integra o relatório de gestão, além das sinopses elaboradas por esta Presidência e pela Corregedoria Regional Eleitoral, o relato detalhado das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática, bem como pelas Assessorias e pela Coordenadoria de Controle Interno.

Todos viram que o processo eleitoral em Santa Catarina transcorreu seguindo nossa tradição de ordem, respeito, isenção e trabalho, o que se deve, também, à maturidade política do povo catarinense.

Fomos o segundo Estado da Federação a concluir a apuração, atrás, apenas, do Espírito Santo; mas, como tenho repetidamente declarado, a rapidez é apenas um detalhe, não a nossa meta! O objetivo primordial foi, é e será sempre, sem sombra de dúvida, a segurança.

Este volume evidencia essa premissa, que faz a Justiça Eleitoral catarinense continuar merecedora do reconhecimento nacional.

Florianópolis, março de 2003.

Des. Anselmo Cerello
Presidente

1 PRESIDÊNCIA

DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

Além dos despachos de mero expediente em documentos e em processos administrativos e judiciais, foram proferidas pela Presidência incontáveis decisões em processos administrativos das mais variadas matérias, tais como: aposentadoria; concessão de vantagens a servidores; sindicância e processo administrativo disciplinar; prestação de contas dos vales-alimentação distribuídos aos Cartórios Eleitorais nas eleições de 1998 e 2000; termos de convênios diversos; designação de Auxiliares Eleitorais, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais, entre outras.

Constituíram-se diversos grupos de trabalho, integrados por servidores, para estudar matérias de interesse da administração, a fim de rever alguns atos normativos internos e elaborar projetos de portarias e resoluções.

Foram subscritos, também, pela Presidência 45 (quarenta e cinco) despachos em juízo de admissibilidade de recursos especiais e 4 (quatro) de recursos ordinários, assim como 1 (um) despacho em agravo regimental.

MEMBROS DO TRIBUNAL

Em virtude da renúncia do Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, então Presidente desta Corte, que fora eleito para a Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo tomado posse em 1º de fevereiro de 2002, assumi, interinamente, na mesma data, a Presidência deste Tribunal, para a qual posteriormente fui eleito, na sessão de 21 de fevereiro, oportunidade em que o Desembargador Genésio Nolli foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, ocorrendo a posse em sessão solene a 2 de abril de 2002.

Na sessão de 28 de fevereiro, à unanimidade, o Pleno escolheu os Doutores Carlos Alberto da Costa Dias, Hilton Cunha Júnior e José Augusto Peregrino Ferreira, Juízes Substitutos do Tribunal, das categorias de Juiz Federal, Juiz de Direito e Jurista, respectivamente, para desempenharem as funções de Juízes Auxiliares.

Em 19 de março de 2002, tomou posse o Doutor Ricardo Orofino da Luz Fontes, eleito que fora para integrar esta Corte no cargo de Juiz Substituto da classe de Juiz de Direito, na vaga deixada pelo Doutor Victor José Sebem Ferreira devido à sua remoção, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para o cargo de Juiz de Direito Substituto de segundo grau naquela Corte.

Em 17 de abril, no gabinete da Presidência, o Desembargador Carlos Prudêncio tomou posse como Juiz Substituto, na vaga decorrente da indicação do Desembargador Genésio Nolli para o cargo de Juiz Efetivo, Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal.

Reconduzidos para as funções, a Doutora Ana Maria Guerrero Guimarães e o Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira iniciaram novo biênio, em 30 de abril, como Procuradora Regional Eleitoral e Procurador Substituto, respectivamente.

Na sessão de 10 de julho foi lido o ofício do Procurador Regional Eleitoral Substituto comunicando a designação do Procurador da República Doutor José Eleares Marques Teixeira para atuar junto aos Juízes Auxiliares, no período de 4 de julho a 2 de agosto.

O Doutor Carlos Alberto da Costa Dias encerrou sua participação como Juiz Substituto da categoria Juiz Federal a 19 de setembro de 2002, em face do término de seu biênio em 22 de setembro, tomando posse em sua vaga a 23 de setembro, no gabinete da Presidência, o Doutor Jorge Antônio Maurique.

Em 10 de outubro de 2002, tomou posse no cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista, o Doutor Miguel Hermínio Daux, na vaga decorrente do término do primeiro biênio da Doutora Angela Regina da Cunha Leal.

Na sessão de 15 de outubro de 2002, à unanimidade, o Tribunal referendou a Portaria P n. 309, que designava o Desembargador Jorge Mussi para substituir o Desembargador Genésio Nolli, Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal, em todos os atos de sua competência, bem como para as atribuições a que fora nomeado por ato da Presidência, enquanto perdurasse o seu afastamento para tratamento de saúde.

Em sessão solene realizada em 22 de outubro de 2002, o Doutor Sebastião Ogê Muniz foi empossado no cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz Federal, em decorrência da vaga deixada pelo Doutor Otávio Roberto Pamplona, que se despedira desta Corte a 17 de outubro, pelo término de seu biênio.

O Doutor José Augusto Peregrino Ferreira, Juiz Substituto da categoria Jurista, despediu-se do Tribunal na sessão de 30 de outubro de 2002; o Doutor Oswaldo José Pedreira Horn, Juiz Efetivo deste Tribunal da categoria Jurista, em 5 de novembro; e o Doutor Rui Francisco Barreiros Fortes, Juiz Efetivo da categoria Juiz de Direito, a 6 de novembro, tendo em vista o término de seus respectivos biênios.

O Doutor Alexandre d'Ivanenko foi empossado, no dia 21 de novembro de 2002, no cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito, em sessão solene, na vaga decorrente do já mencionado término do mandato do Doutor Rui Francisco Barreiros Fortes.

O Doutor Milton de Queiroz Garcia tomou posse no cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista, a 4 de dezembro de 2002, no gabinete da Presidência, na vaga deixada pelo Doutor José Augusto Peregrino Ferreira.

A 13 de dezembro de 2002, ante o término de seu primeiro biênio como Juiz Efetivo, categoria Jurista, deixava esta Corte o Doutor Rodrigo Roberto da Silva, o qual, reconduzido que foi pela Presidência da República para o segundo biênio, foi empossado em 12 de fevereiro de 2003.

Também reconduzido pela Presidência da República para um segundo biênio no cargo de Juiz Efetivo, categoria Jurista, tomara posse, no Gabinete da Presidência, em 17 de dezembro, o Doutor Oswaldo José Pedreira Horn.

E, em 24 de fevereiro do corrente ano, o Doutor Ronaldo Moritz Martins da Silva solicitou seu afastamento em virtude da publicação de sua remoção, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para o cargo de Juiz de Direito Substituto de segundo grau naquela Corte, estando em aberto a referida vaga, até que haja nova indicação, pelo Tribunal de Justiça.

EXPEDIENTES DIVERSOS

Foram protocolizados neste Tribunal 20.138 (vinte mil, cento e trinta e oito) documentos; expedidos 4.458 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito) ofícios, 118 (cento e dezoito) ofícios-circulares, 360 (trezentas e sessenta) portarias da Presidência, 16 (dezesesseis) portarias da Vice-Presidência, 506 (quinhentas e seis) portarias da Direção-Geral e 3 (três) ordens de serviço.

PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 360 (trezentas e sessenta) portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as de caráter normativo que se entenderam necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência, quais sejam:

- Portaria P n. 103/2002, de 15 de abril de 2002: Instituiu o *Boletim Interno* do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 115/2002, de 24 de abril de 2002: Fixou, com base na Resolução TSE de 1º.3.1994 (Consulta n. 14.046), a gratificação do Procurador da República designado para oficiar junto aos Juízes Auxiliares;
- Portaria P n. 127/2002, de 15 de maio de 2002: Regulamentou o horário de funcionamento da Central de Atendimento ao Eleitor e o expediente dos Cartórios Eleitorais da Capital;
- Portaria P n. 146/2002, de 23 de maio de 2002: Autorizou os servidores do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, desde que possuidores de Carteira Nacional de Habilitação, a conduzirem veículos oficiais e/ou locados, sempre que, para o desempenho de tais atribuições, houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário – Área de Serviços Gerais – Especialidade Transporte;
- Portaria P n. 192/2002, de 20 de junho de 2002: Disciplinou a utilização dos serviços de Telefonia Móvel Celular de propriedade deste Tribunal;

- Portaria P n. 212/2002, de 4 de julho de 2002: Fixou o número de estagiários que atuarão, no período eleitoral, nos Cartórios das 102 (cento e duas) Zonas Eleitorais do Estado;
- Portaria P n. 216/2002, de 5 de julho de 2002: Fixou os valores das bolsas de estágio (republicada por erro material);
- Portaria P n. 217/2002, de 10 de julho de 2002: Efetuou o enquadramento dos cargos efetivos ocupados pelos servidores ativos, inativos e instituidores de pensão das Carreiras Judiciárias, das Funções Comissionadas e dos Cargos em Comissão do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, criados pela Lei n. 9.421, de 24 de dezembro de 1996, em conformidade com a reestruturação e correlação determinadas nos arts. 1º e 3º da Lei n. 10.475, de 27 de junho de 2002;
- Portaria P n. 281/2002, de 13 de setembro de 2002: Delegou competência à Direção-Geral deste Tribunal para todos os atos que caberiam, relativamente à Resolução TRESA n. 7.308, de 14 de agosto de 2002, a esta Presidência;
- Portaria P n. 302/2002, de 3 de outubro de 2002: Estabeleceu os parâmetros dos ressarcimentos previstos na Resolução TRESA n. 7.318, de 25 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde (PAS), republicada por erro material;
- Portaria P n. 327/2002, de 12 de novembro de 2002: Definiu os critérios para a aplicação da Resolução TRESA n. 7.318/2002, que trata do Programa de Assistência à Saúde;
- Portaria P n. 43/2003, de 17 de fevereiro de 2003: Estabeleceu os prazos para envio à DSAMS do requerimento previsto no art. 7º da Resolução TRESA n. 7.318/2002.

SESSÕES REALIZADAS E JULGAMENTOS

Foram realizadas no período 141 (cento e quarenta e uma) sessões, tendo sido autuados 1.769 (mil, setecentos e sessenta e nove) processos e julgados em plenário 1.140 (mil, cento e quarenta), sendo 60 (sessenta) resoluções – 23 (vinte e três) normativas – e 1.081 (mil e oitenta e um) acórdãos, tendo sido registradas, ainda, 123 (cento e vinte e três) pesquisas eleitorais.

A estatística bem demonstra as intensas atividades judicantes do Tribunal, como já é praxe em anos eleitorais, sendo que toda a movimentação processual está inserida no Relatório de Atividades da Direção-Geral, mais especificamente na parte relativa à Secretaria Judiciária, que integra o presente.

Destaca-se, por oportuno, que os processos relativos a pedidos de registro de candidatura e às respectivas impugnações, bem como os concernentes à propaganda eleitoral, obedeceram à celeridade que sua natureza exige, tendo sido rigorosamente cumpridos por esta Corte todos os prazos processuais estabelecidos nas normas de regência.

RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As resoluções normativas que este Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.266, de 14 de fevereiro de 2002: Dispôs sobre a criação e o funcionamento das Centrais de Atendimento ao Eleitor no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina e deu outras providências;
- Resolução n. 7.267, de 20 de fevereiro de 2002: Estabeleceu dia e hora para a realização das sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.269, de 12 de março de 2002: Alterou o art. 47 e incluiu um parágrafo no art. 70 da Resolução n. 7.020/1997 (Regimento Interno);
- Resolução n. 7.270, de 13 de março de 2002: Disciplinou a atuação dos Juízes Auxiliares no âmbito deste Tribunal;
- Resolução n. 7.279, de 7 de maio de 2002: Criou a função de Delegado de Prédio;
- Resolução n. 7.280, de 14 de maio de 2002: Disciplinou a prestação de contas dos vales-alimentação referentes às eleições de 2002;
- Resolução n. 7.283, de 15 de maio de 2002: Autorizou a realização de despesas com lanches e sucos;

- Resolução n. 7.284, de 15 de maio de 2002: Estabeleceu alterações na Resolução n. 7.038/1997 (programa de estágio);
- Resolução n. 7.285, de 21 de maio de 2002: Regulamentou o uso dos ambientes das redes Internet e Intranet e do correio eletrônico;
- Resolução n. 7.287, de 5 de junho de 2002: Constituiu a coordenação de fiscalização da propaganda eleitoral, para organizar no Estado de Santa Catarina o poder geral de polícia;
- Resolução n. 7.290, de 25 de junho de 2002: Estabeleceu plantão no Tribunal no período eleitoral;
- Resolução n. 7.300, de 16 de julho de 2002: Alterou o art. 13, *caput*, da Resolução n. 7.038/1997 (programa de estágio);
- Resolução n. 7.304, de 1º de agosto de 2002: Dispôs sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e dos Cartórios Eleitorais da Capital;
- Resolução n. 7.308, de 14 de agosto de 2002: Dispôs sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito dos Cartórios Eleitorais do interior;
- Resolução n. 7.310, de 21 de agosto de 2002: Criou o serviço de informações virtuais ao eleitor, mediante o compartilhamento de dados constantes na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina com as operadoras de telefonia celular e provedores de Internet da Circunscrição;
- Resolução n. 7.312, de 28 de agosto de 2002: Conferiu nova redação ao art. 8º da Resolução n. 7.270/2002 (disciplina a atuação dos Juízes Auxiliares);
- Resolução n. 7.314, de 3 de setembro de 2002: Alterou dispositivos da Resolução n. 7.019/1997 (normatiza a indicação, a designação e a substituição de Chefe de Cartório);

- Resolução n. 7.316, de 11 de setembro de 2002: Regulamentou a guarda e o armazenamento das urnas eletrônicas na Circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.317, de 19 de setembro de 2002: Estabeleceu os prazos para requerimento e exercício do direito de resposta nos dias que menciona;
- Resolução n. 7.318, de 25 de setembro de 2002: Aprovou o Programa de Assistência à Saúde;
- Resolução n. 7.322, de 17 de outubro de 2002: Estabeleceu os prazos para requerimento e exercício do direito de resposta nos dias que menciona;
- Resolução n. 7.324, de 13 de dezembro de 2002: Regulamentou os procedimentos relativos a acidente em serviço;
- Resolução n. 7.325, de 21 de novembro de 2002: Regulamentou o término da atuação dos Juízes Auxiliares nas Eleições 2002.

ELEIÇÕES INFORMATIZADAS NÃO-OFICIAIS

Dentro do programa de difusão e popularização das urnas eletrônicas – a despeito das intensas atividades preparatórias para as eleições –, este TRE, por intermédio da Coordenadoria de Eleições e dos respectivos Juízes Eleitorais, no período de março a julho deu suporte técnico e de pessoal a inúmeras eleições informatizadas de entidades públicas e privadas, destacando-se a eleição para a presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/SC) e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), para a gestão 2003/2005, realizada em 3.7.2002, envolvendo 31 Zonas Eleitorais e a instalação de urnas em 32 diferentes locais de votação (zonas do Crea) no Estado de Santa Catarina.

Destaca-se que o ônus decorrente das atividades necessárias à realização das mencionadas eleições é exclusivamente dos requerentes, cujos repasses de verbas são feitos mediante termos de convênio firmados com as entidades interessadas. O Tribunal oferece apenas apoio logístico e recursos humanos.

ATOS PREPARATÓRIOS PARA AS ELEIÇÕES

O Tribunal preparou-se para realizar as eleições com a costumeira eficiência, tendo atingido os objetivos a que se propunha, destacando-se (o que já se tornou salutar praxe, que vem sendo, ano a ano, aperfeiçoada) o Planejamento Estratégico – Eleições 2002, elaborado por equipes temáticas integradas por servidores desta Casa e por representantes dos Cartórios Eleitorais, designados pelas Portarias P n. 195 e 196/2001.

Foi desenvolvido intenso cronograma de atividades, desde meados de 2001, com vistas a proceder ao levantamento e à programação de todas as necessidades e atividades indispensáveis à realização de eleições mais organizadas, transparentes e céleres, tendo sido o relatório final, apresentado pela Comissão em julho de 2002, aprovado pela Presidência e posto em prática a partir de então.

Visando à habilitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento dos servidores, Juízes-Membros do Tribunal, Juízes Eleitorais, Escrivães e Chefes de Cartório, para que pudessem bem exercer as atividades que lhes são inerentes, foram oferecidos cursos e treinamentos e possibilitada a sua participação em eventos, nas mais diversas áreas de atuação, a saber: a) 10 (dez) cursos/treinamentos internos, ministrados por instrutores da Casa ou por terceiros contratados e organizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, com a participação de 232 (duzentos e trinta e dois) servidores; b) 42 (quarenta e dois) cursos/eventos externos, organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para tal fim, que contaram com a participação de 121 (cento e vinte e um) servidores, e c) 60 (sessenta) cursos/treinamentos/reuniões de trabalho promovidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, dos quais participaram 94 (noventa e quatro) servidores deste Tribunal.

Foram organizados pela Secretaria do Tribunal outros eventos e treinamentos voltados especificamente para a preparação do pleito, os quais foram posteriormente avaliados:

- Reunião da Comissão de Auditoria da Votação Paralela (18 participantes);
- Reunião com Partidos Políticos (22 participantes);

- Reunião do Grupo Votação Paralela (9 participantes);
- Reunião com Delegados de Partidos Políticos (10 participantes);
- Reunião Interna de Avaliação das Eleições 2002 (46 participantes);
- Encontro de Servidores dos Cartórios Eleitorais (133 participantes);
- XI Encontro de Juízes Eleitorais (143 participantes);
- III Encontro do Grupo de Logística dos Tribunais Eleitorais (38 participantes);
- Encontro de Chefes de Cartórios Eleitorais (105 participantes);
- Reunião Nacional de Avaliação das Eleições 2002 (64 participantes), e
- I Reunião Conjunta dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Eleitorais (132 participantes).

TREINAMENTO DE ELEITORES

Com o intuito de dar continuidade ao projeto de divulgação da urna eletrônica, tendo em vista a complexidade das Eleições 2002, gerada pelo grande número de cargos em disputa, foram realizados, sob a responsabilidade dos Juízes Eleitorais e com o suporte técnico da Coordenadoria de Eleições, treinamentos em 262 (duzentos e sessenta e dois) municípios, alcançando 592.043 (quinhentos e noventa e dois mil e quarenta e três) eleitores, perfazendo 15,51% do eleitorado de todo o Estado.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR – SERVIÇO 1511

A Central de Atendimento ao Eleitor iniciou suas atividades em 9 de setembro de 2002, com o objetivo de prestar informações sobre local de votação, número de título (em casos de extravio) e outros esclarecimentos acerca das eleições, funcionando até 27 de outubro de 2002. Foram realizados 25.887 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete) atendimentos aos eleitores e ao público em geral, sendo 20.706 (vinte mil, setecentos e seis) relativos ao 1º turno e 5.181 (cinco mil, cento e oitenta e um) ao 2º turno.

Para tanto, foi contratada pelo TRESA empresa para prestar o serviço, sempre sob a supervisão de servidores da Secretaria.

ELEIÇÕES 2002 – BALANÇO GERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

- Municípios: 293 (duzentos e noventa e três);
- Zonas Eleitorais: 102 (cento e duas);
- eleitorado apto a votar: 3.817.974 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, novecentos e setenta e quatro) eleitores;
- urnas eletrônicas utilizadas: 14.572 (quatorze mil, quinhentas e setenta e duas), incluídas as destinadas para reserva técnica de contingência e para justificativa eleitoral, sendo 483 (quatrocentas e oitenta e três) com módulo impressor externo (MIE);
- Seções Eleitorais: 13.067 (treze mil e sessenta e sete);
- Seções Eleitorais agregadas: 1.147 (mil, cento e quarenta e sete);
- Locais de Votação: 4.059 (quatro mil e cinqüenta e nove);
- número de Mesas Receptoras de Justificativas: 186 (cento e oitenta e seis);
- total de urnas apuradas: 11.920 (onze mil, novecentas e vinte);
- urnas anuladas e apuradas em separado: zero;
- urnas não apuradas: zero;
- Mesários: 72.000 (setenta e dois mil), dos quais cerca de 24.000 (vinte e quatro mil) receberam treinamento especial;
- Delegados de Prédio: 4.056 (quatro mil e cinqüenta e seis);
- técnicos de urna: 411 (quatrocentos e onze);
- servidores da Secretaria do TRESA: cerca de 170 (cento e setenta);
- estagiários: 373 (trezentos e setenta e três);
- Auxiliares Eleitorais: 200 (duzentos);

- escrutinadores de contingência: 1.688 (mil seiscentos e oitenta e oito);
- empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos envolvidos no transporte de materiais e das urnas eletrônicas: aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos);
- integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina: aproximadamente 6.000 (seis mil);
- Agentes da Polícia Federal: 52 (cinquenta e dois);
- número aproximado de pessoas envolvidas no processo eleitoral: 89.000 (oitenta e nove mil).

1º Turno:

- eleitorado que compareceu à votação: 3.301.569 (três milhões, trezentos e um mil, quinhentos e sessenta e nove) eleitores;
- abstenção: 516.405 (quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinco) eleitores, correspondendo a 13,53% (treze vírgula cinquenta e três por cento) do eleitorado;
- candidatos registrados para a eleição majoritária: 17 (dezessete), sendo 6 (seis) para o Governo do Estado e 11 (onze) para o Senado da República, e
- candidatos registrados para a eleição proporcional: 413 (quatrocentos e treze), sendo 120 (cento e vinte) para a Câmara Federal e 293 (duzentos e noventa e três) para a Assembléia Legislativa do Estado.

2º Turno:

- eleitorado que compareceu à votação: 3.238.941 (três milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e um) eleitores;
- índice de abstenção: 15,17% (quinze vírgula dezessete por cento), e
- candidatos ao Governo do Estado: 2 (dois).

VISITANTES ESTRANGEIROS NAS ELEIÇÕES

O Estado de Santa Catarina foi escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral, dentre outras Unidades da Federação, para receber a visita de delegações estrangeiras interessadas em conhecer o sistema eletrônico de votação em todas as suas fases, com vistas a levar a experiência para seus países de origem.

Assim, tivemos a honra de ser anfitriões, no primeiro turno das eleições, de Mark Mittelhauser e Monica Cummings, respectivamente Consul para Assuntos Trabalhistas e Vice-Consul para Assuntos Econômicos, do Consulado dos Estados Unidos da América em São Paulo; dos magistrados Erasmo Pinilla e Eduardo Valdés Escoffery, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Panamá; e de Helena Siteo, Antônio Carrasco e Orlando Comé, respectivamente Ministra de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Diretor do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral e Técnico de Informática de Moçambique.

Os visitantes estrangeiros participaram de intensa programação organizada pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, nos dias 5 e 6 de outubro, tais como: visita à cidade de Brusque para conhecer os preparativos das eleições naquele Município – berço do voto informatizado no Brasil –, onde foi feita a demonstração do sistema do voto impresso; visita a Seções Eleitorais do interior da Ilha e do Centro da Capital durante a votação; visita à Comissão de Auditoria – Votação Paralela; participação na Audiência de Oficialização do Sistema de Gerenciamento/TRESC, na Sala de Sessões desta Corte; visita à Central de Suporte/TRESC; encerramento da votação em Seção do Centro da Capital; visita à Central de Apuração das Zonas Eleitorais da Capital; visita às Centrais de Totalização e de Divulgação, no TRESC.

Na oportunidade todos, sem exceção, externaram a sua satisfação por participar do processo eleitoral em Santa Catarina, tanto pela seriedade, transparência e profissionalismo com que é tratado, quanto pela hospitalidade do povo catarinense, o que é mais um forte motivo de orgulho para nosso Estado.

RESULTADO OFICIAL DAS ELEIÇÕES

Além da divulgação dos resultados das eleições por meio de relatórios e pela Internet, foram colocados à disposição das agremiações partidárias CD-ROMs produzidos pela Secretaria de Informática do TRESC, com os resultados finais de votação. Quanto aos demais interessados, abriu-se a possibilidade de aquela Secretaria gravar os dados no mesmo meio magnético, mediante requerimento e às expensas dos peticionários.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Por comissão especialmente designada, foram elaborados, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária, os volumes 8, número 2, e 9, número 1, da *Resenha Eleitoral: Nova Série*, e o volume 6 do *Ementário de Jurisprudência do TRESC*, remetidos, como de costume, aos Juízes e Promotores Eleitorais do Estado, bem como a autoridades e a diversos órgãos de todo o País.

O *JTRESC Impresso* – ementário de jurisprudência deste Tribunal, com periodicidade mensal, que era encaminhado a todos os Juízes e Promotores Eleitorais do Estado, assim como a todos os Pretórios Eleitorais – transformou-se em *JTRESC Eletrônico*, passando a ser publicado apenas nas páginas da Intranet e Internet, divulgando com maior agilidade as ementas dos julgados da Corte aos Juízes de primeira instância e aos demais operadores do Direito.

Ainda sob a coordenação da Secretaria Judiciária, no intuito de subsidiar as atividades eleitorais atinentes ao pleito, a CJD produziu as seguintes publicações, que foram distribuídas aos membros e servidores do TRESC, Juízes e Promotores Eleitorais, Chefes de Cartório e a outros Regionais:

- *Eleições 2002*: legislação consolidada, com toda a legislação e as resoluções aplicáveis ao último pleito, incluindo fluxogramas do registro de candidatos, fiscalização, recursos e direito de resposta;
- *Eleições 2002*: resumo prático, manual reunindo informações relativas ao pleito e respondendo às principais dúvidas sobre propaganda eleitoral, trabalhos de votação, fiscalização e impugnação de votos.

JURISPRUDÊNCIA INFORMATIZADA

Houve incremento na base de dados da jurisprudência do TRESA (SJUR). Tal sistema visa à recuperação dos julgados, sendo que neste ano foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 391 (trezentos e noventa e um) acórdãos e 59 (cinquenta e nove) resoluções, totalizando 9.896 (nove mil, oitocentos e noventa e seis) registros atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRESA e do Tribunal Superior Eleitoral, permitindo-se, assim, a divulgação *on-line* da jurisprudência eleitoral catarinense em todo o Território Nacional.

Dando prosseguimento à digitalização do inteiro teor das decisões do Colegiado – projeto que continua sendo executado exclusivamente com recursos humanos e equipamentos existentes nesta Corte, o que representa sensível economia para o erário –, foram digitalizados, revisados e disponibilizados 2.241 (dois mil, duzentos e quarenta e um) acórdãos e 6.033 (seis mil e trinta e três) resoluções, totalizando 8.274 (oito mil, duzentos e setenta e quatro) documentos, estimando-se que, desde o início do projeto, já tenham sido digitalizadas mais de 108.000 (cento e oito mil) páginas.

Visando facilitar o acesso dos usuários à imagem dos acórdãos e resoluções digitalizados bem como integrar o inteiro teor das decisões disponibilizadas nas páginas Intranet e Internet do Tribunal ao SJUR, já que aquele sistema traz apenas a ementa dos julgados pesquisados, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária diligenciou junto à Secretaria de Informática para que fosse incluído no formulário do Sistema de Jurisprudência (SJUR) um “botão” de acesso à imagem da decisão (ITA), a fim de possibilitar aos usuários o conhecimento imediato do inteiro teor dos documentos pesquisados, nos mesmos moldes do TSE, o que está sendo solicitado àquela Corte Superior.

RECURSOS FINANCEIROS

Gerenciados pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração, os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União no exercício de 2002, bem como suas suplementações, constituíram o montante de R\$ 57.041.350,76 (cinquenta e sete milhões,

quarenta e um mil, trezentos e cinqüenta reais e setenta e seis centavos). Por conta desses créditos, foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 56.663.111,62 (cinqüenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e onze reais e sessenta e dois centavos).

Foram também recebidas, durante o exercício de 2002, provisões no valor total de R\$ 7.631.317,96 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e dezessete reais e noventa e seis centavos). E, ainda, concedidas provisões no valor de R\$ 164.028,20 (cento e sessenta e quatro mil e vinte e oito reais e vinte centavos).

Ressalta-se que todo o detalhamento técnico-contábil está no relatório da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria deste Tribunal, que integra o presente.

Procedeu-se, ainda, à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003.

COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS DO BRASIL

Durante esta gestão, para deliberar acerca de aspectos atinentes ao processo eleitoral e assuntos administrativos diversos de interesse da Justiça Eleitoral, realizaram-se a XXIII, a XXIV e a XXV Reuniões do Colégio de Presidentes, às quais compareceu a Presidência desta Corte, acompanhada do titular da Direção-Geral, respectivamente:

- em São Luís/MA, de 4 a 6 de abril de 2002, com a presença do Ministro Nelson Jobim, Presidente do colendo Tribunal Superior Eleitoral, que falou sobre os preparativos do TSE para as Eleições 2002, e do Ministro Fernando Neves, que tratou das principais resoluções que regeriam o processo eleitoral. Foram proferidas as palestras "A credibilidade da Justiça Eleitoral no Estado de Direito", pelo Dr. Hélio Miranda, e "A federalização da Justiça Eleitoral", pelo Dr. Elpídio Donizetti Nunes, Presidente da Associação Nacional de Magistrados do Estado de Minas Gerais (ANAMAGIS). Foi apresentada, pelo Presidente do TRE/MT, a campanha "Eleitor Mato Grosso", com destaque para as centrais de atendimento *on line*, instaladas em vários municípios. Foram discutidas, entre outras, as seguintes matérias: A elaboração, pela OAB, de

lista sêxtupla de advogados para integrar os Tribunais Eleitorais (TRESC); pedido de urgência ao TSE acerca da regulamentação do pagamento de serviço extraordinário aos servidores dos Cartórios Eleitorais (TRESC); apresentação de consulta ao TSE sobre o andamento do procedimento administrativo instaurado naquele Tribunal Superior visando ao desfazimento de urnas convencionais (TRESC); alteração da Resolução n. 20.251/1998, do TSE, que trata da concessão de diárias no âmbito da Justiça Eleitoral (TRE/PI); alteração do critério de remuneração dos membros dos TREs que exercem as respectivas Presidências (TRE/PI); o teor da Emenda Constitucional n. 35, que dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal, referente à imunidade parlamentar (TRE/PB); chancela mecânica (TRE/PR). Foram apresentados, ainda, os projetos do TRE/MA para as eleições 2002 – destacando-se o programa “Voto consciente”, o projeto “TRE-Móvel”, a campanha “Voto aos 16 anos”, o “Disque eleitor”, a campanha “Meu voto não tem preço” e o “Manual do eleitor-mascote” –; as novidades no processo de informatização para as Eleições 2002, pelo Secretário de Informática do TSE (sendo ressaltadas a implementação do voto impresso, a votação paralela, a alteração da cabina do eleitor, a utilização do terminal secundário e as eleições com urna eletrônica no exterior) e o “Programa de Acompanhamento de Processos Cíveis e Criminais Eleitorais” que está sendo implantado pela Corregedoria Regional Eleitoral do TRE/PB. Foi eleita, ainda, a nova diretoria do Colégio;

- em Porto Velho/RO, de 29 a 31 de agosto, com a presença dos Ministros Sepúlveda Pertence, Vice-Presidente do TSE, e Fernando Neves. Foram proferidas as seguintes palestras: “Ações civis eleitorais e a polêmica da Lei n. 9.840/1999”, pelo Dr. Tales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira, e “Propaganda eleitoral”, pelo Dr. Olivar Coneglian. Foram objeto de debate, ainda, as seguintes questões administrativas: pagamento de auxílio-alimentação para servidores requisitados, não comissionados (TRE/AC); pagamento de gratificação para Promotores Auxiliares designados pelo Procurador Regional Eleitoral nas comarcas que não sejam sede de Zona Eleitoral (TRE/AC); consulta ao Tribunal Superior Eleitoral quanto à forma de pagamento dos Juízes designados para presidir a votação paralela e seus suplentes (TRE/RN); proposta de que todos os Tribunais Eleitorais tivessem o mesmo número de funções

comissionadas (TRE/DF); proposta de se estender o Sistema de Acompanhamento de Processos para as Zonas Eleitorais (TRE/RO). A reunião cuidou, ainda, do tema Propaganda no Dia da Eleição, e, referindo-se especificamente à manifestação silenciosa e individual do eleitor, o Ministro Sepúlveda Pertence recomendou que a norma seja aplicada dentro do critério do bom senso, para que não haja excessos. O encontro foi finalizado com a apresentação de um CD pelo escritor Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira – no qual é possível localizar a jurisprudência e a legislação relativas à Justiça Eleitoral – e de um vídeo sobre a conscientização do voto em seu Estado pelo Presidente do TRE/AP;

- em São Paulo/SP, de 20 a 22 de março do corrente, com as presenças do Ministro Sepúlveda Pertence, recém-empossado Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira Corregedor-Geral Eleitoral, que discorreu sobre as Escolas Eleitorais e o projeto O Eleitor do Futuro; do Doutor Pedro Henrique Távora Niess, Procurador Regional da República em São Paulo, que falou sobre o tema Abuso de Poder; do Ministro Fernando Neves, que trouxe propostas para a regulamentação das Eleições Municipais de 2004, e do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Foram tratados, ainda, assuntos diversos e realizada a eleição da nova Diretoria do Colégio, tendo sido eleito Presidente o Des. José Mário Antonio Cardinale do TRE/SP.

AValiação DAS ELEIÇÕES – I REUNIÃO CONJUNTA DOS COLÉGIOS DE PRESIDENTES E DE CORREGEDORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Dando termo aos trabalhos eleitorais, com vistas às eleições de 2004, os Juízes Eleitorais e as Secretarias do Tribunal foram, como de costume, conclamados a fazer uma avaliação crítica das Eleições 2002.

Essa avaliação das últimas eleições teve como diferencial o seu caráter nacional uniforme, com vistas à I Reunião Conjunta dos Colégios de Presidentes e Corregedores Eleitorais, idealizada/discutida/cogitada nos últimos conclaves, ocorridos, respectivamente, em Porto Velho/RO e em Palmas/TO.

Para tanto, foram designados pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral – pela Portaria TSE n. 239, aditada pela de n. 243/2002 – grupos e subgrupos temáticos,

distribuídos conforme a sua área de atuação (GT-Informática e respectivos subgrupos, GT-Judiciária, GT-Corregedoria, GT-Prestação de Contas, GT-Campanha Institucional, GT-Recursos Humanos e GT-Administração, Orçamento e Finanças) e uma Comissão de Avaliação das Eleições 2002, responsável pela elaboração do relatório que foi apresentado nos dias 28 e 29 de novembro de 2002, quando da reunião conjunta.

Cada Tribunal Regional Eleitoral constituiu, também, equipes de trabalho, compostas por servidores, para procederem à coleta de subsídios em formulários *on-line* e realizarem uma avaliação prévia no âmbito de cada Estado, abordando todos os pontos julgados relevantes no processo eleitoral, para serem posteriormente encaminhados aos GTs acima referidos, sob a coordenação da Comissão de Avaliação, racionalizando, assim, os trabalhos, de forma a tornar mais eficiente a avaliação nacional.

Os subgrupos e grupos reuniram-se nesta Capital, em intensa programação, do dia 21 ao dia 26 de novembro, sob a coordenação da Comissão de Avaliação, tendo os trabalhos sido submetidos, no dia 27, aos Diretores-Gerais de todos os TREs, a alguns Juízes Eleitorais e a Chefes de Cartório convidados ao evento, ocasião em que houve amplo debate acerca das questões fundamentais.

Foram apresentados os documentos finais aos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais, nos dias 28 a 29 de novembro de 2002, na I Reunião Conjunta, que contou com a participação do Ministro Nelson Azevedo Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira, Corregedor-Geral Eleitoral, e Luiz Carlos Madeira, membro do Tribunal Superior Eleitoral.

No encontro, apesar de todos terem considerado bem-sucedidas as Eleições 2002, procedeu-se à coleta de sugestões – de ordem técnica, organizacional e legislativa – visando ao aprimoramento dos serviços para as eleições de 2004.

Na ocasião, o Ministro Nelson Azevedo Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que participara ativamente das principais reuniões da Comissão de Avaliação, dos GTs e dos Diretores-Gerais, realizou uma avaliação crítica das eleições gerais.

Foram apresentadas as avaliações dos Grupos Temáticos: Informática, Judiciária, Corregedoria Eleitoral, Prestação de Contas, Campanha Institucional, Recursos Humanos e Administração, Orçamento e Finanças.

Na conclusão dos trabalhos, foi apresentado ao Ministro Nelson Jobim, pela Comissão de Avaliação das Eleições 2002, o relatório final – que trouxe anexos os relatórios temáticos de cada grupo/subgrupo – em que restaram descritas as dificuldades encontradas em toda a Justiça Eleitoral e as sugestões de melhoria oferecidas para evitar-se a repetição de falhas em pleitos vindouros, visando a aperfeiçoar ainda mais o processo eleitoral.

O conclave, sem dúvida, ficará registrado nos anais da Justiça Eleitoral brasileira, tendo em vista que foi extremamente proveitoso e cumpriu os objetivos para os quais foi idealizado.

REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

A 19 de fevereiro de 2002, consignava-se a realização, no dia 17, na mais perfeita normalidade, de concurso público para provimento de cargos da Secretaria do Tribunal.

Em 28 de fevereiro, foi concedida a palavra ao Doutor Samir Claudino Beber, Diretor-Geral do Tribunal, para que fornecesse maiores esclarecimentos aos Juízes da Corte acerca das Centrais de Atendimento ao Eleitor, já funcionando em caráter experimental, e foi, de ofício, autorizada a criação de Central de Atendimento ao Eleitor nas Zonas Eleitorais de Joinville, Criciúma, Lages, Blumenau, São José e Florianópolis.

Na sessão de 24 de abril, após ter sido apresentado à Corte o resultado final do concurso público para provimento dos cargos da Secretaria do TRESA, o Colegiado, à unanimidade, homologou o resultado para provimento dos cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Analista Judiciário – Área Judiciária e Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Biblioteconomia, consignando-se que ainda não fora concluída a última etapa do concurso para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Taquigrafia, cujo resultado deveria ser posteriormente submetido ao Pleno para homologação.

Em 14 de maio, o Tribunal, à unanimidade, homologou o resultado final do concurso público realizado para provimento do cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Taquigrafia.

Na sessão de 28 de maio, relatei minha participação no VI Encontro de Corregedores da Justiça Eleitoral e na V Reunião do Colégio de Corregedores dos Tribunais Eleitorais do Brasil, realizadas, dias antes, em Brasília/DF.

Em 4 de junho, foi distribuído aos Membros do Tribunal e à Senhora Procuradora *folder* contendo a programação da reunião com os partidos políticos, referente às Eleições 2002, que se realizaria no dia 11 de junho, na Sala de Sessões do TRESA.

A 18 de junho de 2002, apresentei breve relato de minha participação na Reunião de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizada no dia anterior em Brasília, a respeito da conciliação dos distintos procedimentos da urna eletrônica, com e sem impressora, que seriam adotados pela Justiça Eleitoral nas eleições 2002.

Na sessão de 10 de julho, o Desembargador Genésio Noll, Corregedor Regional Eleitoral, comunicava a realização, naquela data, de reunião com os partidos políticos e as empresas de publicidade, a fim de sortear entre os partidos/coligações os locais destinados à propaganda eleitoral em *outdoors*.

Na mesma data, convidei os Senhores Juizes e o Procurador Regional Eleitoral Substituto para assistir à explanação – a ser feita pelo Senhor Secretário de Informática do TRESA – a respeito da urna eletrônica e sua segurança, bem como do correspondente relatório da Unicamp.

Em 23 de julho, esta Presidência relatou a apresentação da urna eletrônica modelo 2002, com módulo impressor externo (MIE), realizada no Fórum de Balneário Camboriú, lembrando aos presentes que iria a Laguna no dia seguinte para assistir a idêntica apresentação.

Na sessão de 21 de agosto, era registrada a presença neste Tribunal do Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que, na

ocasião, acompanhava Senadores do México, em visita a Santa Catarina, interessados em conhecer o sistema eletrônico de votação.

Na sessão de 23 de agosto, data limite para o julgamento dos processos de pedido de registro de candidato, inclusive os impugnados, e publicação das respectivas decisões (Resolução TSE n. 20.890, de 9.10.2001 – Instrução n. 52), informei à Corte que, além dos processos pertinentes à sua jurisdição, o Tribunal Regional Eleitoral havia apreciado 549 (quinhentos e quarenta e nove) pedidos de registro de candidatura, restando pendentes, por motivos alheios à vontade da Corte, apenas dois.

A 26 de agosto, foi procedido ao sorteio da ordem de colocação, na cédula de votação, dos nomes dos candidatos às eleições majoritárias (Governador e Senador).

Na sessão de 29 de agosto, foram distribuídas aos integrantes do Pleno cópias do modelo oficial da cédula eleitoral majoritária (1º turno – frente e verso) – Eleições 2002.

Em 11 de setembro, prestei informações à Corte sobre a VI Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, realizada nos dias 5 e 6 de setembro, em Palmas/TO.

Na sessão de 16 de setembro foi distribuído aos Juízes e à Procuradora Regional CD-ROM com orientações sobre a organização e o funcionamento das Seções Eleitorais instaladas para a recepção dos votos dos eleitores e dos formulários de justificativas dos eleitores em trânsito – criado para facilitar o treinamento dos mesários convocados para as Eleições 2002.

A 19 de setembro, foi aprovada pelo Colegiado, à unanimidade, a proposição da Direção-Geral para a realização em Santa Catarina – a 28 e 29 de novembro – de uma reunião conjunta dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Eleitorais do Brasil, para avaliação das Eleições 2002.

Na sessão de 30 de setembro, foi distribuído aos membros da Corte encarte publicado no jornal *A Notícia*, edição de 29.9.2002, intitulado *Tudo que você precisa saber sobre as Eleições 2002*, elaborado em conjunto por servidores da Coordenadoria de Comunicações e da Coordenadoria de Eleições.

Na mesma data, foi lido ofício subscrito pelo Doutor Ricardo Orofino da Luz Fontes, Presidente da Comissão da Votação Paralela, convidando para a cerimônia de sorteio das Seções Eleitorais cujas urnas eletrônicas seriam objeto de auditoria pelo procedimento de votação paralela, a ser realizado no dia 5 de outubro de 2002, às 9 horas, na Sala de Sessões do TRESA.

Em 2 de outubro, foram distribuídos aos Juizes e à Procuradora Regional exemplares dos manuais intitulados *Eleições 2002: resumo prático* (out. 2002), assim como *Eleições 2002: legislação consolidada* (3. ed., set. 2002), elaborados pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação.

Na sessão de 6 de outubro – dia da realização do 1º turno –, após ter registrado a presença, na Sala de Sessões, do Juiz Carlos Prudêncio, considerado o introdutor da votação eletrônica no município de Brusque e, conseqüentemente, no País, esta Presidência teceu breve relato sobre a história da urna eletrônica e informou que, no dia anterior, em Brusque, transcorreram com êxito a demonstração do voto impresso aos Magistrados Erasmo Pinilla Castillero e Eduardo Valdés Escoffery, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Eleitoral do Panamá, que estavam visitando o Estado para conhecer as diferentes etapas das eleições.

Na mesma data, às 10 horas, realizou-se a Audiência Pública de Oficialização do Sistema de Gerenciamento TRESA das Eleições 2002, conduzida pela Comissão Apuradora.

Suspensos os trabalhos, a sessão permaneceu aberta até serem retomados às 18 horas do dia 7.10.2002, quando expressei meus agradecimentos a todos pelo sucesso da realização do primeiro turno. Em seguida, o Juiz Genésio Nollí apresentou à Corte – conforme determina o disposto no art. 62, § 8º, da Resolução TSE nº 21.000/2002 – o Relatório Geral de Apuração, elaborado pela Comissão Apuradora.

Em 9 de outubro, procedia-se ao sorteio da ordem de colocação, na cédula de votação, dos nomes dos candidatos ao cargo de Governador do Estado, no segundo turno das Eleições 2002.

Na sessão de 17 de outubro, foi aprovado, à unanimidade, o Relatório Final da Comissão Apuradora das

Eleições 2002, assim como a Ata Geral das Eleições. Na seqüência, foram proclamados eleitos os candidatos constantes da nominata.

Em 27 de outubro, data em que se realizou o 2º turno, o Juiz Jorge Mussi, Vice-Presidente em exercício do Tribunal e Presidente designado da Comissão de Apuração – registrando ter sido o TRESO o primeiro no País a divulgar o resultado das eleições no 2º turno –, anunciou os resultados finais, no Estado de Santa Catarina, das eleições para Presidente da República e para Governador do Estado.

Na sessão de 5 de novembro, em cumprimento ao disposto no art. 64 da Resolução TSE n. 21.000/2002, a Comissão Apuradora apresentava o relatório final da apuração do 2º turno das eleições, consignando que a totalização de votos no Estado de Santa Catarina se encerrou às 23 horas do dia 27 de outubro. O Tribunal, à unanimidade, aprovou o relatório, proclamando eleito o Senhor Luiz Henrique da Silveira para o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

A Presidência, na sessão de 5 de dezembro, relatava a visita que recebera, na data, dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de São Francisco do Sul.

Em 18 de dezembro, foi realizada, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a sessão solene de diplomação dos eleitos nos pleitos de 6 e 27 de outubro de 2002.

Em 19 de dezembro, encerrando as atividades relativas ao ano de 2002, esta Presidência agradeceu aos Juízes e à Procuradora Regional Eleitoral.

Saudando os membros do Tribunal e os amigos presentes, procedi à abertura do Ano Judiciário Eleitoral em Santa Catarina, em 4 de fevereiro de 2003.

Em 19 de fevereiro de 2003, o Pleno aprovou, à unanimidade, a proposição desta Presidência de que constasse em ata e fosse devidamente transmitido ao Desembargador Alberto Luiz da Costa – Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ex-Presidente desta Corte Eleitoral –, voto de congratulações pelos 50 anos de serviço público completados.

Na mesma sessão, com a adesão dos Senhores Juízes e da Senhora Procuradora Regional Eleitoral, apresentei congratulações ao Doutor Ronaldo Moritz Martins da Silva por ter Sua Excelência sido removido para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, augurando-lhe profícua judicatura naquela Corte.

Ainda na mesma data, reunia-se o Tribunal em Conselho para deliberar acerca da sucessão presidencial, em razão do público e notório grave estado de saúde do Desembargador Genésio Nolli – que, desde 11 de outubro de 2002, encontra-se afastado de suas funções jurisdicionais da Justiça Comum e, por conseguinte, da Justiça Eleitoral –, acordando em considerá-lo impedido de participar do pleito, a teor do disposto no art. 71 da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN). Suscitada a questão sobre quem concorreria aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, a Corte deliberou que a disputa ocorresse entre os Desembargadores Jorge Mussi e Carlos Prudêncio, já ocupantes das vagas de suplentes. Diante disso, o Tribunal, por maioria de votos, acolheu a proposição do Juiz Rodrigo Roberto da Silva para a realização da eleição naquela mesma data.

Assim, retomados os trabalhos da sessão pública, foram iniciados os procedimentos para a eleição do futuro Presidente e a indicação do Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo sido eleito Presidente do TRESO o Desembargador Jorge Mussi, nos termos do art. 23 do seu Regimento Interno, e indicado, na forma do § 1º desse artigo, o Desembargador Carlos Prudêncio para ocupar a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral.

O Juiz Rodrigo Roberto da Silva informou aos integrantes da Corte, à Senhora Procuradora e aos senhores serventuários, na sessão de 25 de fevereiro de 2003, que, em virtude da publicação do ato de nomeação do Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva para exercer o cargo de Juiz Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sua Excelência sentia-se automaticamente impedido de atuar como membro deste Tribunal, pelo que lhe pedira transmitisse a todos, com seu abraço, seu agradecimento pelas atenções que recebera quando de sua passagem nesta Corte.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

O Presidente do Tribunal compareceu:

- de 4 a 6 de fevereiro de 2002, à IV Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, em Boa Vista/RR;
- em 15 de fevereiro de 2002, à sessão de abertura do Ano Legislativo, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis;
- em 1º de março de 2002, ao jantar em homenagem ao Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no Tabajara Tênis Clube, em Blumenau;
- em 12 de março de 2002, à instalação da Central de Atendimento ao Eleitor no Fórum de São José;
- em 14 de março de 2002, à instalação da Central de Atendimento ao Eleitor no Fórum de Blumenau;
- em 15 de março de 2002, à instalação da Central de Atendimento ao Eleitor no Fórum de Joinville;
- em 18 de março de 2002, à solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em Florianópolis;
- em 21 de março de 2002, à instalação da Central de Atendimento ao Eleitor no Fórum de Criciúma;
- em 22 de março de 2002, à instalação da Central de Atendimento ao Eleitor no Fórum de Lages;
- em 23 de março de 2002, à sessão solene comemorativa do 276º aniversário de Florianópolis, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis;
- de 4 a 6 de abril de 2002, ao XXIII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, em São Luís/MA;
- em 26 de abril de 2002, à solenidade de posse dos novos dirigentes do TRE de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG;
- de 16 a 17 de maio de 2002, ao II Congresso de Direito Eleitoral, em Maceió/AL;
- de 23 a 24 de maio de 2002, ao V Encontro do Colégio de Corregedores Regionais Eleitorais, representando o Vice-

Presidente e Corregedor Regional, Desembargador Genésio Nolli, em Brasília/DF;

- de 7 a 8 de junho de 2002, ao XI Encontro de Juízes Eleitorais de Santa Catarina, no Auditório da OAB/SC, em Florianópolis;
- em 11 de junho de 2002, à reunião com os dirigentes de partidos políticos do Estado de Santa Catarina, para tratar de assuntos relativos às Eleições 2002, na Sala de Sessões do TRESA, em Florianópolis;
- em 17 de junho de 2002, à reunião de Presidentes e de Corregedores de Tribunais Regionais Eleitorais com os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF;
- de 24 a 25 de junho de 2002, ao Encontro de Servidores dos Cartórios Eleitorais, em Florianópolis;
- em 4 de julho de 2002, ao seminário "Eleições 2002", promovido pela Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), no Auditório do Tribunal de Contas do Estado, em Florianópolis;
- em 15 de julho de 2002, à audiência com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em São Paulo/SP;
- em 17 de julho de 2002, à reunião preparatória para as eleições com impressão de voto, na Sala de Múltiplo Uso do TRESA, em Florianópolis;
- em 19 de julho, à reunião com dirigentes dos partidos políticos, sobre prestação de contas, na Sala de Múltiplo Uso do TRESA, em Florianópolis;
- em 23 de julho de 2002, à apresentação da urna eletrônica modelo 2002, com módulo impressor externo, no Fórum de Balneário Camboriú;
- em 24 de julho de 2002, à apresentação da urna eletrônica modelo 2002, com módulo impressor externo, em Laguna;
- em 25 de julho de 2002, à apresentação da urna eletrônica modelo 2002, com módulo impressor externo, no Fórum de Brusque;
- em 2 de agosto de 2002, à instalação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no Auditório da OAB/SC, em Florianópolis;

- em 2 de agosto de 2002, à cerimônia de outorga do título de Cidadão Honorário de São Francisco do Sul ao Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, na Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul;
- em 14 de agosto de 2002, à reunião com delegados de partidos políticos, na Sala de Sessões do TRESC, em Florianópolis;
- em 16 de agosto de 2002, à sessão sobre legislação eleitoral, sistema partidário e reforma política no seminário “Dimensões Eleitorais da Democracia”, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis;
- em 20 de agosto de 2002, à solenidade de passagem do Comando-Geral da Polícia Militar ao Coronel PM Sérgio Wallner, no Centro de Ensino da Polícia Militar, em Florianópolis;
- de 26 a 27 de agosto de 2002, ao Encontro de Chefes de Cartório, no Praiatur Hotel, em Florianópolis;
- de 29 a 31 de agosto de 2002, ao XXIV Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Eleitorais do Brasil, em Porto Velho/RO;
- de 5 a 6 de setembro de 2002, à VI Reunião do Colégio de Corregedores dos Tribunais Eleitorais do Brasil, representando o Desembargador Genésio Nolli, Vice-Presidente e Corregedor do TRESC, em Palmas/TO;
- em 12 de setembro de 2002, à sessão pública de instalação da Comissão de Auditoria da Votação Paralela, na Sala de Sessões do TRESC, em Florianópolis;
- em 18 de setembro de 2002, ao lançamento do CD-ROM *Treinamento de Mesários*, no Gabinete da Presidência do TRESC, em Florianópolis;
- em 25 de setembro de 2002, ao recital comemorativo ao 109º aniversário da Banda de Música da Polícia Militar de Santa Catarina, no Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis;
- em 26 de setembro de 2002, à audiência com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Nelson Jobim, sobre o Encontro Conjunto dos Colégios de Presidentes e de Corregedores de Tribunais Eleitorais – Avaliação das Eleições 2002, no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF;

- em 27 de setembro de 2002, à solenidade comemorativa dos 35 anos de implantação da Justiça Federal em Santa Catarina, no Auditório da Justiça Federal, em Florianópolis;
- em 5 de outubro de 2002, ao sorteio das urnas eletrônicas que seriam auditadas pela votação paralela;
- em 5 de outubro de 2002, viagem a Brusque, acompanhando a Delegação de visitantes estrangeiros do Panamá;
- em 6 de outubro de 2002, à audiência de oficialização do Sistema de Gerenciamento das Eleições 2002, na Sala de Sessões do TRESA, em Florianópolis;
- em 6 de outubro de 2002, aos trabalhos da Comissão de Auditoria da Votação Paralela, no Auditório Tribunal de Contas da União, em Florianópolis;
- em 25 de outubro de 2002, à reunião com os partidos políticos envolvidos no 2º turno das Eleições 2002;
- em 26 de outubro de 2002, à reunião com os Juízes Eleitorais da Grande Florianópolis, na Sala de Reuniões da Presidência do TRESA, em Florianópolis;
- de 25 a 29 de novembro de 2002, à Avaliação das Eleições 2002, no Jurerê Beach Village, em Florianópolis;
- de 28 a 29 de novembro de 2002, ao I Encontro Conjunto dos Colégios de Presidentes e de Corregedores Eleitorais do Brasil, no Jurerê Beach Village, em Florianópolis;
- em 18 de dezembro de 2002, à sessão solene de diplomação dos candidatos eleitos no pleito de 2002, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis;
- em 1º de fevereiro de 2003, à instalação da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no Plenário Osni Régis, em Florianópolis;
- em 3 de fevereiro de 2003, à solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

O Tribunal foi representado por seu Vice-Presidente e, na impossibilidade deste fazê-lo, pelos demais Juízes integrantes do Pleno em diversas solenidades civis e militares.

AGRADECIMENTOS

Exteriorizo, mais uma vez, os agradecimentos aos Juízes Efetivos e Substitutos deste Tribunal; aos Juízes Eleitorais de todo o Estado, com especial destaque aos da Capital que foram designados para auxiliar o Corregedor na hercúlea tarefa delegada à Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral, Juízes Paulo Roberto Camargo Costa e Newton Varella Júnior; e à Procuradoria Regional Eleitoral, extensivos aos Promotores das respectivas Zonas Eleitorais.

Não posso deixar de reportar-me com gratidão àqueles que, dentre o todo dos cidadãos catarinenses, atenderam ao chamado da Justiça Eleitoral para o exercício do *munus* de Mesário, Escrutinador, integrante de Junta Apuradora de Contingência ou de Secretaria, assim como aos demais colaboradores diretos e indiretos em atividades de apoio. Integram esses cidadãos o corpo da Justiça Eleitoral, devendo-se também a esse verdadeiro exército de colaboradores o sucesso operacional do pleito.

Fundamental foi a participação dos valorosos, competentíssimos e incansáveis servidores – a quem presto minhas justas homenagens na pessoa do Diretor-Geral, Doutor Samir Claudino Beber, timoneiro seguro na condução dos trabalhos, tanto das Secretarias do TRES (Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática) quanto das Zonas Eleitorais – e, na apuração, muito especialmente dos responsáveis pela transmissão e recepção dos dados, das Zonas Eleitorais para o Tribunal, e pela totalização, que se portaram como verdadeiros guerreiros, entrando noite a dentro a fim de resolver as pendências decorrentes de problemas técnicos – principalmente relacionados com o novo sistema de votação eletrônica com voto impresso –, para, ao final, concluir com pleno êxito e absoluta transparência os trabalhos de apuração.

Da mesma forma, dos Gerentes Regionais – servidores de todas as Secretarias desta Casa, treinados, e designados por esta Presidência –, que, em 18 pólos estrategicamente distribuídos por todo o Estado, e coordenados pela zelosa equipe da Secretaria de Informática do TRES, deram plena cobertura técnica e operacional à eleição; bem como dos auxiliares de todos os matizes que deram, cada qual, o melhor de si em prol de um objetivo comum.

Especial destaque é de ser dado, ainda, aos integrantes da Comissão de Apuração, Desembargador Genésio Nolli – infelizmente hoje acometido de grave enfermidade, que acumulou as funções de Corregedor Regional Eleitoral e de Presidente da Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral –; Juízes Otávio Roberto Pamplona e Oswaldo José Pedreira Horn, e a servidora Renata Beatriz de Fávere, que prestaram, também, sua efetiva colaboração para o sucesso do pleito.

O trabalho foi irrepreensível. Parabéns!

Foi essencial, também, a colaboração eficiente de entidades públicas e privadas que deram, todas, sua parcela de colaboração para a realização do pleito, quais sejam: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Tribunal de Justiça do Estado, Polícia Militar de Santa Catarina, Polícia Federal, Embratel, Tim Celular, Telesc, Celesc, Eletrosul, Tribunal de Contas da União, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Universidade Federal de Santa Catarina, Besc, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ciasc, Cidasc, Procomp, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC).

A valiosíssima parceria da mídia – escrita, falada e televisionada –, sempre presente na tarefa de bem informar e de despertar a cidadania pelo exercício do voto livre e consciente, da mesma forma, foi fator de destaque.

Devo reconhecer, ainda, o comportamento ético dos dirigentes partidários, dos candidatos e dos delegados credenciados perante a Justiça Eleitoral, que, via de regra, tiveram atitudes corretas, honrando nossas tradições.

Merece destaque a atuação das servidoras Clarice Rosângela de Campos da Silva e Sílvia Argiles Wolff, lotadas no Gabinete da Direção-Geral; Vanessa de Souza Machado, lotada na Assessoria da Presidência; e, em especial, às servidoras Suzete Maria Corcetti Balbinot e Ana Eloise de Carvalho Flôres, respectivamente Oficial de Gabinete e Assessora da Presidência, não somente pela dedicação ao trabalho, pela competência e pelo alto senso de responsabilidade, mas, sobretudo, pela atenção com que me distinguiram, no dia-a-dia, nessa minha breve passagem por esta Casa.

Finalmente, a todos os acima mencionados e àqueles que eu, involuntariamente, haja omitido e a quem peço, antecipadamente, escusas, transmito os mais veementes e sensibilizados agradecimentos pela valiosa contribuição que deram à democracia.

Florianópolis, março de 2003.

Des. Anselmo Cerello
Presidente

2 CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Ao término do período de gestão à frente da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina em substituição ao eminente Desembargador Genésio Nolli, cumpre-me apresentar um sucinto relato das atividades desempenhadas no intervalo compreendido entre março de 2002 e março de 2003.

Para melhor sistematização do exame, adotaram-se os tópicos: Atividades Judiciais; Correições e Inspeções; Revisões de Eleitorado; Fiscalização do Cadastro de Eleitores, Outras Atividades Desenvolvidas pela Corregedoria; Provimentos; Portarias; Encontros de Corregedores Regionais Eleitorais; Expedição de Correspondência e de Orientações; Conclusões.

ATIVIDADES JUDICIAIS

No que se refere ao andamento de processos judiciais ou administrativos de competência deste Órgão Jurisdicional, foram autuados e processados, conforme quadro abaixo:

| Autuados em 2002 | |
|---|------------|
| Espécie | Quantidade |
| Investigação judicial eleitoral | 30 |
| Pedido de revisão de eleitorado | 11 |
| Reclamação/representação contra Juízes Eleitorais | 2 |
| Reclamação/representação contra servidores | 4 |
| Consulta | 5 |
| Reclamação relativa à propaganda partidária | 3 |
| Outros | 1 |

Desse total, vinte foram julgados.

No ano em curso, registramos os seguintes dados estatísticos:

| Autuados em 2003 | |
|---|------------|
| Espécie | Quantidade |
| Investigação judicial eleitoral | 1 |
| Pedido de revisão de eleitorado | 4 |
| Reclamação/representação contra Juízes Eleitorais | 2 |
| Outros | 1 |

Todo o trâmite dessas ações foi promovido pela Secretaria da Corregedoria abrangendo as autuações, intimações, cumprimento de despachos e diligências.

No que tange às investigações judiciais eleitorais, merece ser registrada a dificuldade enfrentada pelos servidores da Corregedoria para promover a notificação pessoal dos representados, haja vista que geralmente se encontravam em viagem para divulgação de sua campanha, frustrando as muitas tentativas de cumprimento das diligências.

Como já registrado durante os trabalhos de avaliação das Eleições 2002, urge que sejam revistas as estruturas das Corregedorias, mormente no que se refere à necessidade de designação de Oficiais de Justiça.

Por outro lado, é imprescindível que seja viabilizado no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) — para eliminação do atendimento pessoal ou por telefone a partes e advogados — o acompanhamento processual das investigações via Internet uma vez que, não se tratando de processos sob sigilo de justiça, não há qualquer restrição a tal procedimento.

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

Em razão dos preparativos para as eleições gerais de 2002, não foram promovidas correções.

REVISÕES DE ELEITORADO

Todas as revisões de eleitorado aprovadas por esta Corte no ano de 2001 e 2002 foram homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, conforme relacionadas abaixo:

| Município | Zona Eleitoral |
|---------------------------|--------------------------|
| Balneário Arroio do Silva | 1ª ZE — Araranguá |
| Capão Alto | 104ª ZE — Lages |
| Guatambu | 94ª ZE — Chapecó |
| Marema | 48ª ZE — Xaxim |
| Morro da Fumaça | 34ª ZE — Urussanga |
| Painel | 93ª ZE — Lages |
| Palmeira | 93ª ZE — Lages |
| Ponte Alta | 11ª ZE — Curitiba |
| Treviso | 92ª ZE — Criciúma |
| Cerro Negro | 52ª ZE — Anita Garibaldi |

No momento estão em trâmite nesta Corregedoria dezoito pedidos de revisão de eleitorado, as quais, se aprovadas, deverão ser realizadas ainda no ano em curso.

Abaixo segue quadro indicativo dos municípios envolvidos:

| Município | Zona Eleitoral |
|------------------------|------------------------------|
| Armazém | 99ª ZE — Tubarão |
| Barra Bonita | 45ª ZE — São Miguel do Oeste |
| Bom Jesus | 43ª ZE — Xanxerê |
| Cunha Porã | 83ª ZE — Cunha Porã |
| Descanso | 45ª ZE — São Miguel do Oeste |
| Dionísio Cerqueira | 50ª ZE — Dionísio Cerqueira |
| Garopaba | 73ª ZE — Imbituba |
| Ibiam | 47ª ZE — Tangará |
| Itapema | 91ª ZE — Balneário Camboriú |
| Nova Itaberaba | 94ª ZE — Chapecó |
| Otacílio Costa | 93ª ZE — Lages |
| Pinheiro Preto | 47ª ZE — Tangará |
| São João do Oeste | 65ª ZE — Itapiranga |
| São Pedro de Alcântara | 29ª ZE — São José |
| Taió | 46ª ZE — Taió |
| Tigrinhos | 58ª ZE — Maravilha |
| Turvo | 42ª ZE — Turvo |
| Vargeão | 63ª ZE — Ponte Serrada |

FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO DE ELEITORES

As atividades de acompanhamento dos trabalhos cartorários, no que tange à regularidade do cadastro eleitoral, exigiram dedicação permanente dos servidores desta Secretaria e resultaram na expedição de diversas orientações, registrando-se a seguinte movimentação estatística:

| | |
|---|-----|
| Pedidos de reversão de transferência equivocada | 5 |
| Reversão de base histórica | 26 |
| Restabelecimento de inscrição | 567 |
| Processos administrativos de correção de dados pessoais | 647 |
| Perda de direitos políticos | 15 |

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CORREGEDORIA

Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral

Pela primeira vez o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, observando o comando da Resolução TSE n. 20.988/2002, instituiu a Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral para exercer o poder de polícia na Capital e orientar a atuação dos demais Magistrados no interior.

A Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral (CFPE) foi constituída pela Resolução TRESA n. 7.287/2002; presidida pelo Corregedor, é composta por dois Magistrados de 1º grau, Drs. Newton Varella Júnior e Paulo Roberto Camargo Costa.

A Coordenação criada para as Eleições 2002 utilizou a estrutura da Corregedoria Regional Eleitoral, que atuou na parte de secretaria, assessoria e atividades cartorárias, contando com seis servidores e uma estagiária.

Foram nomeados, para o efetivo exercício do poder de polícia, dois fiscais para cada Zona Eleitoral sediada nesta Capital, no total de oito fiscais com a competência de promover diligências para constatação de irregularidades e atuação dos casos detectados.

Estatisticamente, merecem ser registrados os seguintes dados relativos às atividades da Coordenação:

| Processos atuados | Ofícios expedidos | Ofícios-Circulares expedidos | Mensagens eletrônicas |
|-------------------|-------------------|------------------------------|-----------------------|
| 215 | 112 | 28 | 28 |

Além disso, a Coordenação promoveu sete reuniões com partidos políticos, emissoras de rádio e de TV e empresas de *outdoors*.

Ressalta-se que os Magistrados que compuseram a Coordenação se mantiveram em contato direto e permanente com órgãos da imprensa com o objetivo de divulgar para a população as regras relativas à propaganda eleitoral nas ruas, atuando de maneira transparente e preventivamente para evitar conflitos futuros.

O trabalho da Coordenação, desenvolvido pela primeira vez no âmbito deste Tribunal, foi acolhido positivamente pela população e pela imprensa, que se manifestou a favor da atuação, preventiva e repressiva, da Justiça Eleitoral destinada a restringir os excessos da propaganda eleitoral, sendo engrandecida com a marcante atuação dos Drs. Newton Varella Júnior e Paulo Roberto Camargo Costa.

Comissão Apuradora

Conforme determinado no art. 30, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, o Corregedor presidiu a Comissão Apuradora das Eleições 2002, composta também por dois Juizes desta Corte.

A totalização de votos no Estado de Santa Catarina, no primeiro turno, encerrou-se às seis horas do dia sete de outubro, após o que a Secretaria de Informática da Casal encaminhou à Comissão o resultado final apurado de acordo com o procedimento previsto na Resolução TSE n. 21.000/2002.

Registrou-se apenas uma reclamação, protocolizada pelo Partido Verde, por alegada inconsistência na votação obtida pela agremiação. Submetida à análise da Comissão, exarou-se parecer, que foi acolhido pelo Tribunal, pela improcedência do reclamo.

Deve ser registrado que, em face do disposto no art. 28, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, foi

realizado segundo turno de votação para o cargo de Governador do Estado, entre os dois candidatos mais votados, Esperidião Amin Helou Filho e Luiz Henrique da Silveira, tendo os trabalhos se desenvolvido sem qualquer incidente.

PROVIMENTOS

No exercício das atribuições de orientar e fiscalizar os trabalhos dos Cartórios Eleitorais expediram-se quatro provimentos, a seguir declinados:

- Provimento n. 1/2002 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado pelas centrais de atendimento,
- Provimento n. 2/2002 - Dispõe sobre recebimento e processamento de RRI,
- Provimento n. 3/2002 - Altera o anexo IV do Provimento n. 3, de 18.6.2000, e
- Provimento n. 4/2002 - Dispõe sobre o exercício do poder de polícia com relação à propaganda eleitoral.

PORTARIAS

No ano em curso, a Corregedoria expediu uma portaria (n. 4) que determinou a instauração de sindicância.

Registre-se que a Coordenação de Fiscalização de Propaganda Eleitoral editou duas portarias destinadas a regulamentar a colocação de propaganda eleitoral em postes de energia elétrica e em áreas tombadas.

ENCONTROS DE CORREGEDORES REGIONAIS ELEITORAIS

A Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina se fez representar pelo eminente Presidente desta Casa nas reuniões promovidas pelo Colégio de Corregedores Eleitorais realizadas nas cidades de Boa Vista/RO, Brasília/DF e Palmas/TO.

A Assessoria da Corregedoria participou da Reunião de Presidentes e Corregedores convocada pelo Ministro Nelson Jobim para discutir aspectos importantes da Eleição 2002.

Em novembro último foi realizada nesta Capital a primeira reunião conjunta de Presidentes e Corregedores de Tribunais Eleitorais, durante a qual foram discutidas as atribuições dos Órgãos Correicionais e avaliados os trabalhos desenvolvidos no ano transato.

EXPEDIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA E DE ORIENTAÇÕES

Na gestão 2002/2003 foi expedida correspondência considerável destinada à orientação de Cartórios Eleitorais, comunicação de atos processuais e encaminhamento de documentos, registrando-se:

| Ofícios expedidos | Mensagens-Circulares | Ofícios-Circulares |
|-------------------|----------------------|--------------------|
| 1895 | 27 | 150 |

CONCLUSÕES

As Eleições Gerais de 2002 trouxeram uma carga de trabalho que muitas vezes se mostrou incompatível com a estrutura da Corregedoria, o que ressalta a urgente necessidade da aprovação do projeto de reestruturação das secretarias.

Da mesma forma, a definição das atividades e a sistematização das atribuições, discutidas no último Encontro de Presidentes e Corregedores Regionais Eleitorais, deve merecer atenção especial dos Tribunais, a fim de que as competências possam mais bem definidas e exercidas.

Por fim, necessário registrar o excelente trabalho desenvolvido pelo Desembargador Genésio Nolli, titular desta Corregedoria licenciado por problemas de saúde em outubro último. Sua Excelência assumiu com galhardia e competência as atribuições que lhe foram imputadas, permitindo que o trabalho se desenvolvesse a contento durante todo o pleito.

Também não se pode deixar de expressar o agradecimento ao apoio emprestado pelo Excelentíssimo Senhor

Desembargador Anselmo Cerello, pessoalmente e por meio do corpo funcional desta Casa, aos eminentes Juízes deste Tribunal e à douta Procuradoria Regional Eleitoral, que, sempre interessados, mantiveram-se solícitos para com os trabalhos desenvolvidos por este Órgão Correcional.

Des. Jorge Mussi
Corregedor Regional Eleitoral Substituto

3 DIREÇÃO GERAL

Muito mais que diante de uma obrigação regimental, o relato das atividades da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é o registro histórico daquilo que se fez – e daquilo que se deixou de fazer.

Sob outro prisma, mas tentando sair da fórmula burocratizante das rotinas administrativas da Administração Pública, este documento servirá de supedâneo à elaboração do Relatório de Gestão da Presidência – exercício 2002 –, além de ser, efetivamente, a “prestação de contas” da “Administração” à Presidência, à Corte e à Sociedade Catarinense.

Há, neste último parágrafo, implicitamente – mais do que o cumprimento de uma obrigação legal, funcional e ética –, o registro de um compromisso com a responsabilidade administrativa, o que não importa, contudo, em administração competente; há, de outra banda, igualmente de forma implícita – mas que vejo como oportuna a sua explicitude –, uma crítica àqueles que personificam ou personalizam a Administração, incluindo-se ou excluindo-se, conforme o que lhe é mais conveniente.

Nós fazemos parte da Administração da Justiça Eleitoral em Santa Catarina e, muito mais do que vaidosos e honrados pelos bônus desta condição, estamos conscientes da responsabilidade de ao menos tentar bem gerir a coisa pública, tratando-a de forma ainda mais zelosa do que se nossa pessoalmente fosse. E registro isso com tranquilidade, pois esse não é um trabalho conjugado na primeira pessoa; ao contrário, mesmo se assim alguém quisesse, há centenas de co-responsáveis pelo sucesso da nossa empreitada.

Adentrando no relatório propriamente dito, e independentemente de vontade, este documento tem a representação de um ato solene e a solenidade não lhe poderá ser sonogada. E nesta apresentação, cuja parte mais singela cabe à Direção-Geral, se começo mal pela antipatia ou pela rispidez das palavras – e delas assumo integral responsabilidade –, quero apenas registrar a magnitude do realizado no ano de 2002.

Não obstante 2002 tenha sido ano eleitoral, o que, por si só, tornaria pleno o funcionamento da Secretaria, realizou-se muito mais, e bem. O documento que segue, como dito acima, é o registro material destas ações, razão pela qual todas as Unidades e todos os servidores são merecedores dos mais efusivos encômios.

Numa visão ampla e geral, destaca-se o fato de a atividade eleitoral propriamente dita, aquela de realizar as eleições, ser cada vez mais uma tarefa de muitos, por que não dizer, de todos. E tão significativo é este fato que, se porventura alguém, numa visão autocrítica, não se encaixar neste “todo”, deverá rever sua conduta perante o Tribunal e perante a Sociedade aos quais estamos vinculados. *Mutatis mutandis*, devemos, Administração e Servidores, estar preparados para uma permanente e construtiva crítica do que foi feito e daquilo que não se fez, permitindo a inclusão daqueles que podem ter sido excluídos do processo por falhas procedimentais e/ou administrativas.

Mas se a eleição foi o marco de 2002, é bom lembrar que a Justiça Eleitoral em Santa Catarina manteve-se atuante em todos os seus campos de ação. E para ilustrar, destaco, exemplificativa e setorialmente, algumas ações, na busca de uma forma de homenagear e agradecer aos colegas que junto estiveram durante o laborioso ano que passou:

“Buscou-se trazer a lume os entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito da legislação incidente sobre as matérias inseridas nos documentos enviados para análise, cuja conclusão, ainda que não vinculante, serviu de supedâneo para a indispensável decisão [...]”;

“Consultas realizadas a órgãos públicos, destinadas a esclarecer dúvidas fiscais, tributárias, financeiras e previdenciárias, nos seguintes totais: à Receita Federal: 9 (nove); à Fazenda Estadual: 7 (sete); à Prefeitura Municipal de Florianópolis: 11 (onze)”;

“[...] pesquisas eleitorais registradas: 123 (cento e vinte e três); sessões atendidas: 141 (cento e quarenta e uma); processos autuados: 1.769 (mil, setecentos e sessenta e nove); ofícios expedidos: 2.028 (dois mil e vinte e oito), além de 14 (catorze) ofícios-circulares [...]”;

“[...] os veículos pertencentes a esta Casa percorreram, durante o ano, cerca de 112.181km (cento e doze mil, cento e oitenta e um quilômetros) e os locados e requisitados 180.731km (cento e oitenta mil, setecentos e trinta e um quilômetros), consumindo, aproximadamente, 13.757 (treze mil setecentos e cinquenta e sete) e 13.000 (treze mil) litros de combustível, respectivamente”;

“[...] realização do Concurso Público n. 001/2001, que possibilitou o provimento de 8 (oito) cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária; 1 (um) cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade - Taquigrafia e 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa [...]”;

“A Seção de Intranet e Internet, no ano de 2002, publicou mais de 6.000 páginas estáticas, aproximadamente 530 arquivos do tipo PDF, dentre outros tipos, perfazendo um total acima de 8.000 arquivos eletrônicos”;

Os números falam por si e demonstram, pelas atividades/resultados amostrados – quer de atividades complexas, quer de atividades rotineiras –, a magnitude do Eleitoral.

E como era de se esperar – e foi dito –, a Secretaria não é a Direção-Geral ou qualquer outra de suas Unidades. A Secretaria somos nós, servidores e colaboradores, que atuamos com afinco e dedicação para o sucesso na realização das tarefas ordinárias e extraordinárias que o dia-a-dia nos impõe. Assim sendo, continuando a simbologia dos textos acima transcritos, o meu pessoal agradece às Secretarias Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática, às Assessorias (Direção-Geral, Presidência, Corregedoria e Procuradoria), à Coordenadoria de Controle Interno e às Zonas Eleitorais de todo o Estado. Agradeço, de igual forma, à Presidência, à Corregedoria, aos Juízes Membros e aos doutos Procuradores Regionais Eleitorais com assento neste Tribunal.

Que em 2003, mais que em 2002, possamos realizar bem e melhor aquilo a que nos dispusermos, dedicando-nos especialmente ao aprimoramento de nossas equipes, ao preparo das eleições e ao futuro, com treinamento e planejamento, pois sempre estamos mais próximos do amanhã.

À consideração superior.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2003.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

3.1 ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL

A manifestação que ofereça subsídios legais ao julgamento e/ou sugira as soluções jurídicas cabíveis nos procedimentos administrativos que aportam nesta unidade técnica por determinação da Presidência, da Direção-Geral ou da Secretaria de Administração ou naqueles que a legislação dispõe ser obrigatória a emissão de parecer pelo órgão jurídico da Instituição, constitui a incumbência precípua da Assessoria da Direção-Geral.

Caberia falar-se em Assessorias, haja vista que a uma estão afetos os procedimentos que versam sobre a área administrativo-financeira e à outra aqueles nos quais são apreciadas matérias atinentes às áreas de pessoal e de recursos humanos.

Cumprindo as atribuições definidas regimentalmente, as atividades da Assessoria da Direção-Geral mostraram-se expressivas no período de fevereiro de 2002 a fevereiro de 2003.

Buscou-se trazer a lume os entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito da legislação incidente sobre as matérias inseridas nos documentos enviados para análise, cuja conclusão, ainda que não vinculante, serviu de supedâneo para a indispensável decisão emitida pela Senhora Secretária de Administração ou pelo Senhor Diretor-Geral, competentes que são para dar termo a determinados feitos que tramitam nesta Casa. E, de uma forma mais abrangente, a manifestação desta unidade, acostada aos autos, pôde colaborar, igualmente, para o convencimento pessoal do Senhor Desembargador Presidente desta Corte Eleitoral, quando da emissão de decisões em procedimentos administrativos de sua competência.

Registra-se que foram delegadas às servidoras atividades relacionadas a esferas diversas das acima citadas e realizadas – algumas ainda o estão sendo – paralelamente às atribuições normalmente executadas. Esses fatos implicaram o necessário aprofundamento de questões disciplinadas por legislação específica, tais como as relativas às eleições.

Ademais, saliente-se que uma servidora desta Assessoria integrou a Comissão responsável pelo Concurso

Público efetuado por este Tribunal e, de igual forma, que quatro delas se juntaram aos demais servidores responsáveis pela Central de Atendimento ao Eleitor – Serviço 1511.

Destacam-se, a seguir, em breves linhas, as matérias que passaram pelo crivo de exame da Assessoria da Direção-Geral:

3.1.1 Área Administrativa: Licitações e Contratos

Na esfera administrativa e financeira, no período compreendido entre 1º de fevereiro de 2002 e 26 de fevereiro de 2003, esta Assessoria – em obediência ao preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 – apreciou o conteúdo de todas as minutas de editais relativos a pregões, tomadas de preços (tipo menor preço e tipo técnica e preço) e convites, bem como dos contratos, termos aditivos, convênios e termos de rescisão que tiveram andamento nesta Corte. Sabiamente, esse dispositivo legal determina a obrigatoriedade da prévia análise das minutas por órgão jurídico, a fim de se evitar a tardia apuração de defeitos.

Esta unidade incumbiu-se, também, de analisar as diversas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação, as quais vêm disciplinadas, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações, constituindo-se em hipóteses nas quais não se utiliza um processo licitatório formal, mas adotam-se procedimentos diversos, permeados de formalidades outras, sempre em observância ao texto legal e aos princípios que norteiam a atuação administrativa, em especial os que constam no ordenamento jurídico específico. Pretendeu-se sempre auxiliar a Administração na tarefa de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Dentre as hipóteses de dispensa de licitação que tramitaram por esta unidade, cumpre destacar:

- dispensas por fato superveniente, fundamentadas nos incisos I e II do art. 24;
- dispensas por emergência, embasadas no inciso IV do supramencionado art. 24 – quando houve comprovação do setor responsável de que poderiam ocorrer prejuízos às atividades do Tribunal, em caso de ausência do serviço, em especial em período pré-eleitoral e eleitoral;

- dispensas enquadradas no inciso V do mesmo art. 24, nos casos em que foi realizada licitação anterior a que não acudiram interessados e de cuja repetição adviriam prejuízos para a Administração;
- dispensas embasadas no inciso X do art. 24, visando à compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração;
- análise sobre a possibilidade de contratar instituição brasileira incumbida – regimental ou estatutariamente – de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional (CIEE) – art. 24, XIII.

No tocante aos processos supramencionados, foram analisadas tanto as hipóteses de dispensa quanto a aceitabilidade da documentação e das propostas apresentadas.

Por sua vez, foram estas as hipóteses mais freqüentemente analisadas de situações em que não se exigiram licitações:

- processos relativos a inscrições de servidores em treinamentos externos e a contratações de profissionais para ministrar cursos nas dependências do Tribunal, baseadas no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993;
- processos quanto a aquisições e renovações de assinaturas dos diversos periódicos utilizados para atualização e aperfeiçoamento pelos profissionais deste órgão, bem como para que os setores competentes pudessem acompanhar a edição da legislação e as publicações efetuadas pelo Tribunal – art. 25, *caput* e inciso I;
- processos versando sobre aquisição de materiais fornecidos exclusivamente por empresa que comprova tal situação (art. 25, I).

Relativamente aos contratos já firmados entre este Tribunal e empresas particulares, mereceram estudos mais minuciosos por parte desta unidade técnica as situações que levaram a rescisões, prorrogações de prazo de vigência, reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros, reduções e acréscimos de quantitativos de objetos e incidentes contratuais, como atraso na entrega dos bens e na execução dos serviços e descumprimento de cláusulas contratuais, ensejando, na grande maioria das vezes, a sugestão de aplicação de penalidades contratual e legalmente previstas.

Em diversas oportunidades, foi esta Assessoria consultada por outros setores, destacando-se as consultas referentes a:

- celebração de convênios;
- contratação de estagiários;
- pagamento de empresas inadimplentes com a Seguridade Social;
- documentação e propostas apresentadas por empresas a serem contratadas;
- possibilidade de conserto de veículos envolvidos em colisão (um de propriedade do TRESA e outro particular);
- aplicação cumulativa de multas (quando do inadimplemento contratual);
- pagamento de transporte de eleitores residentes em zona rural com verbas do fundo partidário;
- penalidades a serem aplicadas a empresa, contratada para fornecer impressos para as eleições (inclusive cédulas), que descumpriu cláusulas contratuais;
- possibilidade de vedação, em edital, de produto (marca) que já demonstrou, em contratações anteriores, não atender à finalidade a que se destina;
- celebração de comodato para imóvel destinado ao armazenamento de urnas eletrônicas;
- alteração da classificação de bens;
- recolhimento de contribuição sindical (GRCS);
- alteração de código de conta contábil;
- apresentação de faturas com valores divergentes dos consignados em contrato;
- regularidade de empresas com a Seguridade Social (em se tratando de matriz e filiais);
- enquadramento de despesas relativas ao uso de linhas telefônicas celulares;
- locação de linhas telefônicas com inexigibilidade de licitação;
- locação de imóvel destinado a abrigar Zona Eleitoral;

- antecipação de pagamento;
- débitos remanescentes, na UNIMED, de ex-servidor falecido;
- contratação de perito para realizar exames de voz, transcrição e autenticidade em fitas magnéticas de áudio, com fulcro no art. 25, II, c/c o art. 13, II, da Lei n. 8.666/1993;
- irregularidades praticadas por empresa contratada, no que se refere a encargos trabalhistas;
- alteração de minuta contratual, no sentido de prever penalidade para a Administração;
- sugestão da CJD de substituir, nos pedidos dos setores requisitantes, o Projeto Básico por um Termo de Referência.

Além dos procedimentos administrativos relatados, foram submetidos à análise jurídica os referentes a:

- ressarcimentos de despesas;
- alterações nas minutas-padrão relativas a pregões;
- possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado, inclusive quanto à marca cotada;
- material inservível;
- termo aditivo de contrato findo;
- recomposição de dano, por parte da empresa responsável pela vigilância do TRESP, em decorrência de furto ocorrido no edifício-sede (aparelhos telefônicos);
- aceitabilidade de endosso em apólice de seguro de veículo de propriedade do TRESP;
- confecção de minuta de convênio com a Justiça Federal, cujo objeto é a composição de Junta Médica;
- confecção de minuta de ajuste entre a 64ª ZE e a Prefeitura;
- antecipação de verba orçamentária relativa ao Programa de Saúde do TRESP;
- anulação de pregão;
- reclassificação de periódicos;
- propostas de contratações oriundas de grupo de trabalho inerente às Eleições 2002 (Grupo de Trabalho "Elaboração

de Proposta Orçamentária/Contratação de Serviços e Aquisição de Materiais”);

- ressarcimento de despesas de eleitor envolvido em acidente automobilístico quando em exercício de funções de Mesário no 1º turno das Eleições 2002;
- alteração da Resolução que trata, em âmbito do TRESA, do programa de estágios para estudantes;
- desistência de proposta apresentada em Pregão (materiais elétricos);
- ressarcimento de despesas da 1ª Zona Eleitoral, referentes à utilização de ginásio para as eleições;
- reembolso de despesas relativas às custas de diligências efetuadas por Oficiais de Justiça a serviço da Justiça Eleitoral.

Destaca-se, por fim, a alimentação de banco de dados com legislação, jurisprudência, doutrina e decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União acerca de assuntos pertinentes à área de licitações e contratos.

3.1.2 Área Administrativa: Pessoal e Recursos Humanos

No período ora cogitado, esta Assessoria emitiu pareceres em procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Recursos Humanos, autuados em face da apresentação de requerimentos formulados por servidores ativos – lotados na sede do Tribunal ou nos Cartórios Eleitorais –, inativos e/ou pensionistas; servidores em licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório; servidores requisitados; estagiários contratados para laborar na Secretaria; Juizes do Tribunal e das Zonas Eleitorais e, ainda, por pessoas alheias ao quadro funcional, visando à concessão de direitos, vantagens e/ou benefícios que pretendiam ver deferidos pela Administração deste Tribunal.

Acresçam-se a esses os procedimentos originários de formulações de consultas, de pedidos de informações e de propostas de minutas de regulamentações internas e de portarias.

Insta registrar, outrossim, o encaminhamento ao crivo desta Unidade de procedimento administrativo originário da Secretaria de Informática, para análise e emissão de parecer

acerca de matéria relacionada com a contagem de prazo e a fixação de data a partir da qual as urnas eletrônicas estariam disponíveis para limpeza, manutenção e outras operações que impliquem o rompimento dos lacres utilizados nas últimas eleições, em face do prazo fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral, na Resolução n. 20.996/2002.

Cite-se, ainda, que outras manifestações foram esposadas por determinação da Presidência deste Tribunal, em processos distribuídos aos Juízes da Corte, convertidos em diligência pelo Relator para que fossem instruídos com manifestações das unidades técnicas da Secretaria, em face da matéria administrativa neles cogitada. Mencionem-se os requerimentos formulados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de Santa Catarina (Sintrajusc) versando sobre melhorias funcionais (movimentação extraordinária e promoção ordinária); inconstitucionalidade da revogação dos arts. 61, inciso III, e 67, ambos da Lei n. 8.112, de 11.12.1990 – que regulamentavam o adicional por tempo de serviço –, por meio de medida provisória; e correção monetária do valor de face do auxílio-alimentação. De igual forma, o parecer emitido no Processo n. 166, Classe XIV, acerca da requisição de servidores de sociedade de economia mista pela Justiça Eleitoral.

A merecer destaque o fato de que, no segundo semestre do ano transato, em especial a partir do mês de setembro, as atividades estiveram voltadas – por determinação da Direção-Geral desta Casa – prioritariamente para a apreciação de procedimentos administrativos relacionados com a prestação de serviço extraordinário pelos auxiliares eleitorais, ou seja, pelos servidores requisitados em exercício nos Cartórios Eleitorais do interior. Pode-se asserir que, nos quatro últimos meses do ano, foram exarados aproximadamente 600 (seiscentos) pareceres – entre proposições de conversão do feito em diligência, exame de mérito e reexame da matéria.

Relacionam-se, a seguir, as matérias examinadas no ano que passou, o que se faz por meio de tópicos, visando melhor sintetizá-las:

Servidores ativos do quadro permanente da Secretaria deste Tribunal:

- licenças: à adotante; paternidade; por motivo de afastamento do cônjuge, com ou sem exercício provisório; para tratar de interesses particulares (fruição e interrupção por interesse da Administração); capacitação; por motivo de doença em pessoa da família (cancelamento e conseqüente compensação de horário), por acidente em serviço;
- participação em Programa de Formação;
- acidente em serviço;
- Programa de Assistência à Saúde (PAS): inclusão de dependentes;
- auxílio-alimentação;
- comprovação de união estável;
- comprovação de dependência econômica e designação de pais para fins de pensão estatutária;
- férias (alteração; efeitos financeiros sobre os períodos de férias usufruídas e não usufruídas, na hipótese de vacância de cargo em decorrência de posse em outro inacumulável, sem interrupção do efetivo exercício; antecipação para outro dia do mesmo mês, sem implicações financeiras);
- gratificação natalina (períodos de substituição de titulares de função comissionada);
- adesão ao movimento grevista (suspensão de providências; afastamento das atribuições dos servidores detentores de função comissionada);
- aposentadoria por invalidez;
- avaliação de desempenho, visando à promoção na carreira funcional;
- auxílio-bolsa de estudos (curso de graduação e de pós-graduação. Proposta de resolução. Política de capacitação de servidores);
- anuênios;
- aposentadoria por invalidez;
- reajuste de 43,55% sobre o vencimento básico do mês de novembro de 1999;

- substituição de servidores ocupantes de função comissionada, por períodos inferiores a trinta dias, com efeitos financeiros retroativos à Lei n. 9.527/1997;
- pagamento da diferença entre os valores da remuneração percebida e da decorrente da progressão funcional obtida por meio de decisão judicial;
- serviço extraordinário (pagamento a servidores ocupantes de função comissionada, níveis FC 8 a 10 – atualmente CJ 2 a 4; extrapolação do limite para a prestação de horas extras durante o período eleitoral; revisão dos valores percebidos por servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário da Área Apoio Especializado – Especialidade Medicina);
- cômputo, para fins de anuênios e licença-prêmio, do tempo de serviço prestado sob o regime celetista pelos servidores públicos federais que passaram ao RJU;
- averbação de tempo de contribuição relativo ao lapso temporal laborado perante órgãos públicos federais e em atividade privada, vinculada à Previdência Social);
- incorporação de quintos/décimos;
- horário especial e ressarcimento de despesas com curso de especialização;
- aplicação do percentual de 11,98%, relativo à URV, sobre o cálculo do teto remuneratório dos servidores da Secretaria do TRES.

Servidores ativos do quadro permanente desta Secretaria, em licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório:

- licença por motivo de doença em pessoa da família (compensação de horário).

Servidores inativos e pensionistas do quadro permanente da Secretaria deste Tribunal:

- proventos de aposentadoria (revisão);
- alteração do fundamento legal de aposentadoria;
- valores percebidos a título de pensão (revisão);
- isenção de Imposto de Renda;

- Programa de Assistência à Saúde (PAS): exclusão de dependente; ressarcimento de despesas médicas, a teor do disposto no art. 6º da Resolução TRESA n. 7.111/1999, à época em vigor;
- inclusão de dependente para fins de Imposto de Renda;
- pagamento cumulativo do valor integral da função comissionada com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada;
- recálculo dos tetos salariais, no período de 1º.1.1998 a 1º.6.2002, em face do advento da Lei n. 10.474/2002, a qual concedeu reajuste aos membros da Magistratura da União.

Servidores requisitados para os Cartórios Eleitorais:

- diárias;
- ressarcimento de despesas de locomoção;
- pagamento, a Chefe de Cartório, de gratificação eleitoral em períodos ânuos contínuos;
- jornada de trabalho diária de auxiliares eleitorais;
- auxílio-alimentação (extensão administrativa dos efeitos do Acórdão TRESA n. 17.199/2002; pagamento de atrasados; concessão mediante decisão em mandado de segurança, solicitação de pagamento dos valores referentes a período anterior à impetração);
- serviço extraordinário.

Pareceres exarados em decorrência de consultas formuladas pela Secretaria de Recursos Humanos:

- indicação de substituto na hipótese de afastamento de titulares de função comissionada para atuar nas Zonas Eleitorais do interior, no período eleitoral, e possibilidade de pagamento dos valores pertinentes;
- despesas relativas à assistência médica de servidores inativos já falecidos;
- férias (fruição por servidora em licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório; indenização de férias não gozadas por servidor falecido ou restituição de valores na hipótese de servidor vir a falecer sem tê-las usufruído);
- pagamento de gratificação aos Juizes Auxiliares;

- progressão funcional e promoção de servidores (aplicação da Resolução TSE n. 21.251, de 15.10.2002);
- implementação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, em face da Lei n. 10.475/2002 e das Portarias TSE n. 148 e n. 258/2002;
- percepção de adicional pela prestação de horário extraordinário por estagiários de Prefeituras requisitados por Juízos Eleitorais e, de igual forma, por servidores contratados por Prefeituras em exercício nos Cartórios Eleitorais;
- servidor estudante. Compensação de horário. Cálculo da hora. Incidência dos percentuais previstos para a prestação de serviço extraordinário;
- aplicabilidade das decisões do STF sobre o cômputo do tempo de serviço dos servidores amparados pelo art. 243 da Lei n. 8.112/1990;
- procedimentos a serem adotados com relação ao cômputo do tempo de serviço e à remuneração de servidor afastado em razão de licença para tratamento da própria saúde;
- proventos de aposentadoria (critérios para a concessão, em virtude da Medida Provisória n. 2.060, de 26.10.2000);
- extensão de decisão proferida em procedimento administrativo, para os demais servidores ativos e inativos da Secretaria deste Tribunal, versando sobre o recálculo dos tetos salariais, no período de 1º.1.1998 a 1º.6.2002, em face do advento da Lei n. 10.474/2002;
- possibilidade de proceder-se à movimentação extraordinária aos servidores deste Sodalício, nos termos da Resolução TSE n. 20.824/2001;
- promoção de servidor, em face do não-preenchimento dos requisitos do art. 5º, II, e § 4º, da Resolução TSE n. 21.251/2002.

Pareceres emitidos em procedimentos administrativos que envolveram temas relacionados com as Zonas Eleitorais:

- Juiz Eleitoral (afastamento das funções no período de sessenta dias que antecede às eleições; pedido de parcelamento para a devolução de gratificação eleitoral indevidamente percebida; prorrogação da designação, em virtude da edição da Resolução TSE n. 21.009/2002);

- incidência da aplicação da Resolução STF n. 195/2000 à retribuição mensal, a título de pró-labore, percebida pelos Juízes e Promotores Eleitorais;
- publicação dos atos de designação dos Juízes de Direito para o exercício das funções eleitorais, relativamente às Comarcas que possuem Vara única;
- pagamento de gratificação eleitoral, durante o período de recesso, aos Juízes, Promotores e Escrivães Eleitorais e aos Chefes de Cartório;
- designação de Escrivão Eleitoral substituto. Inobservância dos termos insertos na Resolução TRES n. 7.256/2002.

Pareceres elaborados em procedimentos administrativos em que figuraram como interessadas instituições diversas ou pessoas alheias ao quadro de pessoal desta Secretaria:

- pagamento de auxílio-funeral;
- pagamento de gratificação eleitoral a servidora do Tribunal de Justiça, designada para substituir Escrivão Eleitoral durante suas férias;
- pedido de habilitação em pensão vitalícia, formulado por cônjuge de servidor falecido em atividade;
- pedido de habilitação em pensão temporária, formulado por netos de servidora inativa falecida;
- Programa de Assistência à Saúde (PAS): fornecimento de relação com os valores da remuneração dos servidores e o número de beneficiários;
- pedido de pagamento pelo exercício das funções de Chefe de Cartório de Zona Eleitoral desta Capital, tendo por paradigma a remuneração do Cargo em Comissão CJ-2;
- dispensa do serviço pelo dobro dos dias de convocação pela Justiça Eleitoral. Direito assegurado por lei. Omissão quanto ao prazo para fruição;
- incorporação de quintos, para o servidor que completou interstício até set.2001, e sua transformação em VPNI, e, ainda, diante da repristinação dos arts. 3º e 10 da Lei n. 8.911/1994 pela Medida Provisória n. 2.225-45/2001, a contagem do tempo para incorporação posteriores, nos

moldes estabelecidos nos arts. 62-A da Lei n. 8.112/1990 e aqueles acima referidos;

- revisão do montante pago a pensionistas de ex-servidor a título de diferença salarial da URV, sob o entendimento de que dito valor é devido aos sucessores do espólio.

Outras matérias oferecidas ao exame desta Assessoria:

- apresentação de propostas de alteração da regulamentação interna vigente (diária; reavaliação médica dos servidores inativos aposentados por invalidez e, de igual forma, daqueles que, acometidos de moléstia grave especificada em lei, tiveram deferido o pedido de isenção do desconto do Imposto de Renda incidente sobre os proventos; licença médica em virtude de doença de pessoa da família);
- fixação de novos valores para as bolsas percebidas pelos estagiários lotados na Secretaria deste Tribunal;
- reexame de processos de aposentadoria, em face da Decisão TCU n. 844/2001;
- recolhimento de contribuição previdenciária pelos magistrados integrantes da Justiça Eleitoral, nomeados na forma do inciso III do § 1º do art. 120 da CF – Categoria Jurista;
- aposentadoria por invalidez;
- contratação de médico com especialidade em psiquiatria, para compor Junta Médica Oficial, visando à avaliação da incapacidade de servidor;
- aplicação do percentual de 11,98%, relativo à URV, sobre o cálculo do teto remuneratório dos servidores da Secretaria do TRES e, também, sobre o cálculo das gratificações eleitorais de que tratam a Lei n. 8.350/1991 e o Decreto-Lei n. 1.676/1979;
- aplicação da Resolução STF n. 195/2000 sobre as gratificações de presença dos membros do Tribunal; de representação a que fazem jus os membros do Tribunal quando no exercício da presidência.

Insta sublinhar, por outro lado, a participação das servidoras lotadas nesta unidade em diversos grupos de trabalho, instituídos com a finalidade de regulamentar as seguintes matérias: licença médica ao servidor por motivo de

doença de pessoa da família; acidente em serviço; política institucional de capacitação dos servidores da Secretaria do TRESA; uso da Internet; serviço extraordinário no âmbito desta Secretaria e dos Cartórios Eleitorais do interior; procedimentos administrativos disciplinares; pagamento de auxílio-funeral e adequação do Regimento Interno do Tribunal. Esses três últimos ainda não concluídos, em razão da suspensão dos trabalhos determinada pela Presidência deste Tribunal devido às eleições de 2002. Por fim, a participação de uma servidora no Grupo de Trabalho, na qualidade de apoio técnico, que visa à revisão de todos os processos de aposentadoria e pensão civil que tramitaram no âmbito do TRESA, a partir da edição da Lei n. 8.112/1990, também não concluído.

3.2 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

À Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de seus objetivos fundamentais (CF – art. 74), coube: a comprovação da legalidade e a avaliação de resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Em cumprimento da legislação eleitoral em vigor, examinaram-se, também, as prestações de contas anuais referentes aos órgãos estaduais dos partidos políticos, além das prestações de contas relativas ao pleito eleitoral de 2002, de candidatos e comitês financeiros dos partidos políticos, emitindo-se pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas à Justiça Eleitoral.

O desenvolvimento das atribuições da Coordenadoria de Controle Interno, no período, pode ser relatado pela execução das atividades a seguir elencadas, que originaram a emissão de 3.107 (três mil, cento e sete) pareceres no período da gestão.

3.2.1 Atividades do Serviço de Auditoria

Elaboração de papéis de trabalho, aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos em processos licitatórios destinados a aquisições e contratações com terceiros, emitindo-se o total de 79 (setenta e nove) pareceres, nas modalidades de:

- convite;
- tomada de preços;
- pregão.

Análise de contratos e outros procedimentos relativos a aquisições e à administração do patrimônio, com a emissão de 96 (noventa e seis) pareceres relacionados a:

- ressarcimento de despesas;
- consultas;
- exame de contratos e incidentes de execução contratual;

- celebração de convênios;
- pagamento de diárias a servidores lotados nos Cartórios Eleitorais.

Interpretação das normas de Direito Financeiro e exame do enquadramento de dispensas e inexigibilidades de processos licitatórios, totalizando 84 (oitenta e quatro) pareceres relativos a:

- dispensa de licitação;
- inexigibilidade de licitação.

Orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos deles decorrentes, avaliando prorrogações contratuais e reavaliações estipuladas legalmente.

Interpretação da legislação em processos administrativos pertinentes à área de recursos humanos do Tribunal, com a emissão de 80 (oitenta) pareceres, relacionados aos seguintes tópicos:

- aposentadoria;
- auxílio-funeral;
- averbação de tempo de serviço;
- celebração de contratos e convênios;
- consultas;
- jornada de trabalho;
- pagamento de adicional de insalubridade, auxílio-alimentação, auxílio-creche, licença-prêmio, ressarcimento de despesas médicas e substituições;
- prestação e pagamento de serviço extraordinário;
- provimento, vacância e redistribuição de cargo, remoção e licença;
- URV (Plano Real);
- pagamento de diárias;
- isenção de Imposto de Renda;
- autorização para freqüentar curso de especialização;
- pagamento de honorários advocatícios;

- reorganização da estrutura administrativa;
- concurso público;
- revisão de cálculo de pensão;
- pagamento de gratificação eleitoral.

Informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes à área administrativa e à financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente.

Análise dos processos de prestação de contas dos vales-alimentação, utilizados pelas Zonas Eleitorais desta Circunscrição quando da realização dos pleitos de 1998 e de 2000, e elaboração dos pareceres correspondentes, num total de 8 (oito) pareceres.

Análise nos processos de autorização para a realização de serviço extraordinário pelos servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, num total de 206 (duzentos e seis) pareceres.

Elaboração da Tomada de Contas Anual – Exercício de 2001.

Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2002, nas seguintes áreas:

- Secretaria de Administração: aquisições e contratações de serviços; administração de materiais e de serviços gerais e administração orçamentária e financeira;
- Secretaria de Recursos Humanos: concessão de direitos a servidores e pensionistas, folha de pagamento e concessão de benefícios.

Emissão de parecer no processo do inventário geral dos bens móveis.

Verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, conforme os totais a seguir discriminados:

- concessão de aposentadorias: 2 (dois);

- admissão de servidores: 24 (vinte e quatro);
- desligamento de servidores: 5 (cinco);
- alteração do fundamento legal de concessão: 2 (dois);
- concessão de pensões civis: 3 (três);
- cancelamento de concessão: 1 (um).

Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, das decisões deste Tribunal quanto às prestações de contas dos partidos políticos no que se refere à aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário, nos termos do art. 22 da Resolução TSE n. 19.768/1996.

Coordenação e controle de atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.

Encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, de relatórios semestrais contendo as quantidades e os valores referentes aos atos sujeitos a registro (admissões, concessões de aposentadoria, pensões e desligamentos), assim como as alterações funcionais verificadas.

3.2.2 Atividades da Seção de Análise Contábil

Acompanhamento e fiscalização dos procedimentos contábeis executados pela Unidade Gestora 070020 – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente, procedendo-se à(ao):

- verificação dos relatórios mensais de almoxarifado e de movimentação de bens móveis;
- atualização do rol de responsáveis;
- anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente;
- registro da conformidade contábil, após análise dos lançamentos referentes ao mês anterior;
- verificação dos bens móveis em trânsito, para regularização;
- conciliação dos adiantamentos concedidos;
- verificação da compatibilidade entre o saldo da conta Bens Dominiais e o efetivo registro no Sistema de Administração Patrimonial (SPIU);

- verificação da compatibilidade entre a conta Disponibilidades por Fonte de Recursos e o total da movimentação orçamentário-financeira vinculada à execução do orçamento do exercício;
- verificação da correlação e igualdade das contas de compensações ativas e passivas;
- análise, conciliação, ajuste e correção monetária, quando legalmente previsto nos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Composição das Disponibilidades Financeiras), observando-se:
 - a existência de valores registrados com o título de Outros Ingressos, do lado da receita, ou Outros Dispendios, do lado da despesa, gerados automaticamente pelo sistema quando do registro contábil de contas financeiras, promovendo a sua regularização;
 - se os valores apresentados no Balanço Financeiro a título de receitas e despesas são idênticos aos constantes no Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
 - a igualdade entre o ativo e o passivo do Balanço Patrimonial, inclusive as contas de compensação;
 - possíveis saldos invertidos, verificando sua origem e promovendo sua regularização;
 - contas contábeis com saldos irrisórios ou valores expressivos em Outros e Outras;
 - se a diferença entre o ativo e o passivo financeiro equivalem ao saldo da conta Disponibilidade por Fonte de Recursos somado ao limite de Restos a Pagar recebido, deduzido do limite de Restos a Pagar concedido, excluindo-se as Receitas Pendentes e incluindo-se as Despesas Pendentes, se existirem;
 - a igualdade entre as variações ativas e passivas.

- elaboração e encaminhamento ao Tribunal Superior Eleitoral dos relatórios de gestão orçamentária e financeira, destinados a subsidiar a organização das contas consolidadas da Justiça Eleitoral.

Análise dos Suprimentos de Fundos concedidos, visando avaliar a regularidade de sua aplicação: 69 (sessenta e nove) pareceres, incluídos os suprimentos concedidos aos servidores que desenvolveram atividades gerenciais relacionadas às eleições 2002.

Análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em processos de pagamento, visando ao exercício do controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial: 1.604 (mil, seiscentos e quatro) pareceres.

Conferência mensal dos relatórios de movimentação dos bens móveis e do material armazenado em estoque com os registros contábeis efetuados no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

Validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

Realização da conformidade contábil mensal relativa aos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa: 1.602 (mil, seiscentos e dois) processos analisados.

Análise de processos licitatórios.

Análise das planilhas de custos – em conformidade com a Resolução TSE n. 19.820, de 11 de março de 1997 – referentes à contratação de empresas especializadas em serviços de telefonia, limpeza/conservação e vigilância, com o intuito de verificar seu adimplemento e a correta aplicação da fórmula de reajuste, observando-se o montante “A”, que corresponde ao valor em moeda corrente nacional do custo da remuneração da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre os serviços contratados, bem como o montante “B”, que é o valor, em moeda corrente nacional, correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato, conforme a natureza dos serviços contratados.

Consultas realizadas a órgãos públicos, destinadas a esclarecer dúvidas fiscais, tributárias, financeiras e previdenciárias, nos seguintes totais:

- à Receita Federal: 11 (onze);
- à Fazenda Estadual: 7 (sete);
- à Prefeitura Municipal de Florianópolis: 11 (onze).

Atualização monetária de contratos de fornecimento e de prestação de serviço continuado.

Análise contábil dos processos de prestação de contas anual de partidos políticos e de campanhas eleitorais.

Análise das planilhas de custos referentes ao contrato da reforma do prédio destinado aos Cartórios Eleitorais da Capital.

Realização dos procedimentos de encerramento do exercício contábil relativamente aos exercícios financeiros de 2001 e 2002, em conformidade com as normas de encerramento inseridas no item 02.03.18 do Manual SIAFI (1/32).

Elaboração de papéis de trabalho para aplicação em programas de auditoria.

Interpretação de normas de caráter orçamentário, financeiro, patrimonial, fiscal e previdenciário.

Análise e parecer em processos de prestação de contas dos vales-alimentação utilizados pelas Zonas Eleitorais quando da realização do pleito de 2002.

Treinamento aos partidos políticos e candidatos voltado para a execução das prestações de contas de campanha eleitoral – Eleições 2002.

Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2002, nas seguintes áreas:

- controle físico e contábil da movimentação dos estoques, observando-se recepção, conferência, armazenamento, conservação, expedição e distribuição;

- auditoria do inventário físico, observando-se a correlação entre a existência física dos bens patrimoniais e o registro dos termos de responsabilidade;
- análise e posterior anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente.

3.2.3 Atividades de Exame de Prestações de Contas dos Partidos Políticos e Candidatos

Elaboração de instruções para exame, pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina, das prestações de contas anuais.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral:

- referente ao exercício de 1998: 1 (um) parecer;
- referentes ao exercício de 1999: 4 (quatro) pareceres;
- referentes ao exercício de 2000: 17 (dezesete) pareceres;
- referentes ao exercício de 2001: 20 (vinte) pareceres.

Orientação, concomitante às análises mencionadas, a partidos políticos e Cartórios Eleitorais, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas.

Acompanhamento e envio às Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais, Superior e Regional.

Encaminhamento, às Zonas Eleitorais do Estado, de informações acerca da distribuição de recursos do Fundo Partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação de contas anual dos entes partidários beneficiados.

Orientação a Zonas Eleitorais e partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes à matéria.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade da constituição dos comitês financeiros de

campanha eleitoral nos processos de solicitação dos respectivos registros a este Tribunal: 41 (quarenta e um) pareceres.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas por candidatos e comitês financeiros à Justiça Eleitoral: 761 (setecentos e sessenta e um) pareceres.

Orientação a partidos políticos e a candidatos, durante o período de campanha eleitoral, concomitantemente à análise mencionada, acerca das normas eleitorais pertinentes à arrecadação e aplicação de recursos de campanha, bem como à prestação de contas à Justiça Eleitoral, buscando dirimir as dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas.

Disponibilização, a candidatos e comitês financeiros, por intermédio dos diretórios regionais dos partidos políticos, em reuniões específicas, de material – cartilha, manuais técnicos e cópias em CD-Rom do Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (SPCE) – voltado à ampla divulgação das normas em vigor.

Realização de treinamento prático de partidos políticos e candidatos para prestação de contas, voltado ao Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (SPCE), bem como ao esclarecimento de dúvidas normativas.

Orientação, a partidos políticos e candidatos, acerca das novas disposições normativas firmadas entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Secretaria da Receita Federal, com vistas à disponibilização de números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas a candidatos e comitês financeiros, para fins de abertura de contas bancárias para a movimentação dos recursos de campanha.

Divulgação das normas editadas a diretórios regionais partidários e a instituições bancárias atuantes no Estado.

Adoção das providências necessárias para a ampla divulgação dos números de CNPJ a candidatos e comitês financeiros, bem como das ocorrências que motivaram, em determinadas situações, a ausência de atribuição do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal, oportunizando aos candidatos a sua regularização.

Compilação dos dados relativos aos números de inscrição no CNPJ, disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal, com vistas à subsequente publicação na imprensa oficial do Estado.

Encaminhamento de informações ao Tribunal Superior Eleitoral acerca dos comitês financeiros, constantes dos respectivos processos de registro tramitados nesta Corte, para posterior repasse à Secretaria da Receita Federal.

Realização de procedimento de auditoria de envio de informações prévias, nas empresas de publicidade, jornais, gráficas, empresas produtoras de programas de televisão e rádio, bem como nos institutos de pesquisa, consubstanciado pelo envio de 1.100 ofícios a pessoas jurídicas atuantes nas referidas áreas, com vistas ao encaminhamento a esta Corte das informações concernentes às despesas de campanha eleitoral realizadas por candidatos e partidos políticos, no 1º e no 2º turno das Eleições 2002, posteriormente compiladas e confrontadas com as prestações de contas examinadas.

Treinamento de técnicos analistas e bancários voltados ao exame das prestações de contas de campanha eleitoral.

4 SECRETARIA JUDICIÁRIA

Compõem a Secretaria Judiciária a Seção de Suporte aos Juízes, responsável pelo suporte, em matéria jurídico-eleitoral e constitucional-administrativa, aos membros integrantes do Colegiado; a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), responsável pelas Seções de Controle de Processos, de Controle e Registro de Partidos Políticos e de Atividades Cartorárias; e a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD), que engloba as atividades das Seções de Jurisprudência, de Biblioteca e de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções.

Duas foram as atividades extra-oficiais que se tornaram imprescindíveis no ano de 2002: uma, decorrente da disposição legal de instalação dos Juízes Auxiliares, foi a de prestar suporte a esses Juízes, nomeados dentre os Substitutos do Tribunal, atividade que foi absorvida pela já existente Seção de Suporte aos Juízes do Pleno. A outra, de Revisão de Acórdãos e Resoluções do Pleno, instituída informalmente e integrada por servidores deslocados de outros setores, demonstrou a imprescindibilidade desse serviço, justificando a sua inclusão na estrutura organizacional da Judiciária.

4.1 SEÇÃO DE SUPORTE AOS JUÍZES DO PLENO E AUXILIARES

No ano de 2002 foram realizadas eleições em âmbito estadual exigindo esforço redobrado dos servidores da Seção de Suporte aos Juízes, em razão, principalmente, do elevado número de processos de registro de candidatura e do curto espaço de tempo previsto para o seu julgamento.

Em termos de atividades, esta Seção de Suporte distinguiu, nesse ano, fases distintas. Vejamos:

- a) Fase pré-eleitoral. Tendo em vista o grande número de processos remanescentes da eleição anterior, restaram julgados recursos contra expedição de diploma, recursos em investigações judiciais, ações de impugnação de mandato eletivo, processos-crime e recursos em prestações de contas.

Foram ainda apreciadas consultas envolvendo matéria relativa a desincompatibilização, coligação partidária e propaganda eleitoral. Frisa-se, nesse particular, que houve significativa redução do número protocolizado, em relação a

eleições anteriores, sendo que poucas se encontravam aptas a ser conhecidas e respondidas, em face de inobservância das regras de regência.

- b) Fase eleitoral. Tramitaram processos de registro de candidatura, representações eleitorais, bem como mandados de segurança e agravos de instrumento interpostos contra decisões dos Juízes Auxiliares e Eleitorais. Cumpre registrar também o número reduzido de impugnações aos registros de candidatura, que, no ano, limitaram-se a 6 (seis) ocorrências.

Dos processos conclusos aos Juízes desta Corte no ano em curso, foram julgados 717 (setecentos e dezessete), destacando-se os 549 (quinhentos e quarenta e nove) processos pertinentes ao registro de candidatura, dos quais 22 (vinte e dois) restaram indeferidos, salientando-se que foram rigorosamente cumpridos os prazos previstos na legislação eleitoral em vigor.

Ressalta-se, ademais, o período de apreciação das contas de campanha dos comitês financeiros e dos candidatos, eleitos ou não. Consigna-se que a inovação das regras relativas aos procedimentos adotados na análise técnico-contábil das contas no transcurso do processo eleitoral gerou comprometimento no que tange à formulação de pedidos de aquisição de televisor, vídeo-cassete, DVD e mini-gravadores destinados a estruturar o Suporte aos Juízes Auxiliares;

- pesquisa e formulação de pedido para aquisição de novos livros e disponibilização de legislação aos Juízes Auxiliares;
- suporte aos Juízes Auxiliares nas primeiras representações propostas;
- revisão dos fluxogramas de reclamações ou representações;
- elaboração de quadro de rotinas e procedimentos a serem efetuados pela Seção de Suporte aos Juízes Auxiliares;
- compilação da jurisprudência de acordo com a natureza da matéria;
- estruturação dos arquivos, que foram utilizados em diretórios, conforme a natureza dos procedimentos;

- adequação do espaço físico.

Anote-se que foram adquiridos equipamentos de áudio e vídeo para o Suporte aos Juízes Auxiliares e foi destinada uma sala, com microcomputadores, anexa ao Suporte, para as atividades dos Juízes.

Os processos foram autuados e registrados pela CRIP e distribuídos eqüitativamente entre os Juízes, obedecida a ordem de antigüidade, assinalando-se, por oportuno, que todos os serviços cartorários foram realizados pela referida Coordenadoria.

As tarefas desenvolvidas pelo Suporte aos Juízes Auxiliares foram divididas em administrativas e jurisdicionais.

Demandas administrativas:

- recebimento e envio de processos pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP);
- registro dos despachos e sentenças no mencionado sistema;
- elaboração de cópias das sentenças para o arquivo no setor e para a publicação na Internet, pela CJD;
- remessa de processos e decisões para a CRIP.

Demandas jurisdicionais:

- pesquisa doutrinária e jurisprudencial;
- controle de prazos dos processos;
- elaboração de minutas de despachos, sentenças e agravos.

No que toca ao julgamento dos feitos pelos Juízes Auxiliares, estão relacionados no quadro a seguir os quantitativos de processos, por Juiz Auxiliar:

| Quantitativos gerais | Dr. Peregrino | Dr. Hilton | Dr. Carlos | Dr. Maurique |
|---|---------------|------------|------------|--------------|
| Processos distribuídos | 109 | 126 | 43 | 83 |
| Processos julgados | 109 | 125 | 43 | 82 |
| Processos julgados procedentes | 58 | 21 | 27 | 51 |
| Processos julgados improcedentes/conhecidos | 47 | 104 | 16 | 31 |
| Processos pendentes de julgamento ou redistribuídos | 4 | 1 | - | 1 |

É de se acrescentar, ainda, quadro demonstrativo indicando a natureza dos processos distribuídos:

| Natureza dos feitos | Dr. Peregrino | Dr. Hilton | Dr. Carlos | Dr. Maurique |
|--------------------------------|---------------|------------|------------|--------------|
| Pedidos de direito de resposta | 11 | 15 | 6 | 12 |
| Representações | 52 | 54 | 20 | 34 |
| Reclamações | 5 | 3 | - | - |
| Pedidos de arquivamento | 39 | 48 | 17 | 37 |
| Outros | 2 | 6 | - | - |

Por fim, a estatística processual referente aos recursos:

| Recursos interpostos | Dr. Peregrino | Dr. Hilton | Dr. Carlos | Dr. Maurique |
|--|---------------|------------|------------|--------------|
| Agravos interpostos | 22 | 27 | 17 | 11 |
| Agravos providos | 2 | 7 | 5 | 2 |
| Agravos improvidos/não conhecidos | 20 | 20 | 12 | 9 |
| Embargos de declaração opostos | 2 | 3 | - | - |
| Embargos de declaração providos | - | 1 | - | - |
| Embargos de declaração improvidos/não conhecidos | 2 | 2 | - | - |

4.2 COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

Coube à CRIP, entre suas atividades regimentais, receber, distribuir, autuar, controlar a tramitação e a realização de diligências e de publicações referentes aos processos judiciais, além de receber, anotar e disponibilizar na Intranet/Internet as comissões e diretórios estaduais e municipais dos partidos políticos e confeccionar os diplomas para os candidatos eleitos.

Foram elaborados os mapas estatísticos dos processos em tramitação e julgados e distribuídos aos Juízes do Tribunal e aos Juízes Auxiliares.

A Coordenadoria acompanhou os prazos processuais no *Diário da Justiça do Estado* e forneceu informações sobre os processos em tramitação no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral, por meio do SADP.

Para cada sessão do Tribunal a pauta de julgamentos foi elaborada, distribuída e disponibilizada na página Internet do TRESP.

Os órgãos de direção dos partidos políticos existentes em Santa Catarina tiveram sua constituição e alterações anotadas no sistema de gerenciamento de informações partidárias, disponível nas páginas Intranet/Internet deste Tribunal.

Servidor-membro do Grupo de Estudos do Registro de Candidaturas e Propaganda Eleitoral (Gescape) ministrou treinamento dos sistemas de candidaturas e propaganda eleitoral em Goiânia/GO a servidores de outros Tribunais Regionais.

Os dados referentes a todos os candidatos foram inseridos no sistema de candidaturas e gerenciados por servidores da Coordenadoria e disponibilizados para consulta na página Internet deste Tribunal, com a elaboração dos índices onomástico e numérico e exportação dos dados aos sistemas eleitorais da urna eletrônica, totalização e divulgação.

Nas eleições de 2002, as atividades cartorárias relativas aos processos de competência dos Juízes Auxiliares foram absorvidas pela Coordenadoria em decorrência da Resolução n. 20.951/2001, resultando em 371 (trezentos e setenta e um) processos autuados e distribuídos, além de intimações/notificações, publicação de sentenças, controle dos prazos recursais, processamento dos recursos interpostos e cumprimento das decisões.

Todos os acórdãos proferidos pelos Juízes do Tribunal em recursos ou processos de interesse das Zonas Eleitorais foram encaminhados para conhecimento dos Juízes Eleitorais;

as resoluções expedidas, tanto decorrentes de consultas quanto administrativas, foram enviadas aos interessados.

Finalmente, abaixo, as atividades estatisticamente demonstradas, no período de 1.2.2002 a 26.2.2003:

- pesquisas eleitorais registradas: 123 (cento e vinte e três);
- sessões atendidas: 141 (cento e quarenta e uma);
- processos autuados: 1.769 (mil, setecentos e sessenta e nove);
- ofícios expedidos: 2.028 (dois mil e vinte oito), além de 14 (quatorze) ofícios-circulares;
- decisões proferidas pelos Juízes do TRESA anotadas: 60 (sessenta) resoluções, sendo 23 (vinte e três) normativas e 37 (trinta e sete) relativas a processos, além de 1.081 (mil e oitenta e um) acórdãos.

4.3 COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

Tendo em vista a realização de eleições gerais, cumpre destacar inicialmente que a CJD, em face de suas atribuições regimentais, esteve envolvida em diversas atividades relacionadas ao pleito de 2002.

Embora tais atribuições não se refiram aos atos de preparação e realização das eleições propriamente ditos, uma vez que o processo eleitoral deve obedecer rigorosamente aos trâmites previstos em lei e nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, esta Coordenadoria encarregou-se de orientar e dar amplo conhecimento a todos os membros e servidores da Justiça Eleitoral do Estado, assim como aos partidos políticos e candidatos acerca dos regulamentos aplicáveis às Eleições 2002.

Para tanto, a CJD valeu-se, principalmente, das páginas eletrônicas do Tribunal – Intranet e Internet –, onde manteve sempre atualizadas a legislação eleitoral e as decisões do TSE e do TRESA alusivas à maior eleição realizada na história do país.

A importância desse trabalho pode ser verificada nas estatísticas de acesso à rede, que identificam elevado número

de consultas a tais documentos por usuários internos e externos, pois proporcionou inúmeras facilidades a todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com Direito Eleitoral, além de municiar os Cartórios com as informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos, mormente durante o período eleitoral.

Para que as informações não se restringissem ao meio magnético, foi reeditado, com sucesso, o manual *Eleições 2002: Legislação Consolidada*. Tal publicação, elaborada inteiramente com recursos técnicos disponíveis nesta Casa, reúne toda a legislação aplicável ao referido pleito, além de fluxogramas de cunho informativo para orientação de todos os envolvidos nos trabalhos eleitorais (registre-se que tais fluxogramas receberam valiosas contribuições de vários servidores da Secretaria Judiciária). Desse manual foram produzidas aproximadamente 700 cópias (3 edições), distribuídas aos membros e servidores do TRES e aos Juizes, Promotores e Cartórios Eleitorais do Estado, além dos diretórios regionais de partidos políticos.

Vale destacar, também, a edição do manual *Eleições 2002: Resumo Prático*, que, como o próprio nome indica, foi largamente utilizado para dirimir dúvidas de cunho eleitoral, que geralmente se acentuam nas semanas que antecedem ao pleito.

Ainda sobre as atividades gerais realizadas pela CJD, foi dada continuidade ao projeto de digitalização de todos os acórdãos e resoluções do Tribunal, concebido em 1999, objetivando a preservação histórica e a maior agilidade na recuperação de tais documentos, até então conservados apenas em suporte-papel. O aprimoramento desse projeto permite hoje que o inteiro teor das decisões seja digitalizado e instantaneamente divulgado via rede mundial de computadores. Tal sistema tem sido constantemente elogiado por diversos usuários de todo o país e figura no topo das estatísticas de acesso à página eletrônica do Tribunal.

Importante ressaltar que o projeto continua sendo executado sem a necessidade de contratação de empresas especializadas, ou seja, exclusivamente com recursos humanos e equipamentos existentes nesta Corte, o que representa sensível economia para o erário.

No exercício foram digitalizados, revisados e disponibilizados os seguintes documentos:

- acórdãos: 2.241
- resoluções: 6.033
- total geral de documentos digitalizados: 8.274

No que tange aos dados gerais do projeto de digitalização, iniciado em abril de 2001, de um total de 25.573 decisões (18.248 acórdãos e 7.325 resoluções), foram digitalizados os seguintes documentos no período:

- acórdãos: 14.401
- resoluções: 7.322
- total geral de documentos digitalizados: 21.723
- estimativa de páginas digitalizadas (total): 108.615

Ainda sobre a digitalização, esta Coordenadoria diligenciou junto à Secretaria de Informática para que fosse incluído no formulário do Sistema de Jurisprudência (SJUR) um “botão” de acesso à imagem da decisão (ITA), a fim de possibilitar aos usuários o conhecimento imediato do inteiro teor dos documentos pesquisados, nos mesmos moldes do TSE, o que está sendo solicitado àquela Corte Superior.

Além das publicações mencionadas, coube à CJD coordenar os procedimentos relativos à elaboração e lançamento dos volumes 8, número 2, e 9, números 1 e 2, da *Resenha Eleitoral: Nova Série*, e do volume 6 do *Ementário de Jurisprudência do TRES*, estabelecendo os respectivos cronogramas, contatando colaboradores e organizando a correspondente distribuição a diversos órgãos e autoridades de todo o país.

Saliente-se, ainda, que a Coordenadoria pôde contar com a colaboração de dois estagiários – um acadêmico de Direito e o outro de Biblioteconomia –, experiência essa que tem trazido visíveis benefícios ao Tribunal e aos estudantes.

4.3.1 Seção de Jurisprudência

Compete à Seção de Jurisprudência a difusão de informações aos Juízes do Pleno e aos servidores desta Corte,

Juizes e Promotores Eleitorais, Escrivães e Chefes de Cartório de todo o Estado, bem como a alimentação da base de jurisprudência do Tribunal (SJUR). Tal sistema visa à recuperação dos julgados, sendo que no ano foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 391 acórdãos e 59 resoluções, totalizando 9.896 registros, atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRESA e do Tribunal Superior Eleitoral, permitindo, assim, a divulgação *on-line* da jurisprudência catarinense em todo o território nacional.

A Seção de Jurisprudência está encarregada, também, do encaminhamento da legislação, acórdãos, resoluções e instruções de caráter relevante aos Juizes do Colegiado e aos servidores, bem como às Zonas Eleitorais, a fim de embasar suas atividades. A ela incumbe, ainda, a organização e a atualização de pastas anuais de legislação, às quais são anexadas todas as normas referentes ao processo eleitoral, distribuídas aos integrantes do Pleno e aos servidores da área técnica.

Tendo em vista o período eleitoral, respondeu-se a inúmeras consultas provenientes dos Cartórios Eleitorais do Estado, prestando-se esclarecimentos embasados na legislação, doutrina e jurisprudência. Além disso, esta Seção atendeu e prestou orientação a advogados, partes e demais interessados que compareceram nas dependências da Coordenadoria. Além do atendimento direto, foi instalado na CJD terminal de consulta destinado exclusivamente aos usuários externos, possibilitando a pesquisa jurisprudencial pelos próprios interessados.

Conforme já exposto, coube à Seção em tela proceder à consolidação de diversas normas de caráter eleitoral e administrativo, a fim de que fossem afixadas na Intranet/Internet. Nesse contexto, foram atualizadas todas as resoluções administrativas de maior relevância deste Tribunal, e, com isso, organizada uma compilação desses documentos, distribuída internamente na Secretaria (em papel) e editorada para acesso em rede. Tais informações foram concentradas, principalmente, no menu "Legislação e Jurisprudência", que remete a uma pletora de serviços e informações.

Registre-se a decisiva participação de servidor desta Coordenadoria na comissão encarregada da construção e atualização das páginas eletrônicas do TRESA.

Realizou-se, ainda, o acompanhamento diário das decisões do TSE publicadas na imprensa oficial, bem como de todos os atos normativos e administrativos do interesse desta Corte, os quais são atualizados semanalmente na Intranet.

Buscando-se maior agilidade na divulgação dos julgados, o periódico *JTRES* Impresso – ementário de jurisprudência deste Tribunal – foi transformado em *JTRES* Eletrônico, passando a ser publicado apenas nas páginas da Intranet e Internet. Tal ferramenta tem se revelado como importante fonte de pesquisa para a solução de questões afetas aos Juízes de 1ª instância, haja vista que permite o conhecimento das ementas das decisões no mês posterior aos julgamentos.

4.3.2 Seção de Biblioteca

A Seção de Biblioteca realizou as seguintes atividades:

- **livros incorporados ao acervo:** 233 obras, correspondentes a 203 aquisições e a 30 doações (previsão de novo pedido de compra a ser encaminhado até meados de março, pedido este baseado em novos lançamentos – pesquisa de mercado);
- **periódicos:** foram renovadas 34 assinaturas de periódicos e realizada a assinatura dos seguintes periódicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública*; *Revista do Direito Brasileiro*; *SQL Magazine*; *Computerworld* e *Revista Projeto & Desig*. Além disso, o acervo foi enriquecido com doações de revistas de outros órgãos judiciários;
- **jornais:** foram mantidas as assinaturas existentes, totalizando 4 jornais oficiais (*DOU* – Seções I, II e III; *DJU* – Seção I; *DOESC* e *DJSC*) e 6 jornais de circulação diária (*Diário Catarinense*; *O Estado*; *O Estado de S. Paulo*; *Folha de S. Paulo*; *A Notícia*; e *Jornal de Santa Catarina*);
- **assinaturas de CD-ROMs:** *LIS – Legislação Informatizada Saraiva*; *JURIS SÍNTESE – Legislação, jurisprudência, doutrina e prática processual*; acesso via Internet do *Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal – IDAF*, do *Informativo de Licitações e Contratos – ILC*; do *Boletim de Direito Administrativo - BDA*, e do *Boletim de Licitações e Contratos – BLC*. Aquisição de uma assinatura em CD-ROM da *Consolidação da Legislação Previdenciária (COCIN)*.

Importante ressaltar que a Seção de Biblioteca centraliza a aquisição de livros, CD-ROMs, assinaturas de revistas, periódicos e similares, por iniciativa da Coordenadoria ou em atendimento a solicitações formuladas pelos diversos setores do Tribunal, acompanhando o andamento dos respectivos procedimentos junto à Secretaria de Administração.

Coube ainda à Seção de Biblioteca providenciar a encadernação das Atas do TRESA do ano de 2001, bem como a encadernação dos acórdãos e resoluções já digitalizados.

Verificada a necessidade de uma melhor adequação do Sistema de Atendimento Bibliotecário (SAB) aos procedimentos previstos na Ordem de Serviço n. 1/2001 de 22.3.2001, a Seção de Biblioteca realizou um levantamento de tais necessidades e encaminhou à Secretaria de Informática, por intermédio de sua Coordenadoria, pedido de alteração no sistema, aguardando providências.

Em março ocorrerá o I Encontro de Bibliotecários da Justiça Eleitoral, onde será discutido e avaliado a implementação de um software que integrará as Bibliotecas da Justiça Eleitoral com a participação deste Tribunal.

Deu-se continuidade ao sistema de "circulação dirigida", procedimento que possibilita o empréstimo temporário de revistas técnicas especializadas aos setores correspondentes, retornando os exemplares à Seção de Biblioteca depois do período estabelecido, bem como à divulgação dos sumários de periódicos que podem interessar a outros setores deste Tribunal.

A Seção de Biblioteca manteve em funcionamento o Clube do Livro, aberto a todos os servidores da Casa, enriquecido com mais 30 obras literárias e 14 fitas de vídeo, totalizando um acervo de 562 livros e 114 fitas.

No final do exercício, a Seção passou a contar com mais uma servidora, bibliotecária, aprovada no último concurso público realizado pelo Tribunal.

Nos termos da Resolução TRESA n. 7.241/2000, as atribuições do extinto Serviço de Gestão Documental – Arquivo – foram transferidas para a Seção de Biblioteca.

Sendo responsável pela massa documental do Tribunal, o Arquivo desenvolveu as seguintes atividades:

- empréstimo de documentos: *152
- atendimento a consultas: *556
- pesquisas: *396
- devoluções: *448
- documentos transferidos para o Arquivo: 13.900
- documentos arquivados, incluídos em listagens e/ou remanejados em virtude do levantamento/atualização no Arquivo: 495

Dando andamento aos trabalhos de consolidação dos resultados das eleições municipais realizadas em Santa Catarina, a partir da reinstalação do Tribunal em 1945, foram criadas 320 pastas com documentos alusivos a esses pleitos e alimentadas tabelas com os dados obtidos em boletins de urna, atas e boletins de apuração, relatórios, etc., a fim de subsidiar futura publicação.

Iniciou-se o levantamento e a atualização dos dados de toda a massa documental arquivada em caráter permanente, sendo que, até o presente momento, foi concluída a parte referente às eleições de 1945 a 2000.

Tendo em vista a necessidade de estabelecer um plano de classificação dos documentos e de elaborar tabela de temporalidade aplicável no âmbito do Tribunal, foram levantadas, por meio de pesquisa *on-line*, diversas informações pertinentes à matéria.

Constatou-se, outrossim, a necessidade de disciplinar os serviços prestados pelo Arquivo e de estabelecer uma uniformização dos procedimentos, razão pela qual foi elaborada minuta de Ordem de Serviço do Arquivo, a ser submetida à Direção-Geral.

Atendendo às necessidades administrativas, cabe destacar o início do procedimento de empréstimo de documentos, via SADP, no segundo semestre deste ano.

Compete, ainda, à Seção de Biblioteca administrar o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense – Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes –, o que inclui acompanhamento e orientação aos visitantes e seleção de documentos de caráter histórico para futura incorporação ao

acervo. Visando identificar os documentos do museu, foram confeccionadas placas de aço, com as respectivas inscrições.

4.3.3 Seção de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

Coube à Seção de Taquigrafia a confecção das atas com o resumo dos assuntos tratados nas sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, a lavratura das respectivas certidões e a numeração de acórdãos e resoluções, assim como a alimentação do módulo SADP referente aos julgamentos realizados nesta Corte, possibilitando a consulta em rede.

Em 2002, a Taquigrafia elaborou 141 atas, 1.364 certidões de julgamento, bem como procedeu à numeração de 1.140 decisões (acórdãos e resoluções), efetuando os respectivos registros no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.

Cumpra salientar que o registro em ata das sessões do Pleno foi regularmente efetuado e apresentado à aprovação na sessão seguinte. Por fim, em atenção a determinações da Presidência do Tribunal e da Direção-Geral, foram degravados diversos pronunciamentos proferidos em sessão. Procedeu-se, igualmente, à alimentação da base de dados "Atas".

Destaque-se a atuação de servidora dessa Seção na revisão de acórdãos e resoluções do Tribunal, assim como de outros documentos e publicações oficiais, sendo freqüentemente consultada para a solução de questionamentos gramaticais e ortográficos.

5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

À Secretaria de Administração compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada às tarefas regimentais desenvolvidas pela Secretaria de Administração, cabe destacar (1) o planejamento operacional que, neste exercício, foi desenvolvido juntamente com as demais Secretarias, visando alcançar o pleno êxito das atividades eleitorais; (2) a instauração e conclusão de vários processos de aquisição de bens e contratação de serviços visando à completa adequação da sede deste Tribunal; e (3) o resultado positivo alcançado nas eleições de 2002, consoante avaliação da 1a. Reunião Conjunta do Colégio de Presidentes e Corregedores Eleitorais do Brasil, em especial do Grupo de Trabalho composto pelos Secretários de Administração e de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral e dos Secretários de Administração dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Santa Catarina e São Paulo.

A Secretaria de Administração é composta pelas Coordenadorias de Orçamento e Finanças; de Material e Patrimônio; de Serviços Gerais e de Comunicações, cada qual com atribuições próprias, consoante a seguir identificadas.

5.1 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizou-se:

- Registro de 2.534 ordens bancárias.
- Registro de 1.489 notas de empenho.
- Registro de 1.337 notas de lançamento.

- Registro de 1.035 DARFs (Documento de Arrecadação Financeira).
- Registro de 176 GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social).
- Registro de 110 notas de programação financeira.
- Registro de 58 listas de credores.
- Registro de 299 pré-empenhos.
- Registro de 189 notas de dotação.
- Registro de 250 notas de sistema.
- Registro da conformidade diária.
- Registro de contratos no SIAFI.
- Formalização de 1.549 procedimentos de pagamento.
- Retenção Imposto sobre Serviços (ISS) da PMF.
- Informações de disponibilidade orçamentária nos processos licitatórios e nas aquisições diretas.
- Elaboração de planilhas das despesas executadas mensalmente.
- Encaminhamento de selos postais às Zonas Eleitorais.
- Alterações do QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa).
- Remanejamento de créditos, entre os diversos programas de trabalho.
- Conferência das multas eleitorais encaminhadas pela Caixa Econômica Federal - CEF.
- Informação mensal da quantidade de guias de multas eleitorais e o respectivo valor à Secretaria de Administração do TSE.
- Registro da despesa com pessoal no SIPES mensalmente.
- Registro da proposta orçamentária anual no sistema SIDOR.
- Retenção dos impostos contemplados na Lei n. 9.430/96 e o respectivo recolhimento à União.
- Informação a cada quinzena do valor da retenção do ISS e do respectivo recolhimento às Prefeituras.

- Conferência de todos os lançamentos efetuados no SIAFI do dia anterior, para posterior registro da conformidade diária.
- Verificação da validade da documentação dos fornecedores a cada pagamento, conforme decisão TCU 705/94.
- Controle do saldo financeiro por fonte de recursos.
- Acompanhamento da execução orçamentária dos respectivos programas de trabalho.
- Classificação contábil das despesas.
- Classificação das despesas nos elementos de despesa respectivos a cada programa de trabalho.
- Levantamento das necessidades financeiras para registro da programação financeira mensalmente.
- Treinamento de servidores para o correto preenchimento das informações da proposta orçamentária anual no sistema SPO.
- Consolidação das necessidades levantadas pelos setores deste Tribunal.
- Acompanhamento das despesas das eleições 2002 e registro das mesmas nas ações e atividades correspondentes.
- Registro e Controle de convênio.
- Cobrança de inúmeras multas (atraso na execução de objeto contratual e/ou inexecução parcial) de fornecedores de bens e serviços, referentes aos contratos celebrados pela Secretaria de Administração.

5.1.1 Execução orçamentária e recursos financeiros

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (01.01.2002 até 31.12.2002) e suas suplementações constituíram o montante de R\$ 57.041.350,76 (cinquenta e sete milhões, quarenta e um mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 56.663.111,62 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e onze reais e sessenta e dois centavos).

Foram recebidas durante o exercício de 2002 provisões no valor total de R\$ 7.631.317,96 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e dezessete reais e noventa e seis

centavos). E, ainda, concedidas provisões no valor de R\$ 164.028,20 (cento e sessenta e quatro mil, vinte e oito reais e vinte centavos).

Os recursos financeiros colocados à disposição dessa unidade, para atender aos pagamentos das despesas programadas, foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior, sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

5.1.2 Proposta orçamentária – 2003

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003, solicitando-se importâncias para suprir despesas arroladas a seguir:

- Pessoal e encargos sociais (pagamento de vencimentos, vantagens fixas e gratificações em geral; despesas com concessão de melhorias funcionais; despesas com concessão de gratificações adicionais; despesas com preenchimento de cargos vagos, em virtude de aposentadorias; encargos com inativos e pensionistas; substituições; despesas de exercícios anteriores, etc.).
- Outras despesas correntes de capital, tais como, diárias (atendimento de despesas com diárias a servidores para deslocamento ao interior do Estado de Santa Catarina e território nacional); material de consumo (reposição de estoques para manutenção do TRE e das Zonas Eleitorais do Estado, além de combustíveis/lubrificantes e suprimentos em geral); passagens e despesas com locomoção (atendimento de despesas com deslocamento e participação de servidores em congressos e eventos relacionados com informática e aos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior, para participação em treinamentos no TRE); outros serviços de terceiros (despesas contratuais de manutenção: contratos de limpeza e vigilância do prédio sede do TRE e das Zonas Eleitorais da Capital; aluguel de máquinas fotocopadoras; serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; aluguel de imóveis para acomodação das Zonas Eleitorais da Capital; contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços [SEDEX]; serviços de transporte de encomendas e cargas;

manutenção dos equipamentos de informática; aquisição de *softwares* e demais serviços necessários à manutenção das atividades desenvolvidas por este Tribunal); benefícios (auxílio pré-escolar; auxílio refeição/alimentação; auxílio concessão vale-transporte; ressarcimento de despesas médicas e odontológicas); despesas eventuais (assinaturas de periódicos e anuidades; serviços gráficos [cópia e encadernação de folhetos e revistas]; despesas miúdas e de pronto pagamento; taxas municipais – IPTU; reparo e conservação de bens imóveis; serviços de divulgação e serviços de processamento de dados) e equipamentos e materiais permanentes (aquisição de mobiliário em geral; aquisição de periódicos, *modems*, microcomputadores, *winchester*, impressoras, estabilizadores, veículos utilitários e aparelhos de ar condicionado).

5.2 COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

À Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, aquisição, guarda, distribuição e controle dos bens permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelas Zonas Eleitorais.

- Número de licitações processadas: 89 (oitenta e nove) Pregões, 2 (duas) Tomadas de Preços e 2 (dois) Convites.
- Número de processos autuados: 499 (quatrocentos e noventa e nove).
- Número de contratos celebrados: 168 (cento e sessenta e oito).
- Número de termos aditivos firmados: 97 (noventa e sete).
- Número de convênios celebrados: 6 (seis).
- Principais aquisições/serviços contratados: impressos; material de expediente; suprimentos de informática; material de copa e higienização; móveis (estantes de aço, cadeiras, poltronas, longarinas, mesas, armários e balcões), 1 (um) compressor odontológico; 1 (uma) porta eletrônica para os Cartórios Eleitorais da Capital; 4 (quatro) relógios datadores automáticos; 84 (oitenta e quatro) aparelhos de fac-símile; sistema de monitoramento de imagens; 6 (seis) televisores; 2 (dois) videocassetes; 1 (um) DVD; 2 (dois) rádio-gravadores; 2 (dois) fones de ouvido; 5 (cinco) equipamentos automáticos de senhas; 2 (duas) fragmentadoras de papel; 1 (uma)

plastificadora; materiais e ferramentas para o setor de *hardware*; 2 (dois) veículos; aquisição e instalação de divisórias articuláveis; aquisição e instalação de pisos vinílicos e carpetes; remoção, reinstalação e complementação de divisórias; contratação de empresa para recrutar e selecionar estagiários; contratação de 20 (vinte) técnicos especializados em informática; 5 (cinco) condicionadores de ar tipo *split*; 180 (cento e oitenta) estabilizadores; 5 (cinco) aparelhos condicionadores de ar de parede; vale-alimentação para os mesários; revisão e recuperação de persianas do prédio-sede; confecção e instalação de placas de sinalização; serviço de atendimento telefônico na Central 1511; aquisição e instalação de tabladros e escadas coordenáveis; 1 (um) cardioversor portátil; equipamentos e materiais para sistema de áudio e vídeo; contratação de prestação de serviços médico-hospitalar e laboratorial; contratação da ECT para entrega das convocações dos mesários; contratação da ECT para transporte de urnas eletrônicas; equipamentos de informática (microcomputadores, pentes de memória, *switches*; *scanners*; impressoras *laser*; *modems*; discos rígidos; livros e assinatura de diversos periódicos; material elétrico; serviços de telefonista; 100 (cem) porta-revistas; filmagem, monitoramento e produção de material para votação paralela; 2 (dois) videocassetes; 5 (cinco) toldos motorizados; 4 (quatro) câmeras fotográficas digitais; 2 (dois) bebedouros; 20 (vinte) telefones auriculares; 20 (vinte) aparelhos telefônicos analógicos; 19 (dezenove) calculadoras; lâminas de alumínio para refletores de luminárias; transporte rodoviário de carga; serviços de copa; manutenção predial; ampliação dos pontos da rede de informática; serviços de limpeza e conservação; seguro para veículos; vigilância; manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado e em bebedouros; fornecimento de suprimentos para equipamentos de reprografia marca Minolta, Mita, Risograph, Sharp e Toshiba; serviços de clipagem; plotagem de 150 (cento e cinquenta) mapas do estado de Santa Catarina; confecção da Resenha Eleitoral, manutenção de veículos Volkswagen, Fiat, Chevrolet e Mercedes; lavagem de veículos; locação de veículos para transporte de passageiros; manutenção de máquinas reprográficas, marca Minolta e Kônica; dedetização e desratização do prédio-sede do TRESA; manutenção de jardins e floreiras; seguro para o prédio-sede do TRE e Cartórios Eleitorais da Capital (ilha); fornecimento de

carimbos; locação de um grupo gerador; impermeabilização de floreiras; fornecimento de combustíveis; implantação de ginástica laboral; serviços de dosimetria de radiação; alteração da grade de segurança do depósito da CONAB; projeto de adequação do edifício-sede do TRE; fornecimento de passagens aéreas; reforma do Cartório Eleitoral de Criciúma; fornecimento de água mineral; seguro para urnas eletrônicas; seguro de veículos; serviços de Sedex; serviços postais; *softwares*; material para pintura; fornecimento de combustíveis; medicamentos e materiais médicos e odontológicos; carrinho para transporte de livros; manutenção de máquina fotocopadora Konica; fornecimento de suprimentos para máquinas fotocopadoras Sharp, Minolta, Toshiba, Mita, Konica e Risograph; manutenção de dutos e grelhas da central de ar condicionado; manutenção de extintores e mangueiras de extinção de incêndio e manutenção de portas corta-fogo.

- Prorrogação dos seguintes contratos: limpeza e conservação; vigilância; coleta de resíduos hospitalares; manutenção de 2 (dois) veículos Kombi; manutenção de 1 (um) veículo Santana; serviços de telefonista; serviços de ascensorista; serviços de copa; manutenção do *software* ASI; manutenção de equipamentos reprográficos marca Mita, Risograph e Sharp; contratação de seguro de acidentes pessoais para os estagiários da Justiça Eleitoral; serviços de telefonista; manutenção preventiva e corretiva da central de ar condicionado da Sala de Sessões; carregadores para movimentação de urnas eletrônicas; manutenção de transformador; locação de imóvel para abrigar o depósito de urnas eletrônicas (CONAB); manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática; conservação e assistência técnica em dois elevadores; locação do imóvel onde está instalada a 101ª Zona Eleitoral; veiculação de publicações legais .
- Contratação de diversos treinamentos para os servidores do TRE/SC.
- Remessa de 2.511 (dois mil, quinhentos e onze) volumes às Zonas Eleitorais.
- Tombamento de 4.763 (quatro mil, setecentos e sessenta e três) bens patrimoniais.

- Conferência física dos bens patrimoniais em todos os Cartórios Eleitorais.
- Aquisição, registro e distribuição aos Cartórios Eleitorais, de todo o material de expediente e impressos utilizados no último pleito.
- Locação de 787 (setecentas e oitenta e sete) linhas telefônicas convencionais e 218 (duzentas e dezoito) linhas e aparelhos celulares, para utilização no período eleitoral.
- Encontram-se em andamento processos visando à aquisição/ contratação de: manutenção da central telefônica; limpeza no depósito da CONAB; lavagem de veículos; vigilância no edifício-sede do TRE; manutenção de fotocopiadoras Minolta e Toshiba; vigilância eletrônica da 101ª ZE; manutenção predial; manutenção de microônibus; limpeza do Almoxarifado; aquisição de um *switch*; serviços de clipagem; materiais elétricos; suprimentos de informática; material de expediente e impressos.

5.3 COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Coordenadoria de Serviços Gerais, cumprindo os seus objetivos, solicitou a aquisição de bens e materiais e elaborou e acompanhou projetos e serviços, conforme discriminados a seguir:

5.3.1 Seção de Administração do Edifício e Setor de Apoio Administrativo

- Confecção de placas de identificação para a Justiça Eleitoral catarinense, incluindo edifício-sede e Cartórios Eleitorais.
- Pintura e manutenção dos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral.
- Locação de veículos para transporte de passageiros.
- Manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, na frota de veículos deste Tribunal.
- Serviços de limpeza, copa, vigilância, ascensoristas e telefonistas.
- Manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, dos elevadores e máquinas reprográficas.

- Manutenção predial e de todos os equipamentos pertencentes ao TRESA, à exceção dos de informática.
- Manutenção e controle da central telefônica.
- Fornecimento de combustíveis e lubrificantes.
- Habilitação de linhas telefônicas e outros serviços correlatos.
- Contratação de seguro predial e de veículos.
- Prorrogação e locação de imóveis para a Justiça Eleitoral catarinense.
- Aquisição de: 2 (dois) veículos, aparelhos de ar condicionado, estantes de aço, relógios-protocolos, grampeadores e outros materiais de escritório e de serviços gráficos, suprimentos para as máquinas reprodutivas do TRESA, controles remotos para os portões eletrônicos da sede, 1 (um) contentor de lixo, cinzeiros tipo papaleira, bebedouros, capas termoencadernadoras, materiais gráficos, luminárias, lâmpadas, materiais elétricos, um controlador de impressão para a fotocopadora Konica 7055 lotada no Setor de Reprodutiva, produtos de copa e higienização, cadeiras, balcões, armários, mesas e outros móveis para a conclusão da adequação da sede do TRESA, uma plastificadora, um ferro de passar roupas, pneus, persianas com *black-out*, aparelhos de TV e videocassete, câmaras fotográficas digitais, utensílios para o Setor de Copa, aparelhos telefônicos auriculares, máquinas de calcular, ventiladores, material de pintura, aparelhos de fac-símile, 1 (um) sistema digital de monitoramento para o prédio-sede, baterias e outros acessórios para aparelhos celulares, escadas, travas e fechaduras para diversas portas e janelas, tíquetes de carga de GLP (gás de cozinha), bandeiras para a sede do TRESA, fitas VHS (para gravação de imagens no sistema de monitoramento de vídeo), novo sistema de som para a sala de sessões.
- Aquisição e instalação de persianas.
- Confecção de letreiros de identificação e de placas de inauguração das Centrais de Atendimento ao Eleitor, bem como aquisição de mobiliário, equipamentos de senhas e preparação dos respectivos ambientes.
- Serviço de dedetização e desratização do prédio-sede.
- Confecção de régua e extensões para as urnas eletrônicas.

- Substituição de parte do tapete do prédio-sede por piso vinílico em rolo e em placas, assim como impermeabilização de partes já existentes.
- Substituição das luminárias e da fiação elétrica do prédio-sede.
- Instalação de porta eletrônica na sede dos Cartórios Eleitorais da Capital.
- Aquisição de componentes para a rede de drenagem dos aparelhos condicionadores de ar, e revisão geral destes.
- Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, nos aparelhos condicionadores de ar, bem como nas centrais de ar condicionado (sala de sessões e Cartórios Eleitorais da Capital).
- Remoção, reinstalação e complementação de divisórias em vários setores do TRESA.
- Reforma de 1 (um) banheiro na CJD (para deficientes físicos).
- Manutenção de jardins e aquisição de vasos e plantas.
- Impermeabilização de uma parede do prédio dos Cartórios Eleitorais da Capital.
- Realização de despesas miúdas e de pronto pagamento por meio de suprimento de fundos.
- Reforma de móveis.
- Serviços de mudança e adequações de espaço na sede, em razão do remanejamento de setores.
- Inauguração do novo auditório do TRESA (9º andar), com reforma do espaço e aquisição de todo o mobiliário necessário (poltronas, mesas, balcões, etc.), de equipamentos (som, projetores, vídeo, ar condicionado, etc.), entre outras (persianas, toldos motorizados, divisórias articuláveis, tablados, tapete, etc.).
- Seguro obrigatório dos veículos.
- Modernização dos portões eletrônicos do prédio-sede.
- Modernização dos elevadores do prédio-sede.
- Lavação, revisão e recuperação de persianas.

- Solicitação de contratação de empresa especializada para promover a reforma das salas onde funcionarão as Zonas Eleitorais e a Central de Atendimento ao Eleitor de Criciúma.
- Confeccção e instalação de pés para as novas mesas de manutenção das urnas eletrônicas.
- Aquisição e distribuição de todo o material elétrico utilizado na adequação dos locais de votação, de apuração e da sede do TRESA.
- Aquisição de lâminas de alumínio de alto rendimento especial (*retrofit*) para utilização nas novas luminárias instaladas no prédio-sede.
- Controle dos telefones celulares do TRESA.
- Aquisição e habilitação de novos telefones celulares.
- Locação de projetores e equipamentos de som para diversos eventos (apuração das eleições, diplomação, avaliação das eleições, etc.).
- Fornecimento de água-mineral.
- Manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio e mangueiras.
- Manutenção preventiva do transformador do prédio-sede.
- Contratação de arquiteto para elaborar projetos de adequação dos saguões do prédio-sede, incluindo a instalação de um terceiro elevador, bem como de novo revestimento para as paredes externas.
- Fornecimento e controle de passagens aéreas.
- Modernização da cafeteira do Setor de Copa.
- Manutenção nos arquivos deslizantes da CJD.
- Manutenção do sistema de som da sala de sessões.
- Locação de um grupo-gerador (Eleições 2002).
- Revestimento de poltronas.
- Serviços relativos à ECT.
- Manutenção nas portas corta-fogo do prédio-sede.

- Solicitação de aquisição de materiais para execução do sistema de alarme e detecção de incêndio para o prédio-sede.
- Contratação de filmagem (avaliação das Eleições, reuniões de trabalho, etc.).
- Reparos em tapetes.
- Confecção de placas de identificação para os veículos oficiais.
- Contratação do serviço de lavagem para os veículos deste Tribunal.
- Unificação dos medidores de energia elétrica do prédio-sede.
- Locação de um sistema de alarme.
- Locação de uma máquina reprográfica para utilização durante a avaliação nacional das eleições.
- Aquisição e instalação de forro de PVC no prédio-sede.
- Alteração na grade instalada na CONAB (depósito das urnas eletrônicas).
- Solicitação de aquisição de mais uma máquina reprográfica digital.
- Solicitação de aquisição de utensílios para o Setor de Copa.
- Emissão de relatórios de despesas com ligações telefônicas particulares para ressarcimento ao erário.

5.3.2 Setores de Reprografia, de Encadernação, de Segurança e de Conservação, Limpeza e Jardinagem

Os Setores de Reprografia e de Encadernação, no atendimento aos diversos setores desta Casa e aos particulares que a freqüentam, realizaram os seguintes serviços:

- plastificação: 802
- confecção de crachás: 241
- encadernação: 2.004
- fotocópias: 616.768

O Setor de Segurança, no cumprimento de suas atribuições, acompanhou e fiscalizou, em conjunto com o serviço contratado de vigilância e com o apoio do sistema de

monitoramento, todos os acessos efetuados às dependências do prédio-sede do TRESP, bem como a chegada e retirada de volumes, adotando, para tanto, todas as medidas de segurança necessárias.

O Setor de Conservação, Limpeza e Jardinagem acompanhou e fiscalizou a execução de serviços contratados por este Tribunal, tais como: limpeza e conservação, copa, ascensoristas e jardinagem.

5.3.3 Serviço de Segurança e Transportes, de Manutenção de Veículos, de Manutenção de Equipamentos e Móveis e de Expedição e Distribuição de Correspondência

O Serviço de Segurança e Transportes realizou cerca de 50 (cinquenta) viagens pelo interior do Estado, a serviço das diversas Secretarias e Coordenadorias deste Tribunal, sendo que os veículos pertencentes a esta Casa percorreram, durante o ano, cerca de 112.181 km (cento e doze mil, cento e oitenta e um quilômetros) e os locados e requisitados 180.731 Km (cento e oitenta mil, setecentos e trinta e um quilômetros), consumindo, aproximadamente, 13.757 (treze mil, setecentos e cinquenta e sete) e 13.000 (treze mil) litros de combustível, respectivamente.

O Serviço de Manutenção de Veículos elaborou pedidos referentes à aquisição de 2 (dois) veículos novos e de pneus e de conserto, acompanhando a troca de pára-brisas, amortecedores, cárter, filtro de óleo, óleo de motor, tanques de combustível, bateria, serviços de balanceamento, geometria, lataria, pintura e elétricos, entre outros.

O Serviço de Manutenção de Equipamentos e Móveis realizou, ao longo desse período, a elaboração de pedidos para a CSG, a fiscalização e o acompanhamento de contratos na área de manutenção predial, assim como os mais variados serviços nas áreas de eletricidade, telefonia, edificações, móveis, equipamentos e refrigeração, compreendendo consertos, reformas e revisões (1.080 – um mil e oitenta – registros), dos quais se faz a seguir o resumo indicativo:

- manutenção de instalações e equipamentos elétricos (manutenção periódica dos equipamentos elétricos do prédio-sede, com exceção dos equipamentos de informática;

manutenção geral da rede elétrica, com troca de lâmpadas, reatores e *starters*, assim com instalação e substituição de tomadas e disjuntores nos prédios pertencentes a esta Corte; continuação da implementação de medidas de racionalização de energia, com a alteração da rede elétrica de todo o edifício-sede, colocação de sensores, substituição de lâmpadas, acompanhamento através de relatórios, etc.; revisão dos bebedouros do TRESA; instalação elétrica nos Cartórios Eleitorais da Capital, com a colocação de lâmpadas e a instalação de tomadas; instalações de novos equipamentos nos prédios pertencentes ao TRESA; e manutenção da rede elétrica do depósito das urnas eletrônicas e do almoxarifado;

- manutenção do sistema de prevenção de incêndio; elaboração do pedido de materiais para a execução do projeto de detecção e alarme de incêndio do prédio-sede; organização de todo o sistema de combate a incêndio, bem como manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio dos Cartórios da Capital e deste prédio;
- manutenção periódica (manutenção geral do prédio), com pequenos consertos de portas, troca de fechaduras, persianas, pisos, conserto e substituição de peças dos banheiros, como torneiras, válvulas, bóias e assentos dos vasos sanitários; instalação do novo sistema de som do prédio-sede; dedetização, descupinização e desratização; conserto de móveis e cadeiras; conserto das persianas; montagem e desmontagem de divisórias; conserto da rede de drenagem dos aparelhos de ar condicionado e substituição do encanamento existente; limpeza dos filtros de ar condicionado deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais da Capital e do almoxarifado; limpeza de ralos; aprimoramento do sistema de monitoramento de imagens da nova sede, com a implementação do novo sistema digital; projeto e execução das novas instalações elétricas e hidráulicas do novo auditório do prédio-sede; regulagem de portas de vidro do prédio-sede; conserto de calhas pluviais; instalação de torneiras auxiliares em banheiros; reparo e pintura de diversos setores e continuação da implantação do Cronograma de Atividades de Manutenção Predial;
- manutenção da rede hidrossanitária, compreendendo desentupimento da rede pluvial; limpeza e recuperação dos pontos de escoamento da água condensada do sistema de drenagem do ar condicionado do prédio-sede; limpeza das caixas d'água e cisternas desta Casa; conserto de

vazamento no teto do 10º andar (CRE) e do subsolo I; conserto de vazamento na floreira da fachada principal deste prédio; conserto de diversos vazamentos e manutenção periódica dos sistemas hidráulicos do prédio;

- manutenção da rede telefônica, com conserto de aparelhos e instalação de novos ramais e linhas;
- manutenção e instalação de novos pontos telefônicos e de energia elétrica nos prédios dos Cartórios Eleitorais – Eleições 2002;
- levantamento, avaliação e distribuição de materiais elétricos para a instalação das urnas eletrônicas – Eleições 2002;
- execução de outros serviços de manutenção relacionados à preparação e à realização das Eleições 2002.

O Serviço de Expedição e Distribuição de Correspondência encaminhou, aproximadamente, 19.095 (dezenove mil e noventa e cinco) correspondências, sendo que, pelo serviço Sedex, aproximadamente, 6.875 (seis mil, oitocentas e setenta e cinco) e 12.220 (doze mil, duzentas e vinte) correspondências com aviso de recebimento e simples. Foram feitas, ainda, cerca de 1.050 (mil e cinqüenta) entregas, em mãos, de todo tipo de correspondência para as diversas Secretarias desta Casa.

5.4 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES

No plano geral, esta Coordenadoria atendeu às atribuições que lhe competem e estão estabelecidas no art. 37 e seguintes do Regimento Interno da Secretaria.

Realizou, ainda, contatos institucionais com outros órgãos públicos, visando ao estreitamento das relações e à necessária colaboração entre essas entidades.

De acordo com as atribuições estabelecidas no Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal esta Coordenadoria:

- Prestou toda a assessoria imediata à Presidência desta Casa, no que se refere ao atendimento à imprensa, agendando as entrevistas, preparando o material específico para cada uma delas, bem como acompanhando o Ex^{mo} Presidente em seu

gabinete ou nos veículos de comunicação, quando das entrevistas gravadas ou ao vivo para as emissoras de televisão.

- Organizou cerimonial e protocolo, quando em acompanhamento ao Ex^{mo} Presidente em eventos realizados nas Zonas Eleitorais de São José, Blumenau, Balneário Camboriú, Criciúma, Lages e Santa Cecília.
- Acompanhou e assessorou o Ex^{mo} Presidente em eventos da Justiça Eleitoral nas cidades de São Luiz – MA e Belo Horizonte – MG.
- Participou de eventos da Justiça Eleitoral nas cidades de Maceió – AL, Curitiba – PR e Brasília – DF.
- Contatou com as rádios do interior, para divulgação das mídias preparadas pelo TSE - “Vota Brasil”, que serviu para esclarecimento de assuntos diversos ao eleitor.
- Desenvolveu e acompanhou a implementação de projeto básico para contratação, via processo licitatório, de empresa de propaganda para elaboração do encarte - “Tudo o que você precisa saber sobre as eleições de 2002” - distribuídos pelo jornal A notícia, em todo os estado de Santa Catarina, bem como outdoor e vinheta na TV.
- Organizou a distribuição das fitas de treinamento eleitoral, produzidas pela Rede Minas, para todas as Zonas Eleitorais do Estado.
- Atendeu, no dia da eleição, à Central de Divulgação das Eleições, que ficou instalada nesta Coordenadoria, no 9º andar do edifício sede, quando houve a presença maciça da imprensa escrita, falada e televisionada, procurando sempre fornecer as informações sobre o andamento do pleito na capital e no Estado.
- Orientou os demais Setores desta Coordenadoria para o bom andamento dos trabalhos, bem como auxílio, quando solicitado, às demais Coordenadorias do Tribunal, tendo em vista o grande volume de serviço decorrente das eleições.

5.4.1 Seção de Projetos Especiais e Imprensa

Conforme determinado no art. 42 do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, esta Seção desenvolveu durante o período em tela as seguintes atividades:

Cerimonial. Organização de eventos deste Tribunal, desde a confecção e expedição de convites, sua organização e acompanhamento.

Neste ano foram realizadas assessorias protocolares, seguidas de seus respectivos cerimoniais nas solenidades abaixo citadas:

- XI Encontro de Juízes Eleitorais
- Reunião Preliminar dos Grupos Temáticos de Avaliação das Eleições
- 1ª Reunião Conjunta dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Eleitorais
- Diplomação dos Eleitos no Pleito de 2002 – Assembléia Legislativa
- Posse dos Excelentíssimos Senhores:
 - Dr. Sebastião Ogê Muniz – Juiz Efetivo, Categoria Juiz Federal;
 - Dr. Alexandre d'Ivanenko – Juiz Efetivo, Categoria Juiz de Direito.

Atendimento à imprensa. O processo eleitoral de 2002, por seu ineditismo, exigiu procedimentos novos da Seção de Projetos Especiais e Imprensa do TRESC, para onde acorreram os jornalistas de todo o Estado em busca de informações eleitorais.

Os atendimentos diários superaram a média dos 50 registrados na eleição passada. As solicitações incluíram informações sobre legislação, pesquisas nos sites do TRE-SC e do TSE, acompanhamento de processos, além de dados estatísticos, marcação de entrevistas, fotos e gravação da urna eletrônica, realizados em vários locais da Secretaria deste Tribunal, bem como no Fórum Eleitoral. Estes atendimentos não ficaram restritos à imprensa, contemplando igualmente partidos políticos, candidatos e eleitores em geral.

Todas as informações solicitadas pela imprensa, sempre que possível, foram repassadas por via eletrônica, registrando-se maior produtividade com os procedimentos adotados, uma vez que foi possível atingir as rádios menores do interior do Estado.

Acompanhamento de sessão. Foram acompanhados todos os processos considerados de interesse público – ou solicitados pela imprensa –, bem como todos os julgamentos dos registros de candidatura e prestação de contas, a fim de que a informação chegasse aos meios de comunicação, de forma equânime, guardando-se o cuidado de não privilegiar quaisquer partes (partidos, candidatos etc).

Para tanto, todos resultados das sessões foram passados por via eletrônica a todas as mídias cadastradas em nosso “*mailing list*”, o que permitiu atingir rádios e jornais do interior do Estado, tanto quanto as mídias de maior expressão na Capital. Alguns repasses foram feitos via telefone ou através de fax (acórdão). A pauta da Sessão passou a ser disponibilizada na internet, o que nos permitiu orientar os interessados em sua consulta.

Release. Busca de informação e produção de texto de eventos, comunicados, divulgação de serviços, entre outros. O envio de *releases* para imprensa foi de tal monta que causou o extrapolamento das cotas de email de todos os integrantes desta Coordenadoria. Após o período de registro de candidaturas, registrou-se uma média de 3 *releases* diários, até a data do segundo turno das eleições.

Central de Divulgação das Eleições. Com a colaboração das demais Secretarias, Coordenadorias, Seções e Setores do TRESA, foi montada, no 9º andar do edifício sede, a Central de Divulgação das Eleições.

No dia do Pleito, jornalistas de todo o Estado, devidamente credenciados, contaram com o apoio permanente do TRESA para a realização de seus trabalhos. Foram 18 horas ininterruptas de atendimento nesta Seção, com entrevistas para jornais, rádios e televisões sendo produzidas no local. Na ocasião, também foram repassados resultados por telefone e fax para a Capital e o interior do Estado.

Divulgação do resultado das eleições. Durante o mês que antecedeu o Pleito, esta Seção realizou atividades de preparação da Central de Divulgação e credenciamento das mídias sediadas na Capital e posteriormente das mídias do interior. Durante o Pleito, a Seção ficou responsável pela divulgação dos resultados das Eleições 2002, através da Central de Divulgação, disponibilizando a informação, em tempo real,

para todo o Estado. Não só a imprensa foi atendida, como também partidos políticos e candidatos. Os resultados foram fornecidos diretamente aos veículos de divulgação instalados na Central, via impressão instantânea de relatórios ou por telefone, por fax ou via correio.

Aos candidatos, partidos políticos e instituições governamentais foram encaminhados CD-ROM com os resultados das eleições, num total aproximado de 1.000 cópias, entre primeiro e segundo turnos.

5.4.1 Seção de Controle Geral de Documentos

Em cumprimento às atribuições estabelecidas no art. 38 do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, a Seção de Controle Geral de Documentos numerou os seguintes documentos:

| | |
|--------------------------------------|---------------|
| Entrada de documentos no protocolo | 20.138 |
| Ofícios expedidos | 4.458 |
| Portarias do Presidente | 360 |
| Portarias do Vice-Presidente | 16 |
| Portarias do Diretor-Geral | 506 |
| Ordens de Serviço | 03 |
| Ofícios-Circulares | 118 |
| Total de documentos numerados | 25.683 |

Após a numeração, os documentos são registrados em sistema próprio (micro-ísis), que possibilita a consulta pelos demais setores da Secretaria deste Tribunal. No mesmo período foram recebidos (por meio dos Correios ou diretamente no balcão de protocolo) e protocolizados 20.138 documentos.

Os documentos relativos a trâmites processuais (formação de novos processos, diligências, etc.) ou a procedimentos administrativos são cadastrados no SADP - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos, que registra todas as movimentações de processos no âmbito da Secretaria do Tribunal.

Este ano foi marcado por uma movimentação diferenciada, tendo em vista o calendário eleitoral, com o recebimento e protocolização dos registros de candidaturas e as respectivas prestações de contas de todos os candidatos.

5.4.2 Seção de Editoração e Trabalhos Gráficos

Em cumprimento às atribuições estabelecidas nos arts. 43 e 44 do Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, esta Seção realizou as seguintes atividades durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 16 de dezembro do ano em curso:

Publicações editoradas: editoração do *Manual do Sistema de Antecedentes Criminais* (CRE) tipo brochura, formato A₃; editoração, dos arquivos da *Resenha Eleitoral v. 9, n. 2*, de julho a dezembro; preparação dos arquivos do *Ementário de Jurisprudência, v. 7*, de janeiro a dezembro, para posterior editoração.

Todos os volumes, sem exceção, passam por processo de editoração por mais de uma vez, por conta das revisões/correções, a exemplo do que ocorre com os arquivos da Resenha Eleitoral e do Ementário de Jurisprudência, que passam pela editoração por, no mínimo, três vezes.

Editorações diversas: Dentre os trabalhos realizados por este Setor, encontram-se aqueles destinados à instalação e funcionamento da Central de Atendimento ao Eleitor - 1511, como: Projeto Básico, manuais de atendimento, dinâmica de atendimento, fluxogramas, compilação da legislação pertinente, escalas de plantão, toda a comunicação interna necessária ao serviço e outros.

5.4.3 Central de Atendimento ao Eleitor – Serviço 1511

1º TURNO: período de 09/9 a 6/10/2000

Foram realizados **20.706** (vinte mil setecentos e seis) atendimentos aos eleitores e ao público em geral.

2º TURNO: período de 10/10 a 27/10/2000

Foram realizados **5.181** (cinco mil, cento e oitenta e um) atendimentos aos eleitores e ao público em geral.

TOTAL DE ATENDIMENTOS: **25.887** (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e sete).

6 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Consoante as disposições regimentais da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, compete à Secretaria de Recursos Humanos “planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades referentes à administração de pessoal”, com a participação das Coordenadorias – de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos – e da Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social.

Dentre as atividades realizadas pelo Gabinete da Secretaria destaca-se a realização do Concurso Público n. 1/2001, que possibilitou o provimento de 8 (oito) cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária; 1 (um) cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Especialidade – Biblioteconomia; 1 (um) cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Especialidade – Taquigrafia e 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa. Ainda em consequência do referido Concurso, foi provido um cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa em virtude da aposentadoria de servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria. Ressalta-se o provimento de um cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa, por meio do aproveitamento de candidata aprovada em Concurso Público de Provas realizado pelo Tribunal Regional do Paraná.

Menciona-se a vinda de dois servidores da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Superior Eleitoral, os quais aqui permaneceram por uma semana, durante o mês de agosto, treinando o pessoal da Secretaria com vistas à implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH).

Merecem, ainda, destaque, a organização e a coordenação, pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da 1ª Reunião Conjunta dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Eleitorais, realizada no período de 22 a 30 de novembro, envolvendo Presidentes, Corregedores, Diretores-Gerais, Assessores, Secretários, Coordenadores e servidores da Justiça Eleitoral, num total aproximado de 300 (trezentos) participantes, tendo por objetivo a avaliação das Eleições 2002.

Por fim, destaca-se que o *Boletim Interno da Secretaria*, criado em 2001, deixou de ser editado, vindo a ser substituído

pelo *Boletim Interno do TRES*, instituído pela Portaria P n. 103, de 15 de abril de 2002, cabendo a este Gabinete a recepção e a seleção do material a ser publicado semanalmente, assim como a confecção, impressão, distribuição e disponibilização eletrônica do *Boletim*.

6.1 COORDENADORIA DE PESSOAL

À Coordenadoria de Pessoal coube a execução de tarefas voltadas à área de pessoal, coordenando a administração da vida funcional, para que fossem observados os direitos e os deveres dos servidores deste Tribunal.

Cabe destacar o gerenciamento da implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, com a supervisão direta de 2 (duas) servidoras da Coordenadoria.

Deve ser dada atenção ao fator que determinou excessivo aumento do trabalho, qual seja, a realização de serviço extraordinário no âmbito da Secretaria e nos Cartórios Eleitorais, o que fez com que, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, a Coordenadoria se dedicasse quase que integralmente à execução de tarefas disso decorrentes.

Ressalta-se, ainda, o pagamento da diferença de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) sobre a remuneração dos servidores ativos e inativos, bem como dos pensionistas – URV –, referente ao período de abril de 1994 a dezembro de 1998, para os primeiros, e de abril de 1994 a dezembro de 1997, para os dois últimos.

Houve a participação de servidores em diversos cursos de aprimoramento oferecidos pelo TRES.

Cada uma das seções da Coordenadoria desenvolveu atividades específicas, cabendo destacar:

- **Seção de Cadastro** – emissão de ofícios relativos a servidores requisitados; confecção de portarias funcionais, certidões, declarações e ordens de serviço; confecção de portarias de dispensa e designação referentes a funções comissionadas; atualização de dados de servidores ativos e inativos; informação sobre a força de trabalho; confecção e

fornecimento aos servidores de formulários relativos a férias, licenças e dias em haver; controle de frequência; informações em averbações de tempo de serviço; controle e atualização de fichas funcionais; manutenção de planilhas eletrônicas para cálculos referentes a pessoal; controle de serviço extraordinário; envio de informações à Seção de Pagamento para confecção da folha mensal dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

- **Seção de Legislação e Normas** – organização e atualização da legislação de pessoal; recadastramento de pensionistas e inativos; informações em processos diversos referentes à área de pessoal; cumprimento de diligências baixadas pelo Tribunal de Contas da União, revisão de processos de aposentadoria em virtude da legislação vigente e manutenção do índice temático da legislação de pessoal;
- **Seção de Pagamento aos Cartórios Eleitorais** – instrução de procedimentos administrativos relativos aos servidores dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado; confecção de certidões e declarações referentes aos dados cadastrais e períodos de atuação nas funções eleitorais dos Juízes, Promotores, Escrivães, Chefes de Cartório e Auxiliares Eleitorais; confecção de portarias de dispensa e de designação de Juízes, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais; controle dos biênios dos Juízes membros do TRESP; cálculo do serviço extraordinário dos Auxiliares Eleitorais; envio de informações à Seção de Pagamento para confecção da folha mensal dos serventuários dos Cartórios Eleitorais;
- **Seção Pagamento** – manutenção dos sistemas de processamento de dados das folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como das folhas referentes aos Juízes membros do TRESP, Juízes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório Eleitoral; pagamento de serviço extraordinário; execução e conferência de cálculos; emissão de relatórios específicos; pagamento de remuneração a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas; pagamento de gratificação aos Juízes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que integram o Estado; cálculo de atrasados; confecção de certidões e declarações referentes aos pagamentos; pagamento aos estagiários da Secretaria e aos dos Cartórios Eleitorais; pagamento da URV.

6.2 COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Durante a atual gestão, a atuação da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH) esteve voltada, entre outras atividades, para a concretização dos procedimentos necessários à admissão e lotação de novos servidores, cujo ingresso se deu por meio de concurso público de provas realizado em 17 de fevereiro de 2002, com homologação do resultado em 22 de maio de 2002, para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Taquigrafia, e 3 de maio de 2002 para os demais cargos.

Mereceram atenção, igualmente, o programa de estágio, as requisições de servidores para prestar serviços na Secretaria do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais da Capital, bem como o Programa de Assistência à Saúde, cuja nova regulamentação se deu por meio da Resolução TRESC n. 7.318, de 25 de setembro de 2002.

Ressalta-se, ainda, o investimento da atual gestão no desenvolvimento e capacitação dos servidores da Casa, por meio de treinamentos direcionados à área técnica, com ênfase à preparação para as Eleições 2002.

As principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria nesse período foram as seguintes:

6.2.1 Cursos/eventos internos (organizados pela CDRH, realizados ou não nas dependências do TRESC, ministrados por instrutores internos ou por terceiros contratados, destinados à habilitação, à atualização e ao aperfeiçoamento dos servidores):

- Treinamento no *software ArcView 8.1* – 9 servidores;
- Os Efeitos da Reforma do Estado na Administração Pública – 33 servidores;
- A Redação – Aprimorando e Adequando o Texto – 48 servidores;
- Controle da Administração Pública e Danos ao Erário – 37 servidores;
- Orientações Básicas sobre Licitação e seu Procedimento – 10 servidores;

- Palestra Educativa Antiviolaência – 4 servidores;
- Controle Interno na Justiça Eleitoral – 21 servidores;
- Processo Administrativo e Processo Disciplinar – 21 servidores;
- Curso de Hermenêutica Jurídica – 21 servidores;
- Linguagem e Redação Jurídica – 28 servidores.

6.2.2 Cursos/eventos externos (organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para esse fim, destinados à habilitação, à atualização e ao aperfeiçoamento dos servidores):

- IV Reunião do Colégio de Corregedores Regionais Eleitorais – 2 participantes;
- Processo Disciplinar em Perguntas e Respostas – 3 servidores;
- NF9i – *New Features for Administrators* – 1 servidor;
- X Seminário de Recursos Humanos – 5 participantes;
- Propaganda Eleitoral e o Abuso do Poder Econômico nas Eleições – 15 servidores;
- III Seminário Interno de Direito Eleitoral do TRE/PA – 2 servidores;
- II Congresso de Direito Eleitoral do TRE/AL – 11 servidores;
- Análise de Balanços na Administração Pública – 3 servidores;
- Gestão Orçamentária e Financeira nas Instituições Públicas – 2 servidores;
- VIII Congresso de Informática (CONIP 2002) – 3 servidores;
- Arquitetura de Informação para o Século 21 (CONIP 2002) – 2 servidores;
- Introdução à Educação à Distância do Setor Público (CONIP 2002) – 2 servidores;
- Como se Atualizar em Legislação de Pessoal – 2 servidores;
- XI Curso Nacional de Reciclagem em Cardiologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 1 servidor;
- IV Jornada Brasileira de Controle Interno – 5 servidores;

- Curso Integrado de Execução Orçamentária e Financeira na Administração Pública com as implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal – 4 servidores;
- Liderança, Produtividade, Inovação, Motivação e Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública – 4 servidores;
- XXVIII Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas – CONARH 2002 – 2 servidores;
- VI Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação e de Profissionais da Área de Controle – 4 servidores;
- VI Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário – 1 servidor;
- Seminário sobre Avaliação de Documentos Judiciais – 1 servidor;
- X Encontro Catarinense de Arquivos – 2 servidores;
- A Lei do Processo Administrativo aplicada aos contratos – 3 servidores;
- Encontro de Corregedores e V Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral – 2 participantes;
- XXIII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – 3 participantes;
- Como Se Atualizar em Legislação de Pessoal – 1 servidor;
- VII Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral – 3 participantes;
- LVII Congresso Brasileiro de Cardiologia – 1 servidor;
- Concessão e Cálculo de Proventos de Aposentadoria e Pensão Civil no Serviço Público – 1 servidor;
- O Regime Jurídico dos Servidores Públicos nas Reformas Administrativa e Previdenciária – 3 servidores;
- Infra-estrutura de Chaves Públicas – 1 servidor;
- Sindicância Investigatória – 4 servidores;
- Seminário LER/DORT no Serviço Público – Reflexão e Ação – 1 servidor;
- I Encontro Interestadual de Saúde Ocupacional dos Tribunais de Justiça – 1 servidor;
- XXI Painel Biblioteconomia em Santa Catarina – 2 servidores;

- Técnicas de Elaboração e Análise de Editais – 2 servidores;
- Elaboração e Administração de Projetos de Treinamento – 2 servidores;
- O Controle da Administração Pública e a Lei de Improbidade Administrativa – 4 servidores;
- Modernização de Edifícios: revitalização tecnológica de edificações – 2 servidores;
- Simpósio sobre Contratos Administrativos e Simpósio sobre Pregão e Capacitação Técnica do Pregoeiro – 3 servidores;
- Treinamento de Licitação Pública: Modalidades da Lei n. 8.666/1993 e Pregão – 3 servidores;
- Seminário Nacional de Recursos Humanos – Planejamento de Eficiência em 2003 – 2 servidores.

6.2.3 Cursos/eventos promovidos pelo TSE:

- Relatório de Gestão Fiscal – 2 servidores;
- Testes dos Sistemas de Registro de Candidaturas – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Candidaturas e Propaganda Eleitoral (Gescape 2002) – 2 servidores;
- Reunião Sistema Gescape Teste do Sistema Cand – 1 servidor;
- Grupo de Estudos de Prestação de Contas Eleitorais (GESPCC 2002) – 2 servidores;
- Reunião sobre Votação Paralela nas Eleições 2002 – 1 servidor;
- III Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação Social do Judiciário e do Ministério Público – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudo do Sistema de Totalização (GESTOT) – 1 servidor;
- Gerenciamento de Custos no Setor Público – 2 servidores;
- Formação de Multiplicadores para Treinamento de Mesários: Eleições 2002 – 1 servidor;
- Reunião para elaboração da programação e plano de aula para o treinamento dos sistemas relacionados à urna eletrônica – 2 servidores;

- Reunião Conjunta dos Secretários de Administração, Informática e Diretores-Gerais – 4 servidores;
- Reunião do Grupo de Estudos de Prestações de Contas Eleitorais (GESPPC 2002) – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Trabalho Votação Paralela – 1 servidor;
- Treinamento no Sistema Integrado de Dados Orçamentários do Judiciário – 1 servidor;
- Treinamento dos Sistemas de Registro de Candidaturas, Propaganda Eleitoral, *Outdoor*, Estatística e de Divulgação de Dados de Candidatos – 1 servidor;
- Treinamento do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais: Eleições – 3 servidores;
- Administração do Sistema e Rede HP-UX I – H3064S: Turma 3 – 2 servidores;
- Treinamento de Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – 2 servidores;
- Reunião sobre Votação Paralela – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (GESPPC 2002) – 1 servidor;
- Teste integrado dos sistemas de totalização de resultados – 1 servidor;
- II Reunião de Planejamento das Ações Relativas à Formação de Multiplicadores para Treinamento de Mesários: Eleições 2002 – 1 servidor;
- A Organização de Recursos Humanos Especializados nos Encontros do Grupo de Logística – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudos de Comunicação (GESCOM) e Seminário Implantação da TV Justiça – 1 servidor;
- Reunião para elaboração da programação e plano de aula para o treinamento dos sistemas relacionados à urna eletrônica – 1 servidor;
- Testes em Campo de Sistemas Eleitorais – 1 servidor;
- Reunião da Comissão de Gerenciamento do SADP – 1 servidor;
- Encontro dos Administradores de Rede da Justiça Eleitoral – 1 servidor;

- Reunião para fechamento do plano de aula sobre os Sistemas relacionados à urna eletrônica – 1 servidor;
- Encontro dos Administradores de NT da Justiça Eleitoral – 2 servidores;
- Encontro dos Administradores de Banco de Dados da Justiça Eleitoral – 1 servidor;
- Testes de Integração com a Urna Eletrônica – 2 servidores;
- Treinamento para utilização do Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (SPCE I) – 1 servidor;
- Reunião para execução de aula-piloto sobre os Sistemas Eleitorais – 1 servidor;
- Treinamento nos Sistemas de Totalização, Preparação, Gerenciamento TRE e Gerenciamento Zona Eleitoral – 3 servidores;
- Aula-piloto para instrutores do treinamento dos sistemas montador de dados, gerador de mídias e aplicativos da urna eletrônica – 1 servidor;
- Formação de Multiplicadores para Treinamento de Mesários: Eleições 2002 – 3 servidores;
- Treinamento nos Sistemas Montador de Dados, Gerador de Mídias e Aplicativos da Urna Eletrônica – 3 servidores;
- Análise de Desempenho e Ajustes do HP-UX-H4262S: Turma 13 – 1 servidor;
- Treinamento em Votação Paralela: Turma 3 – 2 servidores;
- Apresentação dos Filmetes da Campanha de Esclarecimento ao Eleitor – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudos de Prestação de Contas Eleitorais (GESPCC 2002) – 1 servidor;
- Reunião com o Ministro Fernando Neves para fixação de regras para transmissão da propaganda eleitoral gratuita nas rádios – 2 servidores;
- Encontro de Secretários de Informática da Justiça Eleitoral – 1 servidor;
- Treinamento em Sistemas de Estatística e Divulgação de Resultados das Eleições – 2 servidores;

- XXIV Encontro de Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – 2 servidores;
- Reunião de Estudo – 1 servidor;
- Testes dos Sistemas da Urna Eletrônica – 1 servidor;
- Curso Inaugural da Escola Judiciária Eleitoral – 3 servidores;
- *Workshop – Backup e Restore em Omniback* – 1 servidor;
- Reunião do Grupo de Estudos de Prestação de Contas (GESPPC 2002) – 1 servidor;
- Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral – 3 servidores;
- Testes nos Sistemas das urnas eletrônica que serão utilizadas no 2º Turno das Eleições 2002 – 1 servidor;
- Ferramenta *Software* de Gerenciamento IBM *Director* – 1 servidor;
- Treinamento de Implantação do Sistema de Gestão de Recursos – 4 servidores;
- Reunião com Assessor de Comunicações do TSE – 1 servidor;
- Seminário de Contabilidade – Encerramento do Exercício 2002 – 1 servidor;
- 2ª Reunião das Coordenadorias de Comunicações e/ou Serviços Gerais da Justiça Eleitoral – 2 servidores;
- Formação de Multiplicadores para Treinamento de Mesários – 3 servidores.

6.2.4 Outros Eventos:

- Sessão Solene de Posse da Presidência, Corregedoria e Vice-Presidência no Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso – 1 participante;
- Inauguração do Fórum Eleitoral do Município de Ponta Grossa/PR – 1 participante;
- Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TRE/MG – 2 participantes;
- Reunião da Comissão de Auditoria da Votação Paralela – 18 participantes;

- Reunião com Partidos Políticos – 22 participantes;
- Reunião do Grupo Votação Paralela – 9 participantes;
- Reunião com delegados de partidos políticos – 10 participantes;
- Reunião interna de Avaliação das Eleições 2002 – 46 servidores;
- Encontro de Servidores dos Cartórios Eleitorais – 99 Chefes de Cartório, 9 Escrivães e 25 Auxiliares Judiciários;
- XI Encontro de Juízes Eleitorais – 143 participantes;
- III Encontro do Grupo de Logística dos Tribunais Eleitorais – 38 participantes;
- Encontro de Chefes dos Cartórios Eleitorais – 105 participantes;
- Reunião Nacional de Avaliação das Eleições 2002 – 64 participantes;
- I Reunião Conjunta dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Eleitorais – 132 participantes.

6.2.5 Concurso Público

Conforme autorizado pela Presidência da Casa, por meio da Resolução TRESA n. 7.261, de 17 de outubro de 2001, e em cumprimento ao Edital de Concurso Público n. 1, de 31 de outubro de 2001, foi realizado, em 17 de fevereiro de 2002, concurso público para provimento de 12 (doze) cargos efetivos vagos na Secretaria deste Tribunal.

A homologação do resultado ocorreu em 3 de maio, exceto para o cargo de Analista Judiciário – Área de apoio Especializado – Taquigrafia, cuja homologação se deu em 23 de maio.

Após a divulgação do resultado, providenciou esta Coordenadoria o chamamento dos classificados para ocupação das vagas existentes.

6.2.6 Programa de estágio

Em virtude da realização de eleições, foram contratados, nesta gestão, 375 (trezentos e setenta e cinco) estagiários para atuarem junto aos 102 (cento e dois) Juízes Eleitorais do Estado.

A contratação foi feita por intermédio da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (Fepese), vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, ficando o controle do pagamento das bolsas de estágio a cargo da CDRH.

Coube à CDRH, ainda, administrar o recrutamento, a seleção e a contratação dos 38 (trinta e oito) estagiários que prestam serviços na Secretaria do Tribunal, com atuação nas diversas unidades. Para tanto, realizou, em conjunto com a Banca Examinadora de Estágio, quatro processos seletivos, que resultaram na contratação de estudantes dos cursos superiores de Administração, Biblioteconomia e Ciências Contábeis, além de estudantes de nível médio oriundos de escolas públicas estaduais.

Cabe ressaltar que os estudantes selecionados apresentaram, no desempenho de suas funções, excelente nível, haja vista as avaliações positivas encaminhadas pelas unidades onde estão lotados.

6.2.7 Acompanhamento e Avaliação Funcional

Durante a atual gestão, mantivemos atualizado o Quadro de Provisão e Vacância de Cargos e intensificamos os contatos com o Tribunal Superior Eleitoral com vistas a obter informações acerca da promoção ordinária – prevista no art. 7º da Lei n. 9.421/1996 – cuja regulamentação é da competência daquele Órgão. Tal regulamentação ocorreu por meio da Resolução TSE n. 21.251, de 15 de outubro de 2002, publicada no *DOU* em 21 do mesmo mês.

Em 28 de outubro, visando dar início às progressões e promoções previstas na citada norma, foi encaminhada pela Secretária de Recursos Humanos consulta à Direção-Geral, visto a regulamentação da matéria gerar algumas dúvidas quanto à sua aplicabilidade.

Depois da análise pelas unidades técnicas, decidiu a Presidência da Casa conceder progressão e/ou promoção a que tinham direito alguns servidores, nos termos do art. 15 da Resolução TSE n. 21.251/2002, com efeitos financeiros retroativos ao primeiro dia subsequente à data em que completaram o interstício.

6.2.8 Requisição de Servidores

Foram requisitados nesta gestão 6 (seis) servidores, 3 (três) dos quais para trabalhar na Secretaria deste Tribunal, 1 (um) para o Cartório da 100ª Zona Eleitoral, 1(um) para o Cartório da 13ª Zona Eleitoral e 1(um) para o Cartório da 19ª Zona Eleitoral.

Por outro lado, foram devolvidos aos seus órgãos de origem, em virtude de haver vencido o prazo de requisição, 8 (oito) servidores que atuavam nas quatro Zonas Eleitorais da Capital. Oportuno esclarecer que, em virtude de decisões do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tais requisições não puderam ser prorrogadas por se referirem a funcionários de sociedades de economia mista.

6.2.9 Programa de Assistência à Saúde

No exercício, com a implementação do novo Programa de Assistência à Saúde do Tribunal, aprovado mediante a Resolução n. 7.318, de 25 de setembro de 2002, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- consulta aos servidores ativos e inativos assim como aos pensionistas, acerca do interesse em participar do novo Programa, nos moldes propostos pelo Grupo de Estudos designado pela Portaria P n. 471/2000;
- apoio técnico à Comissão de Revisão da minuta de Resolução e anexos, de acordo com a Portaria P n. 189/2002;
- elaboração de estudos sobre a possibilidade operacional de se adotarem os procedimentos constantes na minuta de resolução e nos anexos apresentados pela Comissão de Revisão e apresentação de sugestões, conforme consta às fls. 56 a 63 do Procedimento Administrativo SRH n. 250/2002;

- cadastramento dos beneficiários do novo Programa;
- inscrição dos beneficiários na Unimed, de acordo com o novo contrato firmado com a Unimed do Estado de Santa Catarina;
- criação de planilhas de cálculo e de controle do rateio instituído pelo novo Programa;
- divulgação e esclarecimentos sobre a nova sistemática adotada.

Ademais, foram desenvolvidas atividades de rotina, tais como: conferência de faturas e notas fiscais de prestação de serviços da Unimed e dos relatórios analíticos de faturamento; elaboração de planilhas mensais de despesas médicas Unimed, particulares e odontológicas, com cotas de participação dos servidores e do Tribunal; inclusão e exclusão de usuários na Unimed; controle do relatório analítico Unimed de cobrança das taxas de inclusão e manutenção mensais; rateio do saldo orçamentário do Programa no ano de 2002, de acordo com a Portaria P n. 302/2002.

No período também efetuamos o levantamento de dados do Programa de Assistência à Saúde para a elaboração da Proposta Orçamentária do ano de 2003, e desenvolvemos outras atividades inerentes ao Programa.

6.2.10 Auxílio-Alimentação

Procedeu-se à inscrição dos novos servidores no Programa, à atualização do cadastro de beneficiários e aos cálculos para pagamento aos servidores requisitados. Efetuou-se, ainda, o levantamento de dados referente à Proposta Orçamentária do ano de 2003.

6.2.11 Auxílio-Transporte

Com relação ao auxílio-transporte, mantivemos atualizado o cadastro de seus beneficiários, elaboramos as planilhas mensais de cálculo do benefício dos servidores do Quadro da Secretaria e dos requisitados e desenvolvemos outras atividades inerentes ao controle do benefício. Efetuamos, também, o levantamento de dados referente à Proposta Orçamentária do ano de 2003.

6.2.12 Programa de Assistência Pré-Escolar

No tocante à Assistência Pré-Escolar, mantivemos atualizado o cadastro de beneficiários, fornecemos informações à Seção de Folha de Pagamento, levantamos dados para a Proposta Orçamentária do ano de 2003 e cuidamos de outras atividades relacionadas ao benefício.

6.3 DIRETORIA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

As atividades desenvolvidas pela DSAMS visaram a ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem-estar biopsicossocial do corpo funcional deste Tribunal e de seus dependentes. As ações administrativas visaram a um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros destinados à assistência à saúde.

Foram prestados, ao longo de todo o ano, atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem, de caráter eletivo e emergencial. Os profissionais de saúde e os responsáveis pelos serviços administrativos desta Diretoria procuraram colocar seus conhecimentos técnicos à disposição daqueles que os procuraram, visando à resolução rápida e segura de seus problemas, num total de 4.689 (quatro mil, seiscentos e oitenta e nove) procedimentos.

6.3.1 Atividades Administrativas

Elaborou-se a relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem e solicitou-se a sua aquisição, para que o atendimento se fizesse da melhor forma possível.

Promoveram-se reuniões com os servidores da Diretoria para a adequação e uniformização das normas vigentes, tendo esta unidade participado dos grupos de trabalho designados para estudar a reestruturação do Programa de Assistência à Saúde, visando à sua melhoria, bem como as regulamentações concernentes a acidente em serviço e a licença para tratamento de pessoa da família.

Desenvolveram-se auditorias nas contas médicas e odontológicas, consubstanciadas em relatórios mensais.

Providenciou-se, junto à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, o alvará sanitário dos profissionais que atuam nesta Diretoria e, junto à Delegacia Regional do Trabalho, a avaliação do grau de insalubridade das atividades desenvolvidas no setor. Ainda em observância às normas legais, por orientação da Delegacia Regional do Trabalho solicitou-se a renovação dos contratos relativos ao monitoramento do grau de radiação emitido pelo aparelho de raios-X do consultório odontológico, bem como de empresa especializada para o recolhimento do lixo contaminado, de forma a adequar o procedimento às normas da Secretaria Estadual de Saúde.

Contribuiu-se para a renovação do contrato de saúde com a Unimed por Plano de Assistência à Saúde em favor dos servidores do Quadro.

Foi efetivada a inscrição do Ambulatório Médico da DSAMS no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, conforme a determinação da Lei n. 6.839, de 30 de outubro de 1980, seguindo a orientação da Resolução CFM n. 997, de 23 de maio de 1980.

6.3.2 Atividades Técnicas

Foram realizados exames médicos periódicos nos servidores, dando-se especial atenção às queixas clínicas que porventura pudessem estar relacionadas com lesões por esforço repetitivo e aproveitou-se a oportunidade para a realização de atualização vacinal. Durante os múltiplos atendimentos prestados aos servidores e aos seus dependentes, nas diversas áreas disponibilizadas nesta Diretoria (médica, odontológica e de enfermagem), colocaram-se à sua disposição conhecimentos especializados nas áreas de cardiologia, neurologia, pediatria e endodontia (procedimentos básicos).

Durante o período que antecedeu as eleições de 2002 – 1º e 2º Turno –, foram realizadas perícias médicas dos eleitores impossibilitados, por motivo de saúde, de atenderem à convocação dos Cartórios Eleitorais da Capital para trabalhar no referido pleito, totalizando 181 (cento e oitenta e uma) perícias.

7 SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Como era de se esperar, no ano de 2002 a Secretaria de Informática concentrou-se na execução das atividades preparatórias às Eleições 2002, que, pela sua complexidade ímpar, exigiram grande parte dos recursos disponíveis. Além dessas, evidentemente se deu continuidade às atividades ordinárias, de manutenção dos serviços e de funcionamento da infra-estrutura computacional do TRESA.

Portanto, neste documento, são apresentadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Informática durante o ano de 2002, com destaque para aquelas mais significativas e que envolveram parcela considerável dos recursos humanos da Secretaria.

7.1 COORDENADORIA DE PRODUÇÃO E SUPORTE

7.1.1 Introdução

A Coordenadoria de Produção e Suporte está subordinada diretamente à Secretaria de Informática, mantendo sob sua responsabilidade o processamento do Cadastro Eleitoral e a administração dos equipamentos de informática.

O processamento do Cadastro Eleitoral inclui o gerenciamento de todas as atividades executadas nas Zonas Eleitorais até a conclusão do processamento das informações pelo Tribunal Superior Eleitoral. O controle dos lotes RAE/FASE, o tratamento do arquivo de erros, a orientação às Zonas Eleitorais, a impressão/expedição de títulos, a manutenção das tabelas do sistema, a implantação de serviços de atendimento aos eleitores, etc. estão diretamente ligados à Seção de Cadastro Eleitoral.

Cumulativamente, planeja, coordena, orienta, controla e supervisiona, juntamente com os órgãos subordinados, todas as atividades de logística da urna eletrônica (transporte, segurança, adequação de instalações, contato com as empresas contratadas, treinamento de recursos humanos, etc.). É responsável, também, por intermédio do Setor de Controle Patrimonial, por todas as atividades pertinentes à administração das urnas eletrônicas, tais como: acompanhamento de movimentação, manutenção, armazenamento, suporte e

treinamento das Zonas Eleitorais no manuseio e utilização dessas urnas.

Executa atividades administrativas na Secretaria de Informática, indicando substitutos para funções comissionadas, avaliando o desempenho dos servidores, organizando e submetendo à consideração superior a escala de férias do pessoal subordinado, elaborando relatórios e documentos diversos, respondendo pela organização e pelos controles necessários ao bom andamento dos trabalhos.

7.1.2 Cadastro Eleitoral

É o setor que gerencia o processamento dos dados do Cadastro Eleitoral do Estado, fazendo a ligação Zona Eleitoral – TRESA/TSE nas questões técnicas relativas à atualização dos dados do Sistema de Alistamento Eleitoral (SAE). Além disso, controla a qualidade dos trabalhos por meio do levantamento das necessidades operacionais dos Cartórios Eleitorais, ministrando treinamentos, propondo ritos e sugerindo novas ferramentas para o aprimoramento dos trabalhos.

Cabe, ainda, à Seção de Cadastro Eleitoral gerenciar os eventos sazonais ou excepcionais que envolvem o SAE, providenciando rotinas especiais, instruções para os Cartórios e controles específicos. Citamos como eventos sazonais que demandam planejamento específico:

Processamento da filiação partidária

- Os partidos políticos encaminham, semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, aos Cartórios Eleitorais listagens com seus filiados. Cumpre aos Cartórios compará-las com os dados do Cadastro Eleitoral, para atualizá-lo.
- Para operacionalizar esse trabalho, poupando esforço desnecessário aos Cartórios e buscando economizar conexões à rede de dados da Justiça Eleitoral para consulta aos dados dos eleitores, a Seção de Cadastro Eleitoral expede relatórios que contêm as ocorrências de filiação partidária (FASEs códigos 221 e 400) dos históricos dos eleitores com situação regular no Cadastro. Os relatórios são encaminhados juntamente com instruções sobre como proceder à

conferência das listagens e processar os FASEs de novas filiações e desfiliações.

- Após o prazo dado aos Cartórios, durante o qual a Seção é constantemente consultada pelo pessoal das Zonas Eleitorais quanto aos procedimentos a adotar, é realizada verificação da conclusão do trabalho em âmbito estadual. Esse período demanda especial dedicação, visto o cumprimento dos prazos muitas vezes não ser observado pelos Cartórios.
- Concluída a etapa anterior, geram-se novos relatórios para tratamento pelas Zonas Eleitorais dos casos de duplicidade de filiação partidária (ou filiação *sub judice*). Findo o prazo para tratamento de tais ocorrências, a Seção de Cadastro Eleitoral providencia, em conjunto com a Seção de Administração de Banco de Dados, a geração dos dados de filiação a serem encaminhados aos órgãos de direção partidária em nível estadual (CDs de filiação partidária).
- As atividades envolvendo o tratamento da filiação partidária, desde a preparação dos primeiros relatórios no TRESA até a geração do CD para os partidos, ocorrem de abril a julho (listagens de abril) e de outubro a fevereiro (listagens de outubro – período maior em virtude do recesso e das férias forenses).

Processamento das listagens de filiação de abril de 2002

- Os relatórios das filiações que constam no Cadastro foram produzidos e encaminhados, via disquete, às Zonas Eleitorais no final de abril de 2002, com prazo para atualização até 20.5.2002.
- Em virtude de ser ano eleitoral, no qual o Cadastro fecha para processamento, não foi gerado o relatório das filiações *sub judice*.
- Em junho de 2002, o CD-ROM foi gerado e, sem o tratamento das filiações *sub judice*, entregue aos diretórios regionais dos partidos políticos, aos quais caberia o repasse das informações aos órgãos municipais.

Processamento das listagens de filiação de outubro 2002

- Os relatórios das filiações que constam no Cadastro foram produzidos e encaminhados, via disquete, às Zonas Eleitorais

em novembro de 2002, com prazo para atualização até 29.11.2002.

- Após a digitação pelas Zonas Eleitorais dos dados das listagens atualizadas pelos partidos políticos e seu processamento, foi gerado o relatório com as filiações *sub judice*, o qual foi encaminhado às Zonas Eleitorais em dezembro de 2002. Na mesma época foram gerados e encaminhados CDs para os partidos, seguindo as mesmas instruções da remessa anterior.

Processamento dos dados provenientes das urnas eletrônicas – FASEs 094 (eleitor faltoso) e 167 (justificativas)

- Após as eleições, as urnas eletrônicas geram os dados referentes aos eleitores faltosos e às justificativas coletadas no dia do pleito. Tais dados são transmitidos ao TSE para processamento, cujo sucesso é acompanhado pela Seção de Cadastro Eleitoral, a quem cabe tomar as medidas necessárias junto aos Cartórios para solução de eventuais problemas, o que envolve retransmissão de dados, regeneração de disquetes de resultados ou mesmo a digitação manual dos FASEs, conforme a gravidade da situação. Tal atividade inicia-se logo após o pleito e se estende até o final do ano de eleição, com eventuais reflexos no início do ano seguinte.
- A Seção de Cadastro é também envolvida diretamente no processamento das justificativas eleitorais, que são encaminhadas ao Tribunal das mais diversas formas (ofícios de vários órgãos, formulários encaminhados por outros TREs, etc.) e são tratadas e digitadas em colaboração com a Coordenadoria de Eleições.

Este ano, somente foi necessária a digitação das justificativas eleitorais dos servidores a serviço da Justiça Eleitoral que estavam fora de seu domicílio eleitoral ou que não puderam votar por estarem envolvidos em tarefas críticas durante o horário de votação. Ressalte-se que, consultada pela Secretaria de Informática, a Corregedoria Regional Eleitoral autorizou essa atualização do Cadastro Eleitoral.

Planejamento e instruções relativas aos períodos de fechamento e reabertura do Cadastro Eleitoral

- Em anos eleitorais, o atendimento de eleitores para requerimento de alistamento eleitoral (RAE) é interrompido no mês de maio e o processamento de todos os documentos que alteram os dados do Cadastro Eleitoral deve ser concluído até julho. Como consequência, o movimento nos Cartórios e o volume de processamento do SAE nos meses de março a maio é superior ao verificado em todo o ano anterior, ocasionando enorme acúmulo de atividades e problemas os mais diversos.
- Cabe à Seção de Cadastro Eleitoral propor, com anuência e colaboração da Corregedoria Regional Eleitoral, procedimentos que minimizem o impacto desse acúmulo de serviço, bem como estar à disposição para dirimir as dúvidas e solucionar os problemas repassados pelos Cartórios.
- Após as eleições, quando a Corregedoria Regional autoriza a reabertura do atendimento aos eleitores, cabe também à Seção de Cadastro Eleitoral tomar as medidas operacionais necessárias, providenciando as instruções e os aplicativos necessários para o reinício do processamento do SAE.

Planejamento e instruções para atualização de tabelas e aplicativos do Sistema de Alistamento Eleitoral.

- O Cadastro Eleitoral (através do SAE) é alimentado por dados gerados em aplicativos instalados nos computadores dos Cartórios Eleitorais. A definição da necessidade de atualização das rotinas e tabelas de tais aplicativos é de responsabilidade da Seção de Cadastro Eleitoral (eventualmente por determinação da Corregedoria Regional), que deve: a) realizar testes para verificar a correção das atualizações, b) propor eventuais correções, c) providenciar instruções dos procedimentos a serem executados, d) verificar se tais procedimentos de atualização foram realizados pelos Cartórios Eleitorais.
- Geração dos arquivos para impressão dos títulos de eleitor. A disponibilidade dos títulos é decorrente do processamento dos RAEs (informada pelo Serviço de Controle do Processamento), e os arquivos gerados são impressos e encaminhados aos Cartórios pelo Serviço de Produção e Expedição de Documentos.

- No mês de fevereiro/2003 o TRE está planejando a implantação de novo sistema de entrada de dados nas Zonas Eleitorais, substituindo o ED, pelo novo sistema de Título Online. Tal sistema, entre outras qualidades, permitirá a impressão do título eleitoral, para entrega imediata ao eleitor.

Atualização das tabelas do Sistema de Alistamento Eleitoral

Por fim, cabe ainda à Seção de Cadastro Eleitoral promover a atualização das tabelas do SAE no aplicativo que gerencia o sistema em nível regional (SAE-client módulo TRE). A atualização envolve:

- tabelas gerais (dados de Zonas Eleitorais, municípios e bairros) e tabelas de locais de votação;
- operações, denominadas DE-PARA, que movimentam eleitores: movendo Seções de um local de votação para outro, locais de votação entre municípios, municípios entre Zonas, aglutinando Seções, etc.;
- as atualizações de tabelas DE-PARA, quando ocorrem, demandam atualização de tabelas nos sistemas das Zonas Eleitorais envolvidas, quando não envolvem acompanhamento sistemático e controle no processamento de documentos, buscando prevenir erros decorrentes da inconsistência das tabelas.

7.1.3 Serviço de Controle do Processamento e Fluxo de Documentos

Serviço da Seção de Controle do Cadastro Eleitoral que faz a ligação dos Cartórios Eleitorais com o TRE/TSE quanto ao processamento dos documentos que atualizam o SAE (Sistema de Alistamento Eleitoral). No ano de 2002, até 19.12.2002, foram transmitidos ao TSE 276.299 RAEs, distribuídos em 8.593 lotes, e 237.403 FASEs, resultado do processamento de 3.211 lotes.

Dentre suas atividades, destacam-se:

- recepção diária dos arquivos eletrônicos contendo lotes de RAE (Requerimento de Alistamento Eleitoral) e FASE (Formulário de Atualização da Situação do Eleitor), os quais são enviados pelos Cartórios Eleitorais pela rede de comunicação de dados do TRES;C;

- a recepção se dá pela operação de sistema informatizado (AltGuia) que organiza os lotes, separando-os em movimentos (conjunto de lotes que serão transmitidos ao TSE);
- apesar de alguns erros serem prevenidos pelo sistema, nem sempre seu tratamento pode ser automatizado, e são comuns as conferências visuais da consistência dos documentos, assim como o contato com os Cartórios para tratar de duplicação, exclusão, necessidade de redigitação ou renumeração de lotes;
- além disso, situações especiais do processamento demandam tratamento não automatizado dos lotes, como por exemplo: a) verificação dos lotes que contém algum tipo específico de FASE (filiação partidária, justificativas eleitorais, etc.), cujo processamento esteja suspenso pelo TSE ou que seja objeto de processamento especial, separando-os em movimentos específicos e b) separação de lotes gerados em versões incompatíveis do Sistema de Entrada de Dados (instalado nos Cartórios), que demandam processamento diferenciado;
- os lotes agrupados em movimentos são convertidos para a base de dados do SAE e transmitidos ao TSE várias vezes durante a semana, dependendo do volume de documentos enviados pelos Cartórios (em períodos de fechamento do Cadastro, a transmissão pode ocorrer várias vezes ao dia). Essa atividade consiste em uma série de pequenos procedimentos, os quais não são individualmente complexos, mas numerosos, e devem ser executados em uma determinada seqüência, com cuidados especiais. Durante esse processo, podem ser detectados erros nos arquivos que passaram pelo AltGuia, que envolvem a crítica prévia (chamada crítica regional) dos documentos; a verificação do percentual de erros serve de indicador de eventuais deficiências no trabalho dos Cartórios e serve para auxiliar o serviço de crítica aos dados do Cadastro Eleitoral;
- os dados estatísticos (quantidades de RAE e FASE) dos movimentos transmitidos ao TSE são anotados para acompanhamento da atualização dos documentos, o qual se dá através do módulo SAE-client, com o objetivo de: a) acompanhar a atualização do Cadastro, verificando eventuais problemas ou demora no processamento; b) verificar a disponibilidade de geração e impressão de títulos de eleitor (todos os RAEs processados sem erro geram novos títulos). Por fim, após a geração dos arquivos para impressão dos

títulos, são providenciadas estatísticas que auxiliam o controle do Serviço de Produção e Expedição (quantidade de títulos por Zona Eleitoral/Município, Zonas Eleitorais que não recebem títulos, etc.);

- além de prestar constante suporte às Zonas Eleitorais quanto à transmissão e processamento dos lotes, cabe ao Serviço de Controle do Processamento buscar informações adicionais para solução de problemas com RAEs e FASEs — razão da demora no processamento, motivo da não-impressão de um título de eleitor, verificação da correta digitação de um documento, conforme informado pelo Cartório, etc. — , o que envolve: a) localização de documentos específicos em todo o processamento anual; b) verificação da situação do processamento de documentos específicos; c) verificação dos dados efetivamente transmitidos pela Zona Eleitoral, analisando os dados dentro da estrutura dos arquivos de lotes;
- produção, com o auxílio da Seção de Banco de Dados, de estatísticas anuais de processamento de RAE e FASE, bem como dos documentos com erro, objetivando: a) fornecer aos Cartórios uma visão geral de seu trabalho, apontando suas principais deficiências; b) auxiliar o serviço de crítica aos Dados, indicando os casos críticos e dando uma visão geral dos principais índices de erros ocorridos; c) dar subsídios ao TRESA para suas políticas de aprimoramento do atendimento ao eleitor e processamento de documentos, tais como estatísticas eleitorais (eleitorado, filiação partidária, processamento de RAE e FASE, tabelas) – também disponíveis na Internet (em parte) e Intranet;
- ainda com o auxílio da Seção de Banco de Dados, produção de estatísticas de processamento com fins específicos, conforme solicitação da administração, como, por exemplo: Zonas Eleitorais com maior movimento no atendimento ao eleitor (medido pela quantidade de RAEs), Cartórios com maior percentual de erros, etc.;
- o processamento dos lotes de RAE provenientes das Zonas Eleitorais que utilizam o sistema título *on-line* requer tratamento diferenciado daquele dispensado aos encaminhados pelos demais Cartórios e envolve a operação de aplicação específica (módulo Exportador), além do gerenciamento das tabelas de usuários, locais e de

configuração geral do sistema em nível estadual, pelo “módulo gerente” do sistema;

- por fim, coube ao Serviço de Processamento auxiliar a Seção de Cadastro Eleitoral em todas as situações excepcionais ou sazonais que envolveram processamento de RAE e FASE (filiação partidária, fechamento e reabertura do Cadastro, etc.).

7.1.4 Serviço de Crítica aos Dados do Cadastro Eleitoral

Subordinado à Seção de Controle do Cadastro Eleitoral, é responsável por monitorar a crítica do processamento dos dados enviados pelos Cartórios, promovendo os acertos dos documentos cujo processamento está bloqueado por erro e analisar os referidos dados para propor instruções, treinamentos e outras rotinas, buscando a maior qualidade dos serviços. Dentre suas tarefas, destacamos:

- controlar os acertos relativos à base de dados de erros em processamentos dos RAÉs (até o ano passado, era gerado um relatório quinzenalmente nos períodos de processamento regular do Cadastro; hoje esses dados estão disponíveis na Intranet a cada envio de documentos para processamento);
- juntamente com as ocorrências na crítica, são geradas estatísticas dos problemas de processamento (totais de documentos com erro por Zona Eleitoral, quantidades de documentos por mensagem de erro, etc.). Tais estatísticas indicam, entre outras coisas, se há Cartórios que apresentam problemas no comando dos documentos ou se há algum tipo de erro cometido pelo conjunto das Zonas Eleitorais que merece atenção especial. Ainda com base nos relatórios estatísticos, o serviço de crítica toma as providências necessárias: entrar em contato com algum Cartório, encaminhar problemas graves à Corregedoria Regional Eleitoral, produzir instruções impressas ou por intermédio de correio eletrônico, traçar estratégias de treinamento, etc.;
- o principal volume de trabalho do Serviço decorre do tratamento dos RAÉs que apresentam erro de processamento e são passíveis de correção, o que envolve as seguintes atividades: a) receber as “Planilhas de Acerto de Documentos” e analisar o seu conteúdo, providenciando o acerto do banco de erros, quando isso for pertinente; b) consultar, para o acerto de um documento no banco de erros,

o Cadastro Eleitoral e, eventualmente, o banco de dados de coincidências, para verificar eventuais casos de duplicidade e pluralidade de inscrição de um mesmo eleitor;

- realizam-se freqüentemente recolhimento de material empírico (casos exemplares de processamento) e pesquisas com o objetivo de produzir instruções específicas e preparar treinamentos sobre atendimento ao eleitor e manutenção do Cadastro Eleitoral.

7.1.5 Serviço de Produção e Expedição de Documentos

O Serviço é responsável pela impressão dos títulos eleitorais e outros relatórios relativos ao Cadastro Eleitoral, controlando a qualidade e garantindo a segurança dos materiais produzidos, uma vez que a atividade envolve os dados pessoais dos eleitores. Também é encarregado da expedição desses materiais e, no período pré-eleitoral, das mais diversas mídias produzidas pela Secretaria de Informática.

Dentre as tarefas desenvolvidas, destacam-se:

- monitorar e controlar as impressões dos relatórios e dos títulos eleitorais, conferindo e verificando a sua qualidade. Esse controle de qualidade começa pela conferência dos dados processados, seguida do exame dos relatórios impressos, ou seja, se estão sem falhas, se o posicionamento dentro da página está correto, se não há manchas no formulário e se a impressão é legível;
- separar e embalar os relatórios conforme as orientações estabelecidas na produção e controlar a expedição e a recepção dos materiais de/para as Zonas Eleitorais;
- destruir (fragmentar) os formulários de segurança e os com falhas de impressão que contenham informações do Cadastro Eleitoral. Especial atenção é dada aos rejeitos da produção, pois contêm informações de uso restrito, representados por relatórios vencidos, restos ou descartes das impressoras, pequenas sobras e outros;
- manter um estoque mínimo de insumos (formulários, papéis, *toner*, etc.) em seu depósito local, visando à reposição de materiais, contabilizando, inclusive, as sazonalidades e as reservas de segurança, garantindo o suprimento normal em qualquer situação;

- por fim, cumpre ao Serviço operar os equipamentos necessários para a produção dos materiais, zelando pela sua integridade e mantendo-os limpos e operacionais.

7.1.6 Cancelamento dos Eleitores Faltosos

O Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu, no mês de fevereiro/2003, os prazos para execução dos procedimentos previstos no art. 78, da Res./TSE nº 20.132/98.

Foram identificados 64.520 eleitores passíveis de cancelamento.

Cumprindo os procedimentos foram impressas as listagens para encaminhamento às Zonas Eleitorais efetuarem a publicação dos editais. Também foram disponibilizados na Intranet e na Internet todos os dados dos eleitores identificados com as instruções para a regularização.

Finalmente, em conjunto com a Corregedoria, foram produzidos CDs a serem distribuídos a partidos políticos, prefeituras, órgãos de imprensa, etc.

7.1.7 Dados Estatísticos do Processamento do Cadastro Eleitoral

ELEITORADO (fonte de dados: DATAMART)

| Eleitorado SC 18/12/2001 | | | | | |
|--------------------------|----------|-----------|----------|--------------|----------------|
| Regular | Suspense | Cancelado | Liberado | Não Liberado | Base Histórica |
| 3.682.374 | 531 | 314.715 | 131 | 25 | 130.026 |

| Eleitorado SC 18/12/2001 | | | | | |
|--------------------------|----------|-----------|----------|--------------|----------------|
| Regular | Suspense | Cancelado | Liberado | Não Liberado | Base Histórica |
| 3.817.974 | 7.046 | 322.010 | 0 | 0 | 130.013 |

| Eleitorado SC 18/12/2001 | | | | | |
|--------------------------|----------|-----------|----------|--------------|----------------|
| Regular | Suspense | Cancelado | Liberado | Não Liberado | Base Histórica |
| 3.819.202 | 7.297 | 332.900 | 51 | 11 | 130.013 |

**Varição Eleitorado (situação Regular)
de 18/12/2001 a 02/12/2002** **3,71%**

RAE (fonte: DATAMART)

| RAEs processados 2002 | | | | | |
|------------------------------|---------|-------------|---------------|-------------|--------|
| Mês | Revisão | Segunda Via | Transferência | Alistamento | Total |
| Fevereiro | 4.905 | 1.724 | 12.811 | 27.603 | 47.043 |
| Março | 2879 | 810 | 10493 | 16639 | 30821 |
| Abril | 1507 | 595 | 6371 | 8843 | 17316 |
| Maiο | 6222 | 2670 | 56030 | 52185 | 117107 |
| Junho | 5 | 582 | 39 | 51 | 677 |
| Julho | 0 | 1292 | 0 | 0 | 1292 |
| Agosto | 0 | 1854 | 0 | 0 | 1854 |
| Setembro | 0 | 2511 | 0 | 0 | 2511 |
| Novembro | 899 | 1223 | 1154 | 1699 | 4975 |
| Dezembro | 1488 | 721 | 2712 | 4896 | 9817 |
| Total | 17905 | 13982 | 89610 | 111916 | 233413 |

| RAEs com erro 2002 | | | | | |
|---------------------------|---------|-------------|---------------|-------------|-------|
| Mês | Revisão | Segunda Via | Transferência | Alistamento | Total |
| Fevereiro | 55 | 23 | 111 | 83 | 272 |
| Março | 68 | 32 | 191 | 102 | 393 |
| Abril | 50 | 44 | 358 | 151 | 603 |
| Maiο | 175 | 125 | 1171 | 666 | 2137 |
| Junho | 4 | 6 | 96 | 85 | 191 |
| Julho | 0 | 15 | 0 | 0 | 15 |
| Agosto | 0 | 15 | 0 | 0 | 15 |
| Setembro | 0 | 19 | 0 | 0 | 19 |
| Novembro | 12 | 22 | 5 | 3 | 42 |
| Dezembro | 34 | 18 | 85 | 64 | 201 |
| Total | 398 | 319 | 2017 | 1154 | 3888 |

| Percentual de erro de RAE 2002 | | | |
|---------------------------------------|--------|-------|--------|
| Mês | RAEs | Erros | % erro |
| Fevereiro | 47043 | 272 | 0,58% |
| Março | 30821 | 393 | 1,28% |
| Abril | 17316 | 603 | 3,48% |
| Maiο | 117107 | 2137 | 1,82% |
| Junho | 677 | 191 | 28,21% |
| Julho | 1292 | 15 | 1,16% |
| Agosto | 1854 | 15 | 0,81% |
| Setembro | 2511 | 19 | 0,76% |
| Novembro | 4975 | 42 | 0,84% |
| Dezembro | 9817 | 201 | 2,04% |
| Total | 233413 | 3888 | 1,66% |

| PROCESSAMENTO DE FASE Resumo processamento 2002 | | | |
|--|----------------|-------------|----------------|
| Mês | OK | Erros | Total |
| Fevereiro | 6503 | 387 | 6890 |
| Março | 4441 | 157 | 4598 |
| Abril | 6326 | 371 | 6697 |
| Mai | 17559 | 1041 | 18600 |
| Junho | 5264 | 2 | 5266 |
| Outubro | 798817 | 0 | 798817 |
| Novembro | 754863 | 1572 | 756525 |
| Dezembro | 185802 | 4705 | 190507 |
| Total | 1779665 | 8235 | 1787900 |

Obs.: FASEs processados em outubro foram gerados automaticamente pela urna eletrônica (094 e 167)

7.1.8 Setor de *Hardware*

Atividades específicas do Setor de *Hardware*

- Foram abertos 150 chamados para equipamentos diversos em garantia. Além disso, procedeu ao conserto de diversos equipamentos que não eram cobertos pela garantia, fazendo com que voltassem ao funcionamento normal.
- Foram enviados 350 equipamentos para as Zonas Eleitorais.
- Durante o ano foram recebidos, testados e aceitos: 185 microcomputadores, 139 impressoras laser, 5 *scanners* de mesa, 10 discos rígidos, 30 *modems* de comunicação de dados, 180 estabilizadores de tensão, 20 cabeças de impressão para impressora Epson LQ 570+, 10 impressoras matriciais, 20 discos rígidos e 4 microcomputadores notebook.
- Foram analisados, testados, classificados e relacionados para doação 236 itens do parque de informática do TRE/SC.
- Foram recuperados 10 equipamentos microcomputadores, com a colocação de discos rígidos.

Atividades em conjunto com o Setor de Suporte

- Foram atendidos diretamente pelo Setor de *Hardware* 976 chamados de usuários, sendo 415 para microcomputadores, 140 para impressoras, 217 para outros periféricos, 32 para modems e 72 para outros equipamentos. Desses chamados, 261 foram para atendimento das Zonas Eleitorais e 714 foram para atendimento do TRESA.
- Juntamente com os setores técnicos da Secretaria de Informática, o Setor de *Hardware* auxiliou nas atividades de configuração de equipamentos para as Zonas Eleitorais e TRESA (ex.: preparação dos sistemas nos microcomputadores da sala de treinamento, para as eleições 2002 e para as atividades de prestação de contas dos candidatos, etc.).

Atividades em conjunto com o Setor de Redes

- Procedeu-se ao levantamento e à catalogação de todos os pontos de rede do prédio do Tribunal, depois do que foi elaborado projeto para ampliação da rede de comunicação de dados do edifício-sede do TRESA. Esse trabalho contemplou, ainda, análise das propostas, acompanhamento à empresa vencedora, verificação do serviço executado e testes após a conclusão dos trabalhos, para, então, proceder-se ao aceite final dos trabalhos.
- Por fim, outra atividade conjunta com a Seção de Redes foi o projeto de adequação das Zonas Eleitorais com linha dedicada, instalando-se os *hubs* e microcomputadores servidores (PDC) em 9 municípios sede de Zona Eleitoral, abrangendo 18 Zonas Eleitorais, visando à instalação dos aplicativos das Centrais de Atendimento aos Eleitores, tornando o acesso à rede do TRESA, por parte destes cartórios, mais veloz. Tal instalação implicou ainda a estruturação física da rede (confeção de cabos de rede e extensões elétricas) nos Cartórios envolvidos.

Atividades com as urnas eletrônicas

O Setor de *Hardware* gerencia as atividades relacionadas à manutenção, remessa e recebimento das urnas eletrônicas. Tendo em vista as atividades relativas às Eleições 2002, o Setor esteve envolvido em diversas atividades relativas a esses equipamentos, tais como:

- encaminhamento de aproximadamente 1.000 urnas eletrônicas para as Zonas Eleitorais utilizarem em treinamentos e eleições da comunidade (não oficiais);
- testes em 14.572 urnas eletrônicas para preparação às eleições, os quais consistiram na instalação do aplicativo de testes (*run-in*), avaliação dos resultados, carga da bateria, realocação dos equipamentos, entre outras atividades necessárias à sua organização. Tais testes ocorreram com todas as urnas eletrônicas duas vezes durante o ano;
- controle e realocação de todas as urnas eletrônicas para as Zonas Eleitorais, para as Eleições 2002, assim como acompanhamento e execução das atividades definidas pela equipe de logística do TSE;
- testes de recebimento e aceite de 1.309 urnas eletrônicas novas (modelo 2002) e 483 módulos impressores externos;
- remessa (e recebimento, após as eleições) de 14.572 urnas eletrônicas e 483 módulos impressores externos para as Zonas Eleitorais utilizarem nas eleições. Tais atividades implicam uma série de controles e realocações dos equipamentos;
- participação nos treinamentos da urna modelo 2002, promovidos pelo TSE, e repasse das informações às equipes de eleições e das Zonas Eleitorais, além de preparação de material didático necessário;
- elaboração de banco de dados para controles e relatórios de distribuição de urnas eletrônicas e suprimentos;
- remessa e controle de materiais de suprimento, tais como baterias, cabos de baterias, sacos plásticos, cabinas de votação, disquetes e outros suprimentos para urnas eletrônicas.
- Abertura de chamado, e acompanhamento, da solução proposta pela empresa contratada.

Atividades diversas

Além das atividades acima, o Setor de *Hardware* esteve diretamente envolvido nas tarefas de preparação da infraestrutura de informática dos seguintes ambientes:

- Central de Atendimento ao Eleitor (1511), inclusive com a adequação da instalação elétrica e confecção do cabeamento necessário à estrutura.
- sala para divulgação dos resultados das eleições no TRESA, com a instalação de microcomputadores, projetores, impressoras, *hubs* e outros;
- sala para análise da prestação de contas dos partidos políticos;
- estrutura necessária para a votação paralela, que funcionou junto ao prédio-sede do Tribunal de Contas da União;
- laboratório de testes para aproximadamente 15 mil *flash cards*, utilizando 40 urnas eletrônicas;
- laboratório para testes e configuração dos microcomputadores remetidos às Zonas Eleitorais e aos setores do TRESA para uso nas Eleições 2002;
- estrutura para a execução (e auxílio nas atividades) de cópia dos dados (*backup*) dos microcomputadores vindos das Zonas Eleitorais após as Eleições 2002;
- ambientes para treinamentos, reuniões, etc.

Por fim, o Setor auxiliou na análise, pesquisa e avaliação de propostas técnicas em processos licitatórios, assim como participou diretamente das Eleições 2002, com a atuação de 6 técnicos como gerentes regionais nos pólos para a eleição.

7.1.9 Urnas Eletrônicas – Atividades Relacionadas

Observando a orientação do TSE, regulamentadas pela Res. TSE n. 20.771/2001, foram mantidas as revisões em todas as urnas eletrônicas, seus componentes e embalagens.

As atividades de manutenção foram realizadas em dois períodos, de março a abril e de julho a agosto (cargas de 24h em todos os equipamentos), utilizando-se servidores de várias áreas do Tribunal, profissionais contratados e técnicos da empresa Procomp, gerenciados pela Coordenadoria de Produção e Suporte. No primeiro período, foram realizados consertos em aproximadamente 3.800 monitores das urnas eletrônicas (LCD com defeito de fabricação), numa operação conjunta com os técnicos da empresa Procomp.

Foram adquiridas pelo TSE 1.310 urnas eletrônicas e 483 módulos impressores externos da empresa Unisys, para serem utilizados na impressão do voto, em caráter experimental, nas Eleições 2002 nos municípios de Brusque, Balneário Camboriú e Laguna. Assim, o TRESC dispôs de 15.652 urnas eletrônicas e 483 módulos de impressão externos.

Foram recebidos ainda vários suprimentos necessários à realização das eleições informatizadas, entre os quais destacamos: *flash cards* (1.507), disquetes (35.220), urnas plásticas descartáveis (1.008), bobinas para urna eletrônica (21.240), baterias para urnas eletrônicas (686), embalagens para urna eletrônica (1.100), conjunto de lacres (33.000). Todos esses materiais foram conferidos, atestados e distribuídos às Zonas Eleitorais.

No mês de setembro, concluídos os procedimentos de manutenção, as urnas eletrônicas foram encaminhadas às Zonas Eleitorais, por um contrato com a empresa dos Correios, sendo transportados mais de 12.000 equipamentos. O retorno das urnas ocorreu após a conclusão do segundo turno das Eleições 2002, de forma planejada, possibilitando o recolhimento em curto espaço de tempo, liberando os locais de armazenamento das Zonas Eleitorais.

Por ocasião das eleições, foi desenvolvido um sistema para informar, em tempo real, as ocorrências com a urna eletrônica durante o pleito. Essa ferramenta foi de extrema utilidade para o TRESC e o TSE, possibilitando adotar medidas preventivas para os casos em que a votação não pôde continuar com a urna eletrônica (manual).

No mês de janeiro e fevereiro, as instalações do depósito de urnas da Conab foi ampliado para possibilitar o armazenamento das 1.310 urnas eletrônicas modelo 2002 e os 483 módulos impressores externos.

7.1.10 Teste de *Flash-Card*

Como medida preventiva, foi desenvolvido pelo Setor de Redes aplicativo para ser utilizado nas urnas eletrônicas, permitindo que os *flash cards* fossem testados (16.868 unidades). Tal procedimento foi determinante para minimizar os problemas com essa mídia durante o processo eleitoral. Para

as eleições de 2004, a experiência, bem sucedida, deve ser estendida para os *flash cards* internos das urnas.

7.1.11 Produção de Formulários e Etiquetas para as Eleições 2002

Considerando a necessidade de padronizar e organizar as várias etapas do processo eleitoral, a Coordenadoria de Produção e Suporte elaborou os formulários de controle de distribuição/recolhimento de urnas eletrônicas e materiais das eleições. Foram produzidos: etiquetas para disquetes, *flash-cards*, embalagem das urnas, pastas de mesários, vários tipos de manuais, CDs de sistemas, etc. Quanto aos formulários, podemos exemplificar: roteiros de entrega e recolhimento das urnas, controle de recebimento de disquetes, etc.

7.1.12 Recolhimento do Material dos Mesários (experiência-piloto)

Cabe o registro da experiência-piloto realizada nos municípios de Joinville, Blumenau, Florianópolis e Criciúma para recolhimento da sacola e do disquete pelos Correios. O sucesso dessa experiência possibilita ao Tribunal ampliar às outras Zonas Eleitorais esse procedimento.

7.1.13 Aplicativos da Urna Eletrônica

A partir do fechamento do Cadastro Eleitoral, no mês de maio, as atividades se concentraram nos preparativos para as Eleições 2002, iniciando os testes dos aplicativos que rodam na urna eletrônica.

A Coordenadoria de Produção e Suporte foi incumbida de providenciar os testes em laboratório dos aplicativos da urna eletrônica. Seus técnicos participaram das equipes do TSE, produzindo alterações nas especificações dos *softwares*, na produção de manuais e da documentação dos procedimentos, cooperando com os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral e da empresa Unisys no desenvolvimento de tais aplicativos.

7.1.14 Eleições 2002 – Gerências Regionais

Ante a capacitação técnica dos integrantes da Coordenadoria de Produção e Suporte, 12 servidores nela lotados assumiram as funções de Gerentes e Gerentes Auxiliares no período que antecedeu às Eleições 2002, exigindo que os demais servidores, que permaneceram no TRESA, também se desdobrassem para suprir a falta dos colegas durante o período de afastamento, o que transcorreu satisfatoriamente.

7.2 COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

7.2.1 GT PlanZE – Planejamento das Eleições 2002 – Zonas Eleitorais

Conforme a Portaria P n. 196/2001, foi criado o grupo GT PlanZE – planejamento das Eleições 2002 – Zonas Eleitorais, composto por 7 Chefes de Cartório, cuja coordenação e secretaria ficaram a cargo de servidores da Coordenadoria de Eleições.

O grupo teve por finalidade complementar o planejamento do TRESA, particularizando os procedimentos a serem desenvolvidos nas Zonas Eleitorais, o que constituiu novidade nas atividades de planejamento das Eleições 2002.

O acompanhamento da execução do trabalho planejado demandou uma série de etapas, as quais ficaram registradas em formulário eletrônico e foram controladas pelos componentes do grupo.

7.2.2 Participação nas Forças-Tarefa das Eleições 2002

A Coordenadoria de Eleições, por seus servidores, teve ativa participação nas forças-tarefa designadas para desenvolverem o planejamento e a execução das atividades eleitorais no ano de 2002, quais sejam:

- FT-2 – Organização dos recursos humanos especializados;
- FT-4 – Preparação da infra-estrutura dos locais de apuração e totalização e de armazenamento das urnas;

- FT-5 – Adequação dos locais de votação;
- FT-7 – Treinamento dos auxiliares da Justiça Eleitoral convocados;
- FT-9 – Preparação dos sistemas informatizados de eleição;
- FT-10 – Informações eleitorais – Central de Atendimento ao Eleitor - 1511.

7.2.3 Agregação das Seções Eleitorais para as Eleições 2002

Em conjunto com a Seção de Desenvolvimento, também da Secretaria de Informática, a Coordenadoria de Eleições administrou e implementou a tarefa de agregação de Seções Eleitorais, visando à racionalização dos locais de votação no Estado, além de propiciar significativa economia de recursos e custos relacionados – convocações e movimentação das urnas eletrônicas. De um total de 13.067 Seções Eleitorais, funcionaram 11.920, resultado da agregação de 1.147 Seções, representando uma redução de 8,78% no número total.

Nessa operação foi utilizado sistema desenvolvido neste TRES e apresentado no III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, realizado em Bento Gonçalves (RS), tendo sido agraciado com o prêmio de 1º colocado.

7.2.4 Gerências Regionais – Eleições 2002

A elaboração da logística de distribuição e alocação das 18 macrorregiões que integram as Gerências Regionais, com sede em Zonas Eleitorais-pólos, contou com a participação decisiva da Coordenadoria de Eleições tanto na concepção e remanejamento das áreas de atuação, como na sua composição, em consonância com a proposta de ampliação do número de gerências mantendo-se a sua dinâmica e logística, ampliadas das 14 havidas nas eleições municipais 2000, tendo como determinante de escolha a sua posição geográfica estratégica.

Os integrantes da Coordenadoria foram designados para atuar nas seguintes Gerências, duas delas formadas exclusivamente por servidores da unidade:

- Criciúma – 8ª Gerência Regional;
- Canoinhas – 10ª Gerência Regional;

- Joaçaba – 12ª Gerência Regional; e
- Chapecó – 13ª Gerência Regional.

7.2.5 Informações Processuais

Manifestações, em virtude de determinações de autoridades superiores, produzidas em procedimentos administrativos e processos judiciais:

- Procedimentos administrativos: 17
- Processos judiciais: 18

7.2.6 Certidões

Solicitadas por parte interessada ou órgãos judiciais, com o objetivo de atestar situações de regularidade eleitoral, de aptidão ao exercício de mandato eletivo e outras:

- Quitação eleitoral/processual: 69
- Certidões candidatos/prepostos: 16

7.2.7 Editoração do Mapa “Composição das Zonas Eleitorais – 2002” do Estado de Santa Catarina:

Com a colaboração da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, por meio de sua Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística, a Coordenadoria de Eleições promoveu a elaboração, inédita, de um mapa das Zonas Eleitorais de Santa Catarina. Para essa atividade foram desenvolvidas as seguintes rotinas:

- desenho, com auxílio da ferramenta *CorelDRAW*, do mapa do Estado de Santa Catarina com a atualização da divisão municipal – 2002 (293 municípios) definida em Lei;
- sobre o desenho, desenvolveu-se o mapa temático do Estado de Santa Catarina, contendo: a) divisão das 102 Zonas Eleitorais; b) tabela de distâncias entre elas; c) gerências regionais para 2002; d) quantidade de locais de votação, Seções Eleitorais e eleitorado;
- integração dos mapas das divisões municipais de Santa Catarina 2002 com o mapa de Santa Catarina 1997,

aproveitando as informações do último relativas ao sistema rodoviário, ferroviário e hidrográfico; e

- editoração do mapa temático do Estado de Santa Catarina em *Core/DRAW*, formato A0, juntamente com a tabela do cadastro das Zonas Eleitorais.

7.2.8 Gerentes Operacionais – Seleção e Treinamento

Atuando nas eleições desde 1990, os Gerentes Operacionais (atual designação dos antigos Prepostos), em número de 95, foram alocados nas 91 Zonas Eleitorais dos municípios-sede de Zonas, tendo como funções preponderantes a coordenação e a supervisão das seguintes atividades:

- montagem do local de apuração;
- inspeção dos locais de votação;
- esclarecimento de dúvidas técnicas dos partidos políticos;
- atendimento da central de suporte aos mesários;
- apoio na central de contingências da urna eletrônica;
- recepção dos disquetes de votação das urnas eletrônicas;
- transmissão dos dados ao TRESA, para a totalização das eleições.

7.2.9 CD Mesários

Participação no desenvolvimento do Projeto CD Mesários (Seção Eleitoral – Organização e Funcionamento) bem como no *Manual de Instruções para Mesários*.

7.2.10 Participação em Grupos de Trabalho formados pelo TSE

- Grupo de Estudos dos Sistemas de Candidaturas e Propaganda Eleitoral (Gescape).
- Grupo de Estudos dos Sistemas de Totalização (GesTot).

7.2.11 Avaliação dos Sistemas das Eleições 2002

Em conjunto com as seções técnicas da Secretaria de Informática, a partir da disponibilização pelo TSE, em fevereiro

de 2002, foram iniciadas as avaliações e testes das primeiras versões do Sistema de Registro de Candidaturas, Estatísticas de Candidatos, Horário Eleitoral e Outdoor, com o objetivo de verificar as rotinas implementadas, bem como solicitar a implementação, a adequação e os acertos de possíveis erros. A partir de julho de 2002, houve, igualmente, a disponibilização das primeiras versões do sistema de Preparação, Gerenciamento TRE e Gerenciamento Zona Eleitoral, logo após o Treinamento realizado em Goiânia/GO, todos com o mesmo objetivo.

Como parte integrante dos testes, participação efetiva nos diversos simulados: interno (TRESC) e externo (TSE e demais TREs), que tiveram como objetivo detectar a performance dos sistemas e equipamentos de informática.

Por fim, o acompanhamento em diversas listas de discussão, com participação, por *e-mail*, quais sejam: cand2002, tot2002, divnet, UE2002.

7.2.12 Acompanhamento da Totalização das Eleições de 2002 (1º e 2º Turnos)

- Acompanhamento, na Central de Totalização, das transmissões, recepções e totalizações dos boletins de urna encaminhados pelas Zonas Eleitorais.
- Acompanhamento das soluções para as pendências e rejeições de boletins de urna inconsistentes.
- Geração de relatórios de acompanhamento e controle, aos técnicos de suporte especializados, com o intuito de auxiliar nos trabalhos de subsídios de informações aos Gerentes Regionais e Operacionais.
- Geração de relatórios de acompanhamento e controle, parciais e final para autoridades, fiscais de partidos políticos e/ou coligações partidárias e imprensa.

7.2.13 Projeto "Ônibus da Cidadania"

Coordenação da participação dos Cartórios Eleitorais no Projeto "Ônibus da Cidadania", desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e promovido pela Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, que abrangeu as cidades de:

| Data | Local |
|-----------------|--|
| 26.4.2002 | Serra Alta (66ª ZE - Pinhalzinho) |
| 1º.5.2002 | Joinville (19ª ZE - Joinville: Homenagem do SBT aos trabalhadores) |
| 16 e 17.5.2002 | Gravatal (99ª ZE - Tubarão II) |
| 6 e 7.6.2002 | Ouro e Capinzal (37ª ZE - Capinzal) |
| 20 e 21.6.2002 | Piçarras e Penha (68ª ZE - Piçarras) |
| 11 e 12.7.2002 | Lages (104ª ZE - Lages III) |
| 18 e 19.7.2002 | Concórdia (90ª ZE - Concórdia) |
| 1º e 2.8.2002 | Xanxerê (43ª ZE - Xanxerê) |
| 5 e 6.9.2002 | Capivari de Baixo (99ª ZE - Tubarão II) |
| 21 e 22.11.2002 | Navegantes (16ª ZE - Itajaí I) |
| 28 e 29.11.2002 | Laguna (20ª ZE - Laguna) |
| 12 e 13.11.2002 | Correia Pinto (Lages II) |

7.2.14 Pedidos Estatísticos Diversos

Essa atividade se propôs a atender às diversas solicitações de dados estatísticos, tais como resultados de eleições, quantitativos de eleitores e Seções por município/Zona, bem como dados estatísticos específicos, para fins acadêmicos, planejamento partidário, instrução processual, entre outros. Na gestão, foram atendidos, conforme a modalidade de solicitação:

- Por ofícios: 32
- Por *e-mail*: 250

7.2.15 Consultas ao Cadastro

Atividade executada sempre que haja necessidade de alguma informação inerente ao Cadastro Eleitoral, seja de eleitores ou, ainda, de locais de votação, seções, etc., destacando-se como maior requisitante a Corregedoria Regional Eleitoral, seguida da Procuradoria Regional Eleitoral.

| Encontrados | Não Encontrados | Nº de Consultas |
|-------------|-----------------|-----------------|
| 3024 | 299 | 3323 |
| | | |
| SC | Outros Estados | Total |
| 2993 | 330 | 3323 |

7.2.16 Eleições da Comunidade (Não-Oficiais)

Realização de eleições não-oficiais, com a utilização da urna eletrônica, solicitadas por entidades da sociedade, de acordo com a Res. TSE 19.877/1997:

| Eventos | Quantidade |
|------------------------------|------------|
| Eleições da comunidade | 6 |
| Eleitores envolvidos | 23920 |
| Urnas eletrônicas utilizadas | 60 |

Discriminação:

- 21.3.2002 – Eleição para a escolha dos membros da Diretoria Administrativa da Associação dos Servidores na Justiça do Trabalho de Santa Catarina (AJUT), para o triênio 2002/2005, realizada no saguão do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 12ª Região, na Rua Esteves Júnior, 395, Centro, em Florianópolis/SC.
- 26.3.2002 – Eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed), gestão 2002/2003, realizada nas dependências da sua sede, na Rua das Missões, 455, Bairro Ponta Aguda, no município de Blumenau/SC.
- 27.3.2002 – Eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa dos Alunos do Centro de Educação Profissional Hermann Hering (Cooperherman), gestão 2002/2003, realizada nas dependências da sua sede, na Rua Benjamin Constant, 857, no município de Blumenau/SC.
- 25.4.2002 – Eleição para escolha dos “Vereadores Mirins” da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, período 2002/2003, dentre os alunos das 14 escolas sediadas no município. A totalização ocorreu no Clube Náutico Cruzeiro do Sul, em São Francisco do Sul/SC.
- 17.5.2002 – Eleição para a escolha dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed) de Florianópolis, para o período 2002/2003, realizada nas dependências da sede da Unimed, situada na Rua Dom Jaime Câmara, 94, e na loja de vendas da entidade cooperativa, estabelecida na Rua Bocaiúva, 2.375, no município de Florianópolis/SC.

- 3.7.2002 – Eleição para a escolha dos presidentes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (Crea/SC) e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), para a gestão 2003/2005, envolvendo 31 Zonas Eleitorais e a instalação de urnas em 32 diferentes locais de votação (zonas do Crea), situados nas inspetorias e escritórios do Conselho e em outras entidades afins (IAB, ACE, Epagri), no Estado de Santa Catarina.

7.2.17 Materiais para as Eleições 2002

Levantamento dos documentos, formulários e materiais necessários ao desempenho das atividades durante o processo eleitoral, principalmente as relacionadas aos Cartórios Eleitorais.

Para tanto, elaborou-se relatório contendo, entre outras informações, a descrição dos documentos, formulários e materiais, a competência para sua elaboração, a unidade de medida, a base de cálculo específica e o respectivo quantitativo final.

Para as eleições gerais de 2002, no total, foram levantados 90 materiais, entre impressos, materiais de expediente, de informática e crachás para o 1º e 2º turnos, além de envelope para transporte de disquete/zerésima/BU, cartaz “Justificativa Eleitoral”, listas dos candidatos, em ordem alfabética e numérica.

7.2.18 Sistema de Histórico de Eleições (HistEleI)

A partir de 1998, a atualização do HistEleI está automatizada (transferência direta a partir do Sistema de Totalização). Entretanto, para as eleições anteriores é necessário levantar os dados históricos de eleições e, após a sua digitação e conferência, serem inseridos no HistEleI para posterior publicação na Intranet e Internet. O sistema encontra-se com os dados das eleições de 1982 a 2002 (última eleição) atualizados.

Ressalta-se que esse sistema está sendo adotado pelo c. Tribunal Superior Eleitoral como padrão para a Justiça Eleitoral brasileira para a criação de uma base de dados unificada dos resultados de eleições em todo o Brasil. Sua qualidade e

utilidade foi reconhecida desde a realização do II Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, em João Pessoa/PB, em 1999, quando foi premiado como 3º colocado.

Por fim, destaca-se que se trata de sistema de enorme utilidade, comprovada pelas consultas à Internet, quando, no período de 1º.1.2002 a 30.11.2002, foi a opção mais acessada pelos usuários da página web do TRESA.

7.2.19 Número de Vagas nas Câmaras Municipais (2000 x 2002) - estudo

Elaboração de estudo analítico – disponibilizado para a Corregedoria Regional Eleitoral –, contendo os dados estatísticos comparativos entre população, eleitorado e vagas disponíveis nas câmaras municipais do Estado, discriminados pela ordem alfabética dos municípios, bem como por ordem decrescente de percentuais da relação eleitorado/população, no período compreendido entre os anos 2000 e 2002.

Ainda, referido levantamento contempla análise comparativa do número de vagas às câmaras municipais conforme foram preenchidas nas Eleições Municipais 2000, bem como com a interpretação feita pelo Ministério Público de Santa Catarina e do Supremo Tribunal Federal (ADIn nº 692-4, de 1992).

7.3 ÁREAS ESPECIALIZADAS DE INFORMÁTICA

7.3.1 Setor de Redes e Comunicação de Dados

O Serviço de Redes mantém em operação constante a infra-estrutura de rede do TRESA, incluindo a conectividade da sede do Tribunal, as 15 linhas privadas de comunicação de dados interligando as 15 maiores Zonas Eleitorais, a interligação via microondas com os Cartórios do centro da Capital, as conexões via linha discada com as demais Zonas, a conexão com o TSE e os outros TRES e os 15 equipamentos servidores de rede, que variam de porte e de sistemas instalados de acordo com o serviço que prestam.

As principais atividades da área de redes são de natureza operacional, relacionadas a manter em funcionamento,

com desempenho e segurança adequados, todas as conexões de rede da Justiça Eleitoral em Santa Catarina. Aí se incluem as manutenções preventivas e corretivas em todos os equipamentos da rede, as atividades de cópia de segurança dos arquivos armazenados nos servidores de rede, o suporte aos usuários e a configuração dos sistemas que atendem aos diversos serviços a eles prestados.

O acesso à Internet também é da responsabilidade da área de Redes e, ao longo de 2002, foi alvo de diversas melhorias, inclusive com a instalação de um servidor de acesso *proxy* com capacidade de armazenamento 600% maior que o utilizado anteriormente, e a criação dos extratos individuais de acesso à Internet e *e-mail* que permitiram disciplinar o acesso aos recursos da rede mundial de computadores sem impedir seu uso para atividades relacionadas aos objetivos do TRESA, suspendendo a metodologia de restrição (baseada em bloqueios genéricos e liberação apenas a endereços específicos) utilizada anteriormente.

Foram instalados 2 novos equipamentos de grande porte na infra-estrutura de rede do TRESA e 2 equipamentos anteriormente mantidos em outros setores da informática passaram a localizar-se na "Sala RISC", a área reservada aos equipamentos da rede corporativa do TRESA.

Para acomodar os novos computadores e impressoras adquiridos pelo TRESA, foram instalados 3 novos *switches* em adição aos 11 preexistentes, cada um deles oferecendo conectividade a até 23 computadores.

A Sala RISC foi ampliada e foram instalados nela dois novos condicionadores de ar, visando à adequação ao calor gerado pelos novos equipamentos.

A conexão wireless, via microondas, que interliga a sede do TRESA aos Cartórios Eleitorais da Rua Esteves Júnior, na Capital, foi substituída por um novo sistema com velocidade 500% maior que o anterior. Durante o período eleitoral, foi instalado o suporte adicional às conexões discadas com todos os locais de apuração do Estado de Santa Catarina, que funcionaram sem incidentes, com desempenho adequado e toda a segurança necessária.

Foram desenvolvidos sistemas adicionais de supervisão automática, que ajudaram a garantir a ausência de problemas de comunicação e que, inclusive, passaram a ser utilizados fora do período eleitoral como mais um mecanismo de segurança.

A Seção de Redes também desenvolveu, em parceria com outros setores do TRES (notadamente a Seção de Desenvolvimento de Sistemas), diversos sistemas ou subsistemas relacionados às atividades eleitorais. O mais notório destes foi o DivTRES, sistema de divulgação automática *on-line* dos resultados da totalização estadual e nacional, utilizado no segundo turno como substituto do sistema análogo fornecido pelo TSE devido aos problemas causados por este último no primeiro turno.

O DivTRES foi utilizado pelo TRES e por mais 3 TRES. No evento de avaliação nacional das Eleições 2002, realizado em Santa Catarina, o Setor de Redes encarregou-se da configuração da conexão de alta velocidade interligando a rede do TRES ao local do evento, permitindo o acesso à Intranet e Internet pelos participantes do evento.

7.3.2 Seção de Desenvolvimento de Sistemas

Durante o ano de 2002 foram executadas as seguintes atividades no setor de desenvolvimento:

- implantação do serviço de consulta ao local de votação de cada eleitor, a partir de telefone celular: o eleitor manda uma mensagem do tipo "torpedo" contendo o número do seu título eleitoral e, em questão de segundos, recebe uma outra mensagem contendo sua situação e o local de votação (com o endereço completo);
- desenvolvimento do protótipo para avaliação, pelo TSE, do sistema de apoio à votação paralela. Esse protótipo serviu de base para o sistema desenvolvido pelo TSE para todo o Brasil;
- finalização da implementação do Sistema de Verificação de Procedimentos Médicos (Tabela de Unimed X AMB), utilizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- simulação da agregação de Seções Eleitorais para todos os locais de votação do Brasil, atendendo a pedido do TSE;

- desenvolvimento e implantação da versão 4.0 do Sistema de Convocação de Auxiliares da Justiça Eleitoral — Convoc. Este sistema não necessitou de versões corretivas (*patches*), sendo utilizado o aplicativo original até depois do segundo turno, nos procedimentos de geração de lotes de FASE de mesários que compareceram e faltosos;
- elaboração dos formulários, integrados aos bancos de dados corporativos do TRESA, fornecendo apoio à logística das urnas eletrônicas, utilizados em todo o processo das Eleições 2002;
- projeto de novo banco de dados corporativo com características históricas, para substituir o Sistema *Incorp* em 2003;
- desenvolvimento de assistente de pesquisa para a base de dados do Sistema de Atendimento da Central de Suporte (*Falcon Helpdesk*), utilizando tecnologia RBC (Raciocínio Baseado em Casos);
- desenvolvimento de aplicativo para registro *on-line* das ocorrências de urna eletrônica em todo o Estado no dia das eleições. Esse monitoramento pôde ser efetuado também pelo TSE;
- projeto de pesquisa para desenvolvimento de aplicações seguras, sem o uso do Sistema SIS;
- projeto de banco de dados com informações de *software* e *hardware* existentes no TRESA, integrando os sistemas de *HelpDesk* e Patrimônio (sistema *Link*);
- automatização do processo de liberação dos Gerentes Operacionais (formulários eletrônicos com *checklist*) nos locais de apuração das Eleições 2002;
- execução das atividades previstas no planejamento estratégico das Eleições 2002, referentes ao grupo temático Sistemas Informatizados;
- projeto para integração nacional dos bancos de dados históricos de eleições. Este projeto foi aproveitado pelo TSE para o desenvolvimento de sistema integrado dos resultados de eleições oficiais em todo o território nacional;
- desenvolvimento de aplicativo gerenciador do cadastro de participantes, hospedagem e traslados da Avaliação Nacional das Eleições 2002, nesta Capital, promovido pelo Tribunal

Superior Eleitoral, no período de 22 a 29 de novembro de 2002;

- inclusão das Eleições de 2002 (1ª e 2ª turnos) nos bancos de dados do HistElei (Sistema Histórico de Eleições);
- manutenções corretivas no sistema SGIP (Gerenciador de Informações Partidárias);
- manutenção adaptativa no Sistema de Registro de Antecedentes Criminais, utilizado pela Corregedoria Regional Eleitoral;
- manutenção corretiva no Sistema de Consulta ao Cadastro Eleitoral (*CadWeb*), utilizado pela Coordenadoria de Produção e Suporte e pela Central de Atendimento ao Eleitor (1511);
- suporte ao Sistema Título *On-line*, desenvolvido pelo TRERS e utilizado pelas centrais de atendimento nos maiores Cartórios Eleitorais de SC;
- suporte e implantação do Sistema SGRH (Recursos Humanos), desenvolvido pelo TSE;
- suporte aos seguintes sistemas que se encontram em produção no TRES: cadastro de treinamentos (CDRH), Macros para automatização no preenchimento de processos (COF), Falcon HelpDesk (Suporte/CPS), AltGuia (CPS), Incorp (TRES);
- desenvolvimento de aplicativo gerador de bases de dados de filiados a partidos políticos. Essas bases são entregues aos partidos duas vezes por ano em mídia CD-ROM.

7.3.3 Seção de Banco de Dados

A Seção de Banco de Dados, no decorrer do ano de 2002, manteve as suas atividades diárias de administração dos bancos de dados corporativos que englobam o gerenciamento das bases de dados existentes, o monitoramento de utilização e performance dos bancos de dados e as rotinas para recuperação dos dados na ocorrência de falhas. Paralelamente às suas atividades usuais, a Seção de Banco de Dados esteve inteiramente envolvida com as atividades de preparação e execução das Eleições 2002.

Entre as diversas atividades desenvolvidas, podem-se citar:

- migração dos seguintes sistemas corporativos da máquina *joaquina*, para a nova máquina *SC1*: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), Sistema de Jurisprudência (SJUR), Sistema de Recursos Humanos (SRH), Sistema de Informações Corporativas (Incorp), Sistema de Atendimento Bibliotecário (SAB), Sistema de Arrecadação de Multas Eleitorais (Scame) e Sistema de Proposta Orçamentária;
- aplicação de *patches* para correção de problemas nos bancos de dados da máquina *SC1*, como preparação para as Eleições 2002;
- consultas aos bancos de dados para geração de relatórios de uso interno do Tribunal e para usuários externos, tais como: listagens de eleitores para execução de correição e eleições na comunidade, listagens e estatísticas de filiados a partidos políticos, listagens e estatística de transferências e alistamentos nos municípios, estatísticas de ocupação de Seções Eleitorais e locais de votação, consultas aos bancos de dados do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos, do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, do Sistema de Almoxarifado e Patrimônio para atender solicitações diversas;
- produção de nominatas e estatísticas trimestrais das filiações partidárias distribuídas aos partidos políticos em CD-ROM e geração dos relatórios enviados às Zonas Eleitorais;
- geração de base de dados, dos candidatos eleitos e suplentes, para produção de diplomas e etiquetas de endereçamento;
- geração, manutenção e carga dos dados históricos de perfil do eleitor, filiações partidárias, processamento de FASEs e RAEs, além de dados de municípios, Zonas e Seções Eleitorais e locais de votação, bem como sua publicação na Internet;
- editoração de páginas, bem como a produção de aplicativos administrativos e auxiliares aos trabalhos eleitorais para publicação na Web (Internet/Intranet), tais como: controle de *flash cards*, consulta aos períodos/fracionamentos das férias de cada servidor/seção, verificação dos dados das tabelas de correspondência, verificação da situação do processamento das Seções Eleitorais utilizado durante a apuração, consulta ao processamento das justificativas e

faltosos oriundos da urna eletrônica, consulta aos locais de votação, Zonas e Seções eleitorais e dados de eleitorado;

- geração de banco de dados de locais de votação e Seções Eleitorais com as informações geradas pelas leituras feitas em campo com GPS da localização geográfica de cada Seção Eleitoral do Estado de Santa Catarina;
- geração e produção de mapas de todas as Zonas Eleitorais e seus respectivos municípios com locais de votação e Seções Eleitorais para verificação de seções localizadas fora dos limites dos municípios;
- produção de base de dados com as informações dos roteiros de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, bem como geração e impressão dos mapas dos aproximadamente 700 roteiros definidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- configuração e instalação de um novo servidor de aplicações e bancos de dados para *web* (WTRE), em virtude da danificação do seu disco rígido, bem como a migração dos dados e aplicativos da máquina antiga e de cópias de segurança quando necessário;
- carga no banco de dados *Oracle* das informações referentes aos dados de candidaturas e prestações de contas da eleição de 2002 de todas as Zonas Eleitorais do Estado;
- instalação e configuração do novo servidor do sistema SIGAUE;
- participação na comissão de recrutamento de técnicos especializados para atividades junto ao TRESA no período eleitoral;
- elaboração de manuais, guias rápidos e CDs de instalação utilizados nas Zonas Eleitorais;
- preparação de manuais, laboratórios e materiais auxiliares para os treinamentos ministrados aos funcionários do TRESA, técnicos contratados, estagiários e prepostos no período pré-eleitoral;
- atuação como suporte ao sistema de geração de mídias durante todo o período de sua utilização.

7.3.4 Seção de Administração da Intranet e Internet

Desde a implantação em 2001 do novo *site* do Tribunal na Intranet e na Internet (reestruturação e novo *design*) até agora, dezenas de novos serviços foram incorporados, ampliando o leque de opções ao usuário final, tanto da Zona Eleitoral como para o usuário externo internauta.

O reflexo desse crescimento é comprovado nas estatísticas de acesso, onde a média mensal girou em torno de 57.000 *hits*. No ano de 2002, foram computados mais de 700.000 *hits*.

Este ano foi marcado pelas Eleições. A Seção de Intranet e Internet contribuiu de forma significativa criando processos e rotinas informatizados, visando sempre à transparência da informação.

Por meio da infra-estrutura que a Intranet do Tribunal proporciona foi possível criar formulários com características de *check-lists*, nos quais as respostas dos usuários eram enviadas ao banco de dados corporativo e disponibilizadas aos setores solicitantes.

Outra novidade foi o cadastramento de Gerentes Operacionais via Internet. Os candidatos inscreviam-se de acordo com formulário desenvolvido por esta Seção, e as informações eram repassadas à Coordenadoria de Eleições – setor solicitante.

Mais uma vez, a Seção de Intranet e Internet contribuiu significativamente na editoração de documentos e na elaboração de artes gráficas para os mais diversos fins, como, por exemplo, para o CD de treinamento dos Mesários.

Entre os trabalhos executados, ficou bastante evidenciado o esforço dessa Seção em criar vários novos serviços que atendessem aos mais diversos setores deste Tribunal e que, principalmente, agilizassem o acesso à informação de forma transparente e concisa.

Publicação de páginas e serviços

A Seção de Intranet e Internet, no ano de 2002, publicou mais de 6.000 páginas estáticas, aproximadamente 530

arquivos do tipo PDF¹, entre outros tipos, perfazendo um total acima de 8.000 arquivos eletrônicos.

Dessa forma, foi feita uma atualização do servidor *Web* para comportar tamanha dimensão de arquivos de dados, bem como, planejamento de cópias de segurança (*backups*) pela seção de redes.

Sistemas WEB

Os sistemas WEB tiveram como foco exercer o controle de determinadas tarefas e acompanhar situações conforme exigência dos setores solicitantes.

Um sistema relevante e considerado essencial foi o de verificação das atividades das Zonas Eleitorais quanto aos recursos humanos, infra-estrutura dos locais de armazenamento das urnas eletrônicas, organização dos locais de votação, infra-estrutura dos locais de apuração e sistemas eleitorais.

Esse sistema era composto de um conjunto de questionários com questões descritivas respondidas pelos Chefes de Cartório e Gerentes Regionais, abrangendo os temas anteriormente relacionados. A compilação das respostas era caracterizada em relatórios temáticos com consultas por Zona, questionário e gerência regional.

Outro sistema de igual importância foi o de acompanhamento da execução das atividades inerentes ao Planejamento Estratégico das Eleições 2002. Por meio de um formulário eletrônico, era possível ao Chefe de Cartório marcar as atividades realizadas conforme o planejado. Posteriormente, o sistema fornecia aos gestores uma posição do andamento das atividades, principalmente as atividades em atraso.

Ainda no campo da infra-estrutura, o sistema para controle dos telefones fixos nos locais de apuração, centrais e postos de suporte. Esse sistema trouxe transparência no acesso às linhas que estavam sendo instaladas, alertando para eventuais faltas e/ou desperdícios quanto ao número de linhas.

1 PDF – sigla para *portable document format*. Padrão de publicação de documentos reconhecido mundialmente e muito utilizado na Internet.

No âmbito dos recursos humanos, foi utilizado um sistema de indicação de técnicos de urna para trabalhar nas Zonas Eleitorais. O sistema oferecia um banco de dados, dividido por município, onde o Chefe de Cartório da região obtinha informações *on-line* dos candidatos a serem entrevistados para os cargos de supervisor e técnico de urna. Uma vez entrevistados, o Chefe de Cartório classificava-os de acordo com o número de vagas disponíveis na sua circunscrição.

Durante a realização do pleito, destaca-se um sistema de controle de ocorrências com as urnas eletrônicas, utilizado nos dois turnos. O sistema informava em "tempo-real" eventuais falhas, trocas e outras contingências à central de suporte no TRESA, que, por sua vez, repassava as informações ao TSE.

Ao término da apuração, foi utilizado o sistema de liberação de gerentes operacionais, em que, de acordo com um *check-list* das atividades de encerramento que os gerentes tinham a realizar, o sistema liberava-os automaticamente, informando em mural específico na Intranet.

Formulários eletrônicos

Um sistema considerado essencial foi o de *check-list* dos materiais elétricos necessários ao funcionamento dos locais de votação. Os Chefes de Cartório indicavam o que precisavam, de acordo com uma lista criada pela Coordenadoria de Serviços Gerais. Com os quantitativos em mãos, a coordenadoria sabia de forma precisa o que remeter (e eventualmente comprar) às Zonas Eleitorais.

Um serviço utilizado pela primeira vez, usando a estrutura da Internet, foi o de seleção de pessoal para atuar como gerente operacional nas eleições. Era composto de um formulário eletrônico onde o candidato, a partir de sua inscrição eleitoral, informava seus dados e enviava uma foto para, posteriormente, ser incluído no banco de dados da Coordenadoria de Eleições.

Ainda no período anterior ao pleito, foram criados mais dois serviços: a) controle de treinamentos com a urna eletrônica, onde todos os treinamentos realizados com o eleitor pelo pessoal dos Cartórios Eleitorais eram registrados em banco de dados, informando a data do treinamento, o local, área urbana

ou rural e a quantidade de eleitores treinados. Isso permitia exercer um controle dos municípios onde estavam sendo realizados treinamentos; e b) divulgação na Internet dos treinamentos a serem realizados com a urna eletrônica. O Chefe de Cartório informava data, local e período do treinamento e, automaticamente, eram atualizadas no site do TRE na Internet as informações postadas.

No que tange à avaliação das eleições, dois serviços também foram fundamentais: a avaliação pelos Gerentes Regionais dos recursos humanos que trabalharam nas Zonas Eleitorais, contratados e estagiários; e o sistema que deu suporte aos eventos "Avaliação das Eleições/Santa Catarina" e "Avaliação Nacional das Eleições 2002".

7.3.5 Seção de Suporte

A Seção de Suporte prestou apoio técnico especializado na área de informática ao Tribunal, bem como a todos os Cartórios Eleitorais nas comarcas de todo o Estado de Santa Catarina. Durante o período eleitoral, a Seção de Suporte expandiu toda a sua estrutura, permitindo, além do atendimento ao TRES e Cartórios Eleitorais, a todos os técnicos do Estado envolvidos nas Eleições 2002.

Foram registrados 4.396 chamados, distribuídos entre sistemas corporativos, aplicativos, de Zonas Eleitorais, de *hardware* e editoração.

Dentro das atividades internas desenvolvidas, citamos:

- instalação, configuração, atualização e orientação ao usuário de *softwares* autorizados pela Justiça Eleitoral, com destaque para:
 - Sistema SGRH – Implantação em todos os microcomputadores da CDRH, CP e DSAMS;
 - Sistema SIAFI Internet – Implantação em todos os microcomputadores da COF;
 - Sistema SPO 2003 – Instalação em vários setores;
 - Sistema Envio Eletrônico de Matérias – Implantação em vários setores;

- Sistema de Pesquisas Eleitorais – Instalação em alguns microcomputadores na CRIP;
- Sistema de Monitoramento – Instalado na CSG e na Portaria;
- avaliação nacional: 15;
- substituição/instalação de novos microcomputadores: 55.
- preparação de imagem e roteiros de instalação de estações-padrão TRESA para os microcomputadores Digital, Microtec, Compaq e IBM;
- preparação de imagem e roteiros de instalação de microcomputadores Digital e 486 para as Zonas Eleitorais;
- organização de laboratórios de teste dos sistemas desenvolvidos pelo TSE, TRESA, outros Tribunais Eleitorais e entidades governamentais;
- criação e controle dos roteiros de instalação de aplicativos;
- configuração e instalação de aplicativos em 200 microcomputadores utilizados em cursos, eventos e infraestrutura de informática em geral, dentre estes:
 - Curso de GIS: 13;
 - Setor de Assessoria aos Juizes Substitutos: 5;
 - Curso de Prestação de Contas – TCU: 11;
 - Treinamento dos Técnicos Especializados (Servisc): 13;
 - Treinamento para as Gerencias Regionais: 13;
 - Treinamento para os Gerentes Operacionais: 13;
 - Central de Atendimento “1511” – Ático: 15;
 - QG – 4º andar: 16;
 - Divulgação: 10;
 - Análise de Prestação de Contas – Sala de Múltiplo Uso: 15;

- Recepção de Prestação de Contas – Protocolo: 6;
- registro e encaminhamento ao Setor de *Hardware* de cerca de 900 chamados relacionados aos componentes dos equipamentos de informática;
- suporte técnico sobre o Sistema de Prestação de Contas para entidades externas, como candidatos e comitês;
- treinamento, nos sistemas utilizados pela Justiça Eleitoral, para os técnicos especializados contratados (Servisc).

No âmbito estadual, o Suporte em Informática prestou auxílio a todos os Cartórios Eleitorais. Destacaram-se as seguintes atividades:

- organização e criação de roteiros de instalação de aplicativos disponibilizados durante as viagens aos Cartórios, além de prestar apoio e suporte técnico especializado, *on-line*, diretamente da Seção de Suporte para todos os técnicos envolvidos no evento, dentre esses:
 - *backup* do banco de dados do Cand e SPCE da Eleição 2000;
 - implantação de PDCs em 9 Zonas Eleitorais;
 - implantação de Centrais de Atendimento ao Eleitor em 6 cidades do Estado (18 Zonas Eleitorais);
 - preparação do treinamento de Técnicos de Urnas e Mesários pelas Gerencias Regionais;
 - atualização dos Sistemas SAE-ED (2.46 e 2.48) e Norton Antivírus;
 - atualização do Sistema Título *On-line*, versão 4.11, em todas as estações de Zonas Eleitorais de Florianópolis, São José, Blumenau, Joinville e Lages;
 - instalação e configuração do Sistema Título *On-line* em vários *notebooks* e micros Asfhord, para utilização pelas Zonas Eleitorais da Capital;
- manutenção de um laboratório com as mesmas características dos equipamentos e sistemas do Cartório Eleitoral, a fim de poder fazer simulações das situações ocorridas.

Além das atividades relacionadas, houve outras que não estão ligadas diretamente ao Setor como: editoração de artigos (Cartilha e Manual de Prestação de Contas) e orientação na instalação e utilização de programas de interesse coletivo.

